



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ALINE GOMES DE ALBUQUERQUE

**A CRENÇA NA EXCEPCIONALIDADE: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA
IDENTIDADE DOS ESTADOS UNIDOS E A CONSTRUÇÃO DA GUERRA AO
TERROR**

**JOÃO PESSOA
2019**

ALINE GOMES DE ALBUQUERQUE

**A CRENÇA NA EXCEPCIONALIDADE: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA
IDENTIDADE DOS ESTADOS UNIDOS E A CONSTRUÇÃO DA GUERRA AO
TERROR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina C. Pacheco

**JOÃO PESSOA
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A345c Albuquerque, Aline Gomes de.
A crença na excepcionalidade [manuscrito] : a instrumentalização da identidade dos Estados Unidos e a construção da guerra ao terror / Aline Gomes de Albuquerque. - 2019.
127 p.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
1. Estados Unidos. 2. Construtivismo. 3. Guerra ao terror. 4. Identidade dos Estados Unidos. 5. Política externa dos Estados Unidos. I. Título

21. ed. CDD 327.73

ALINE GOMES DE ALBUQUERQUE

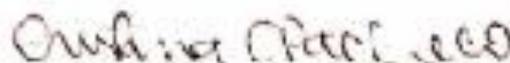
A CRENÇA NA EXCEPCIONALIDADE: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA
IDENTIDADE DOS ESTADOS UNIDOS E A CONSTRUÇÃO DA GUERRA AO
TERROR

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais
da Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial a obtenção do título de
Mestre em Relações Internacionais.
Área de concentração: Política
internacional.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina C.
Pacheco

Aprovada em: 25/04/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Cristina Carvalho Pacheco (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Fábio Ferreira Nobre
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Matheus de Carvalho Hernandez
Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por me garantirem todo o suporte necessário para que chegasse até aqui. Em especial à minha mãe que, com seu seu jeito, faz o melhor possível para me apoiar.

À meu melhor amigo e parceiro de vida, Moroni Santos. Pelo suporte, comentários de apoio, broncas, convite para lanches no meio de estresse. Por todo o carinho, paciência e confiança com o qual me apoiou nos últimos anos e que foi muito importante para que chegar até aqui.

Às minhas queridas amigas e amigos que me acompanham ao longo desses anos e que me deram suporte em diversos momentos, seja na forma de bronca, como na forma de risadas e piadinhas. Aos meus queridos Veronica Quiroga, Gabriela Lima, Thais Leiros, Marcelo Reis, Felipe Falcão, amigos de muito tempo e que em muito me ajudaram a evoluir para me tornar uma pessoa melhor.

Aos amigos Filipe Leiros e Anna Cappellotto que eu tive o prazer de me tornar mais próxima nos últimos anos e que sempre me ajudaram, seja com convites para sair, risadas ou comentários engraçados.

À minha orientadora, Cristina Pacheco, por acreditar no potencial dessa pesquisa desde o começo, por todo auxílio nos últimos anos. Por toda a seriedade, engajamento e organização durante esse tempo que trabalhamos juntas, comprometimento que levarei como exemplo para toda a vida.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da UEPB pelos anos de aprendizado e crescimento na área. Em especial, agradeço aos professores Alexandre Leite, Paulo Kuhlmann, Fábio Nobre, Ana Paula Maielo e Andrea Pacífico pelo exemplo de responsabilidade e engajamento com o programa e com os alunos, além dos excelentes conselhos que levarei comigo.

Aos colegas da turma de 2017 que tornaram a experiência do mestrado algo muito mais prazeroso, com debates ricos e bons comentários em todos os momentos.

Ao INCT-INEU pelo suporte financeiro que foi essencial para a compra de material para a pesquisa e sobretudo para que mantivesse minha saúde em um estado.

À todos os funcionários da UEPB, especialmente os funcionários da Secretaria do PPGRI por todo o auxílio nos últimos dois anos.

Aos funcionários da Biblioteca Juarez Da Gama Batista no Espaço Cultural pela possibilidade de um espaço de estudo para o caminhar da pesquisa.

RESUMO

Os atentados de 11 de setembro de 2001 foram narrados como um momento de mudança profunda para a sociedade estadunidense. Apesar do destaque para as perdas humana e econômica, a narrativa em torno do ocorrido focou no choque ao considerar que o território estadunidense foi atacado e invadido pela primeira vez desde Pearl Harbor, no Havaí, em 1941. Os discursos do seu presidente George W. Bush garantiram a retaliação e o auxílio dos povos que estivessem à mercê dos terroristas em países como Afeganistão e Iraque, pois seria a missão dos Estados Unidos no mundo garantir a manutenção da liberdade. Muito se debate sobre o 11 de setembro como um momento único, um momento de quebra da estabilidade internacional e doméstica nos Estados Unidos, o que justificaria os inúmeros discursos acerca da mudança trazida pelo evento. Contudo, ao analisar tais discursos de maneira mais aprofundada, é possível observar uma continuidade existente nessa retórica. Mesmo caracterizando o evento como único, as ações dos Estados Unidos são familiares a outros momentos da história do país, devido a essa identidade particular construída ao longo de sua existência.

A presente dissertação analisará o que constituiu essa identidade e como ela afeta a política externa dos Estados Unidos, partindo da hipótese de que essa identidade foi instrumentalizada para conseguir legitimidade para a Guerra ao Terror. Para realizar tal análise, a abordagem construtivista será utilizada com o objetivo de entender melhor o que constrói essa identidade e como ela influencia e afeta os objetivos do país. Assim, a presente pesquisa será dividida em três capítulos. O primeiro será destinado a entender melhor sobre argumentos da abordagem construtivista acerca da questão da identidade e, em um segundo momento, quais são os elementos que constituem a identidade dos Estados Unidos. O segundo capítulo explorará o conceito de interesses nas Relações Internacionais, e na sua segunda metade pretende compreender como a identidade dos Estados Unidos constituiu os seus interesses. O terceiro e último capítulo explicará o contexto do 11 de setembro de 2001. Serão apresentadas as ações tomadas pelos Estados Unidos em âmbito doméstico e internacional. Ainda nesse capítulo, os discursos do presidente George W. Bush serão analisados, como expressão do interesse oficial do país, para entender como tais falas utilizavam a identidade do país, através de um entendimento coletivo, para alcançar um interesse considerado legítimo naquele contexto. A pesquisa explorará esse elemento subjetivo da identidade dentro do contexto do 11 de setembro para entender como esta afetou a construção da Guerra ao Terror, contribuindo para um entendimento mais amplo do evento que marcou o cenário internacional do início do século XXI.

Palavras-chave: Estados Unidos, Construtivismo, Guerra ao Terror, Identidade, Política Externa

ABSTRACT

The 2001 11th September attacks were narrated as a moment of deep change for the American society. Despite the spotlight to human and economic loss the narrative around the event also focused on the shock to consider that the United States territory was attacked and invaded for the first time since Pearl Harbor, on Hawaii, in 1941. President George Bush speeches guaranteed the retaliation and aid of the people that were at mercy of terrorist in countries like Afghanistan and Iraq, because it was United States mission in the world ensure the freedom maintenance. There's much debate about September 11 as a unique moment, a time of broken international and domestic stability, which would justify the countless speeches about the change brought by the event. However, analyzing the speeches more profoundly, it is possible to observe continuity existing on this rhetoric. Even if the event was characterized as unique, United States' actions were familiar to other moments of the country's history because of this particular identity constructed over its existence.

This dissertation will analyze what constituted this identity and how it affects United States foreign policy, starting from the hypotheses that this identity was instrumentalized to win legitimacy for the War on Terror. For this analysis, the constructivist approach will be used with the objective of better understanding what constructs this identity and how it influences and affects the country's objectives. Therefore, the present research will be divided in three chapters. The first will be destined to better understand the constructivist approach arguments about the identity question and, on a second moment, which are the elements that constitute United States' identity. The second chapter will explore the concept of interests on the International Relations and on its second half it intends to comprehend how United States' identity constituted its interests. The third and last chapter will explain 2001 September 11th context. The actions taken by United States in the domestic and international field will be presented. Still in that chapter, President George W. Bush's speeches will be analyzed, as the country expressions of official interest, through a shared understanding, to reach an interest considered legitimate on that context. The research will explore this subjective identity's element inside the September 11th context to understand how it affected the War on Terror construction, contributing to a broader understanding of the event that marked the international scene on the beginning of 21st century.

Key-words: United States, Constructivism, War on Terror, Identity, Foreign Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1“A CIDADE SOBRE A MONTANHA”: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS ESTADOS UNIDOS.....	13
1. 1 Os construtivismos nas RI e a constituição da identidade.....	13
1. 2 A formação histórica dos Estados Unidos.....	24
1.3 Elementos de constituição da identidade estadunidense.....	30
1.4 Considerações parciais.....	44
2 A CONSTRUÇÃO DOS INTERESSES DOS ESTADOS UNIDOS: A POLÍTICA EXTERNA DO PAÍS E SUA IDENTIDADE EM DOIS MOMENTOS.....	47
2. 1 A concepção de interesse nas Relações Internacionais.....	47
2.1.1 O interesse nacional: a vontade geral dos Estados?.....	49
2.1.2 O interesse dos Estados para o construtivismo.....	53
2. 2 Os interesses dos Estados Unidos refletidos em suas políticas.....	56
2.2.1 “A América para os Americanos”: A Doutrina Monroe e a política estadunidense.....	57
2.2.2 “O Império do Mal” e a missão dos Estados Unidos: a política de Ronald Reagan e o discurso do inimigo.....	63
2.3 Considerações parciais.....	69
3 O “FAROL DA LIBERDADE” E O 11 DE SETEMBRO: A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E A CONSTRUÇÃO DA GUERRA GLOBAL CONTRA O TERROR.....	71
3.1 O dia que tudo mudou: Os atentados terroristas de 2001.....	72
3.2. A literatura sobre a retórica da Guerra ao Terror.....	80
3.3 As medidas pós 11 de setembro: construindo a Guerra ao Terror.....	89
3.3.1 “O que for preciso para defender nosso país, nós pagaremos”: A construção do Estado de exceção nos discursos da Guerra ao Terror.....	90
3.3.2 “Eles são um movimento definido por seus ódios”: A construção do inimigo definitivo nos discursos da Guerra ao Terror.....	94
3.3.3 “Onde quer que nós a carreguemos, a bandeira estadunidense simbolizará não apenas nosso poder, mas também a liberdade”: A crença no excepcionalismo da nação estadunidense nos discursos da Guerra ao Terror.....	99
3.4 Considerações parciais.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114

INTRODUÇÃO

Muito se escreve e discute na literatura de Relações Internacionais sobre o porquê de Estados realizarem determinada ação ou deixarem de agir em determinado momento. A partir da década de 1970 aumentou a discussão sobre o que constituiria o interesse dos Estados na literatura de Relações Internacionais. Ao se divergir do pressuposto comum das abordagens clássicas da disciplina que tornam os Estados um objeto fechado com conjunto pré-determinado de interesses, essas abordagens fornecem importância necessária à análise do contexto estudado e das particularidades do objeto, pois esses elementos influenciam no modo como os atores agem, o que torna essencial conhecer tais particularidades. Sem rejeitar a importância dos estudos realizados pelas abordagens tradicionais, a presente pesquisa parte do pressuposto de que é necessário conhecer as características particulares de seu objeto de estudo para melhor entender suas ações e seus interesses em determinados momentos.

A pesquisa questiona se a política externa dos Estados Unidos durante a Guerra ao Terror pode ser interpretada como reflexo da identidade construída ao longo da história do país. A hipótese sustentada é de que a identidade que os Estados Unidos construíram ao longo de sua história como nação excepcional foi um elemento instrumentalizado após os atentados de 11 de setembro para legitimar a Guerra ao Terror. Será analisada a política externa do país nesse momento a partir da abordagem construtivista para compreender como as ações tomadas pelo país em sua política externa são influenciadas por sua identidade.

Dentro do contexto histórico, social, político e cultural no qual os Estados Unidos se construíram e, a partir do conjunto de normas que se reificaram ao longo desse processo, a defesa de determinados interesses tornou-se algo legítimo em sua sociedade e encontram-se retratados nos discursos oficiais do país. Logo, se os Estados Unidos exibem um discurso que é tido como legítimo em sua política externa isso se deve ao conjunto de normas que foram construídas através de sua história e que deve ser melhor compreendido. Essa identidade que o país construiu para si é única em virtude de uma série de fatores que interferiram em seu desenvolvimento e afetaram a sua criação enquanto nação. Contudo, tal identidade reforça para si própria o discurso sobre o seu papel excepcional no mundo no qual ele habita. Entender como essa percepção dos Estados Unidos sobre si mesmo ganhou espaço e ainda afeta sua política é o objetivo deste trabalho.

Ao considerar a riqueza dos tópicos estudados pela abordagem, é necessário especificar que esta pesquisa se utilizará dos estudos do construtivismo sobre a questão da identidade, o que a constitui, como ela influencia nos interesses dos atores e, conseqüentemente, ao se pensar nos Estados enquanto atores, como a política externa destes também é influenciada.

Para melhor construir e apresentar a hipótese aqui considerada, a pesquisa será dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, é feita a apresentação da abordagem construtivista das Relações Internacionais. Serão resgatados seus méritos históricos para expor o conceito de identidade aqui utilizado e como este é entendido dentro das Relações Internacionais. Na segunda parte do capítulo, partindo para o objeto de estudo, será apresentado o histórico dos Estados Unidos em seus anos iniciais enquanto nação soberana. No terceiro e último tópico do primeiro capítulo, serão pontuados os elementos que, nesta pesquisa, são considerados elementos constitutivos da identidade dos Estados Unidos ao observar sua relevância na história do país e influenciam suas ações.

No segundo capítulo, será explorado o conceito de interesses. Seguindo o pressuposto do construtivismo de que as identidades influenciam os interesses dos atores, o segundo capítulo partirá do primeiro para entender como os interesses dos Estados Unidos foram influenciados pela identidade que construiu ao longo de sua existência. Na primeira parte do capítulo será explicado o que a literatura das Relações Internacionais argumenta sobre a ideia de interesses. Qual seria o interesse dos Estados e como esses seriam caracterizados. No segundo momento será explorado como o interesse do país foi construído, reforçado ou mudado ao longo de sua existência enquanto nação. Para exemplificar a construção dos interesses do país a partir da identidade apresentada no capítulo inicial dois momentos da história dos Estados Unidos serão analisados: a) a Doutrina Monroe, no século XIX; b) a política externa de Ronald Reagan (1981-1989), durante seu primeiro mandato em relação à União Soviética. Esses dois momentos foram escolhidos por serem interpretados como pilares essenciais para a política externa estadunidense, no qual tal política pode ser compreendida como reflexo da identidade dos Estados Unidos.

No terceiro e último capítulo da dissertação, o caso do atentado de 11 de setembro de 2001 será analisado. Os dois primeiros tópicos do capítulo serão destinados à contextualização sobre aquele momento de 2001 e como a literatura acerca do tema o analisa. No terceiro e último tópico, será apresentada, a reação oficial do ator Estados

Unidos, no caso representado pelo seu então chefe de Estado, George W. Bush, e as medidas tomadas em política externa enquanto uma reação ao ocorrido. Como um estudo de caso, a pesquisa fará uso dos discursos oficiais do presidente e documentos oficiais do governo estadunidense produzidos durante o período. Nesse tópico, os discursos do presidente Bush serão analisados e como esses representam a continuidade de interesses que refletem a identidade estadunidense.

A pesquisa utilizará de literatura acerca do tema assim como também de documentos oficiais disponibilizados pelos Estados Unidos. Em relação ao construtivismo, será realizada uma breve revisão sobre a literatura. Partindo da perspectiva do construtivismo que se volta à questão de identidades e interesses dos atores, os dois primeiros capítulos terão tópicos dedicados para essas questões. O que se entende nesse trabalho como construtivismo não é o construtivismo convencional¹ das Relações Internacionais, que interpretava os Estados como um ator fechado que age no sistema internacional. Nessa dissertação pressupõe-se que os Estados são atores, mas também são ambientes nos quais determinadas normas e estruturas de poder podem se construir, sendo necessário entender as particularidades dessas estruturas para melhor entender o objeto estudado.

O tema estudado apresenta relevância tanto para os estudos sobre política externa no geral, quanto para a política externa estadunidense, assim como também para a área de Relações Internacionais. Mesmo com o avanço de pesquisas que consideram elementos menos rígidos como as teorias tradicionais, ainda é predominante o número de pesquisas que tomam em consideração características materiais dos Estados, sem considerar questões ideacionais. Sendo um dos atores de maior predominância na modernidade, estudar os Estados Unidos a partir de uma lente menos restritiva como ocorre nos casos das teorias tradicionais é essencial para compreender as ações do país e saber que, mesmo sendo um país importante, os Estados Unidos não devem ser mantidos longe de críticas devido à sua retórica recorrente de ter elementos e ações superiores ao resto do mundo. Como algumas teorias reduzem os Estados a atores monolíticos e com maior relevância dentro das Relações Internacionais, também torna-se importante entender que eles são controlado por pessoas, o que significa que suas

¹ Nessa pesquisa o que é colocado como construtivismo convencional é a abordagem de autores como Alexander Wendt, que trabalha com questão de identidade e interesses, mas sem questionar o papel do Estado e sem analisar os elementos que o compõem internamente. O chamado construtivismo crítico é aquele que autores como Nicholas Onuf explanam sobre questões como atos de fala e normas que constituem a sociedade, interações e identidades.

ações podem e devem ser contestadas e criticadas. Além disso, tomando em consideração a constante relevância geopolítica que o atentado de 11 de setembro de 2001 apresenta tanto no discurso doméstico dos Estados Unidos como também para certas questões dentro da comunidade internacional (como por exemplo em casos envolvendo terrorismo ou segurança) é imprescindível estudar esse momento mais a fundo através de uma perspectiva menos positivista.

1“A CIDADE SOBRE A MONTANHA”: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS ESTADOS UNIDOS

O objetivo do presente capítulo será apresentar como a identidade dos Estados Unidos se construiu ao longo de sua existência enquanto nação soberana. Para melhor entendê-la, o capítulo se dividirá em três partes. A primeira parte se destinará à apresentação do construtivismo. Seu histórico e seus preceitos principais, relevantes para esta pesquisa, especialmente seu conceito de identidade e normas, serão explicados. A segunda parte volta-se à apresentação da história estadunidense, como a nação se construiu e, como parte complementar a esta apresentação, será apresentada a terceira parte do capítulo, na qual serão expostos os elementos que, dentro dessa pesquisa, são compreendidos como parte constituinte da identidade estadunidense.

1. 1 Os construtivismos nas RI e a constituição da identidade

O pressuposto básico do construtivismo é de que a realidade que se vê não é uma realidade imutável, e, mais especificamente sobre os estudos das relações internacionais, a realidade internacional não é algo que sempre existiu da maneira como se observa. Ela é algo socialmente construído através de anos de interações entre diferentes atores que reforçaram ou substituíram determinadas instituições. Essas instituições são baseadas em entendimentos coletivos que, resistindo à passagem do tempo, acabam sendo aceitas como fatos e interpretadas como imutáveis (ADLER, 1999).

Conhecer a história que caracteriza essas interações, as particularidades sobre os atores envolvidos naquele momento e as características do sistema em que eles estão inseridos é algo essencial de se entender na visão da abordagem construtivista para que se faça uma análise que realmente esboce toda a riqueza deste cenário. Para Ferguson e Mansbach (1996), análises da política internacional deveriam focar nas políticas mundiais que englobam elementos como identidades e não apenas Estados.

Em partes nas quais o realismo e suas variáveis assumiram que os Estados possuem identidades compostas por fatores como busca por poder e auto interesse, os construtivistas afirmam que a identidade é um fator intersubjetivo, que se constrói e é construída com o tempo, apontando incompletudes na análise feita pelo realismo (SCHONBERG, 2009b, p. 818). É feita uma crítica à percepção dos realistas sobre

identidades e interesses como supostamente imutáveis e os neoliberais e sua confiança na mudança de comportamento dos Estados por meio de regimes, pois eles assumem um caráter imutável de identidades dos Estados, mostrando assim uma contradição sobre a imutabilidade dessa identidade e sua suposta capacidade de mudança dentro dos regimes (WENDT, 1992; MENDES, 2012). Na ontologia construtivista, “[...] forças materiais ainda importam, e as pessoas ainda são atores intencionais; porém, o significado do primeiro e o conteúdo do último dependem, em grande parte, das ideias compartilhadas nas quais estão inseridas[...] (WENDT, 2014, p. 239)”.

Com origens no fim dos anos 1980, dentro do contexto dos debates e críticas metateóricas sobre o estudo da política internacional (FIERKE; JORGENSEN, 2001), nas Relações Internacionais o termo construtivismo é conhecido por ter sido usado pela primeira vez por Nicholas Onuf em seu trabalho de 1989, *World of Our Making: Rules And Rule in Social Theory And International Relations*, apesar de ter sido adotado também por ele em um artigo denominado *Rules in Moral Development*, publicado dois anos antes. Em seu livro de 1989, Onuf afirma que o mundo, diferentemente da visão realista da ciência, não é algo que está “lá fora”, sendo impossível observá-lo sem interferências da visão de quem o observa (ONUF, 2013, p. 37). De acordo com os preceitos do construtivismo que ele propõe, não se nega que a realidade material exista, mas sim que ela está constantemente em um processo de constituição mútua com a realidade social (ONUF, 2013, p. 40). A história é feita pelos atos de construção e co-constituição entre as pessoas e a sociedade (ONUF, 2013, p. 42). A própria ideia de agência, como explica Onuf (2001), é uma construção social e a construção que cada observador faz de seu mundo depende profundamente do modo como este realiza o ato de “observar”.

Os três preceitos principais do construtivismo que o autor expõe em seu trabalho de 2001 são:

- a) A sociedade é o que ela faz, sendo todo conjunto de relações sociais um processo constante no qual os agentes e o mundo no qual estão inseridos se constituem mutuamente;
- b) A fala e o discurso são meios para essa construção; E pessoas se tornam agentes vivendo nesse mundo da linguagem compartilhada;
- c) Logo, as regras construídas irão transformar as condições materiais em oportunidades, com a diferença do modo como estas são distribuídas de modo vantajoso a quem controla a “fala”.

O termo construtivismo ganhou mais popularidade em 1992, quando foi publicado o artigo de Alexander Wendt, *Anarchy is what states make of it: The Social Construction of Power Politics*. Ao longo do trabalho, Wendt, com influência de autores como Onuf (HALL, 1999), afirma que construtivistas se interessam por saber como as práticas constituem os sujeitos. Ele argumenta que identidades e interesses são elementos que dependem da interação, sendo impossível analisá-las de forma separada às interações estabelecidas entre os atores dentro do sistema do qual eles fazem parte (WENDT, 1992).

O trabalho de Wendt ficou especialmente famoso ao afirmar que a ideia de autoajuda não é algo inerente ao sistema anárquico, mas que na verdade a autoajuda e as políticas de poder que os realistas tanto explanam são, na realidade, instituições que foram estabelecidas ao longo da história dentro de um sistema com a anarquia como característica (WENDT, 1992). Os atores agirão em relação a eventos ou outros atores a partir do significado que estas questões possuem para eles (WENDT, 1994; WENDT, 1992). As estruturas fundamentais da política internacional não seriam apenas materiais, mas especialmente sociais (WENDT, 1995).

De acordo com Wendt (1995), o modo como eventos e interações ocorrem no cenário internacional não são profecias, mas sim resultados do convívio entre os atores e como estes constituíram o sistema, reificando certas práticas e abominando outras. Segundo o autor, previsões feitas sobre o sistema internacional não podem considerar apenas as características deste ou pelas distribuições de capacidades, com sua crítica se dirigindo para teorias que olham apenas para o materialismo, como no caso do neorealismo (WENDT, 2014; JEPPEPERSON, WENDT, KATZENSTEIN, 1996). Logo, para os construtivistas, é essencial reconhecer que “[...] a realidade de um ator em qualquer ponto do tempo é historicamente construída [...] É o produto de atividade humana – práticas sociais históricas – e, por isso pode, ao menos em teoria, ser transcendido ao se instaurar novas práticas sociais (COPELAND, 2006, p. 04).”

O construtivismo dentro das Relações Internacionais, contudo, não pode ser visto como um corpo monolítico de estudo com opiniões idênticas (CHO, 2009). É possível ver diferenças entre eles e até mesmo entre os autores citados até o momento

no presente trabalho², sendo necessário então especificar qual pressuposto estudado pelo construtivismo será utilizado na presente pesquisa.

A questão da identidade não é um elemento novo a ser estudado dentro das ciências sociais. Contudo, historicamente, o que forma a identidade não é uma preocupação considerada pelos teóricos tradicionais (WENDT, 1996). Especialmente durante o período da Guerra Fria, abordagens mais científicas da área começavam a ganhar mais força. Exemplos disso são o realismo estruturalista de Kenneth Waltz (2002) e o realismo ofensivo de John Mearsheimer (2001). A partir dos anos de 1970, questões metateóricas e epistemológicas começaram a ser debatidas dentro da Academia. Nesse campo, o conceito de identidade que era discutido ganharia força, com presença dos construtivistas e crescendo na década de 1990 (ASHIZAWA, 2008).

Mesmo não sendo tão novo nas Ciências Sociais como nas Relações Internacionais, o conceito de identidade ainda é algo sobre o qual não existe um consenso acerca de sua composição ou sua importância. Seria a identidade uma variável importante dentro de uma análise que trate de recortes mais específicos? Para tentar entender mais sobre o conceito, uma breve revisão de literatura acerca do tema se faz necessária.

Muitos dos conceitos sobre ela tratam de elementos difíceis de mensurar por serem profundamente ontológicos na composição de um determinado ator e por isso sofre rejeição como variável. Para Taylor (1989), a identidade de um ator é aquilo que este determina como certo ou errado, o que vale a pena ou não. Kowert e Legro (1996) descrevem identidades como “[...] representações prescritivas dos atores e de seus relacionamentos uns com os outros.” Contudo, corroborando com a ideia de Fearon (1999), fica entendido que não é simplesmente a ideia de escolher algo para ser certo ou errado. Identidade não seria apenas os sentimentos ou pensamentos de um determinado ator, mas sim um elemento essencial sobre a própria definição do “eu” (*self*). O autor ainda discorre sobre o fator identidade,

Identidade pessoal é um conjunto de atributos, crenças, desejos ou princípios de ação que uma pessoa pensa que distingue de uma maneira socialmente relevante e que (a) a pessoa tem um orgulho especial sobre; (b) a pessoa não tem nenhum orgulho, mas essa orienta seu comportamento de tal maneira que ela estaria perdida sobre qual modo de agir e o que fazer sem ela; ou (c) a

² Sobre a divisão dos construtivismos, o trabalho mais claro sobre o tema é o artigo de Ted Hopf de 1998, *The Promise of Constructivism in International Relations Theory*. Nele, Hopf divide o construtivismo em dois grupos. O primeiro, o construtivismo convencional, é aquele que cria maior distância entre sua abordagem e da teoria crítica, enquanto construtivistas críticos se mantêm mais próximos desta.

pessoa sente que ela não poderia mudar mesmo que quisesse³. (FEARON, 1999, p. 11)

De modo similar, Taylor (1989) afirma que, ao responder questões sobre sua identidade, um ator estaria afirmando o que é bom ou não para este. Herman (1996) sustenta que identidade seria o elo comum entre as normas e os interesses que motivaram o comportamento do ator, com essas normas e interesses como elementos dependentes do contexto histórico e cultural analisado. Logo, a identidade de determinado ator ou indivíduo seria aquilo com o qual ele responderia a pergunta “Quem é você?”. E muitas vezes essa resposta estabelece o relacionamento entre quem responde e quem ouve a resposta (WILMER, 2002, p. 75).

A identidade refere-se a quem é aquele ator e sua função em um determinado contexto (CENIT, 2013, p. 188). Logo, se afeta o comportamento de um ator, como sugerido anteriormente, fica claro que a identidade é algo que deve ser estudado se for seu objetivo entender de forma mais profunda esse comportamento. Contudo, não adianta apenas afirmar que a sua identidade foi a responsável pelo modo como ele agiu, pois esse tipo de resposta se torna muito rasa, como afirma Fearon (1999). Utilizar o argumento identidade como justificativa para um determinado comportamento sem explicar de fato o que constitui essa identidade é uma resposta fraca a este tipo de questão.

Para Castells (2013), embora não seja difícil entender a ideia de construção da identidade, torna-se fundamental que se faça um esforço para compreender como essa identidade foi constituída. Para o autor, a chamada identidade coletiva se constrói a partir do modo como os atores reagem a determinados elementos presentes naquele contexto, sendo ela construída e tendo seus significados atribuídos a partir das ações dos atores (CASTELLS, 2013, p. 23). Por que uma determinada identidade foi construída em detrimento de outra é algo que somente pode ser entendido a partir do contexto histórico no qual ocorreu (CASTELLS, 2013, p. 26). No argumento do autor, fica claro também que qualquer ator, seja coletivo ou seja indivíduo, sofre influência do contexto no qual essa identidade se constrói. Como ele afirma,

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidade múltiplas. (CASTELLS, 2013, p. 22)

³ Tradução livre da autora.

Com isso em mente, fica claro que não é possível separar o indivíduo/ator social dentro do contexto no qual ele se insere, especialmente porque contexto e os que também o habitam ao mesmo tempo também influenciam em sua formação. A identidade do indivíduo existe em relação à identidade de outros e daquele coletivo do qual ele faz parte, sendo os significados destas dependentes da existência das outras em uma relação de constituição mútua (HALL, 1999; PARDO, 2014), sendo a identidade um fator no modo como o ator observará e agirá em determinado contexto (SMITH, 2004).

A separação entre a influência da sociedade no indivíduo e vice-versa é algo complicado de se apontar, pois não existe um momento em que esse indivíduo não esteja inserido nessa, seja sofrendo influência ou influenciando-a (KRATOCHWIL, 2005, p. 121). Além disso, a existência de outros membros dentro da sociedade também afetam a experiência do ator e como este constrói sua própria existência. A existência do “Eu” em sociedade depende da existência do “Outro”. “Estranhos[...] têm um papel importante na formação da identidade coletiva já que sua presença traz a questão sobre quem o ‘Eu’ (*self*) é e quem o outro é. (NEUMANN, 1996, p. 147).”

Para Chafetz, Spirtas e Frankel (1998), os atores têm múltiplas identidades, fornecendo determinada previsibilidade que atribui ao ator a capacidade de agir mesmo sem nunca ter-se encontrado em uma certa situação. Nesta situação desconhecida, ele agirá, segundo os autores citados, de acordo com os preceitos de sua identidade. Wilmer (2002) denomina as múltiplas identidades que um ator possui de identidades em camadas ou interseccionais. Fierke (1996) desenha de maneira parecida a forma explicativa que a identidade produz, com atores identificando padrões já construídos anteriormente e utilizando suas experiências passadas para agir em situações novas; “O mundo não é simplesmente dado e entendido através de observação, mas é constituído e feito significativo, já que atores aplicam certas distinções ao invés de outras (FIERKE, 1996, p. 473).

A identidade de cada ator, o “eu” (*self*), é composta não somente por seus interesses contidos dentro da identidade corpo, como Wendt (1994) classifica, mas também a partir de interações com os outros. Identidades são múltiplas e todos possuem, além dessa identidade corpo, a identidade social (WENDT, 1994) que é construída através das interações (PARDO, 2014, p. 42). O modo como os atores se relacionarão e como verão uns aos outros depende dessas interações (KLOTZ; LYNCH, 2007), em um processo que Wendt (2014) define como socialização, influenciando a

chamada identidade social que se apresenta quando os atores interagem (WENDT, 1994).

Não é possível saber como os atores agirão apenas com análises das estruturas materiais do sistema, pois estas também possuem atributos sociais. Logo, é necessário compreender as identidades dos atores envolvidos e tentar entender o porquê daquele interesse naquela ação naquele contexto específico. Os atores agirão em relação aos objetos materiais de acordo com o significado que eles possuem para si (WENDT, 1992). Além disso, os atores não escolhem diretamente quais identidades eles irão incorporar ou como estas serão interpretadas, já que estas passam pela influência do contexto no qual elas se constroem (DUNN, 2003).

Enquanto o discurso dos teóricos tradicionais tentam exprimir um posicionamento neutro, Tickner (1996) argumenta que o discurso sobre as identidades dos atores dentro do campo, ao assumir um posicionamento teoricamente neutro, na verdade está constantemente reforçando um discurso identitário de exclusão do “outro” diferenciado. Para a autora, a identidade do Estado dentro do campo das RI como um ator racional é uma herança da ciência moderna individualista, na qual essa identidade racional era derivada a partir da exclusão do “outro” que não se encaixava nesse molde (TICKNER, 1996).

Tradicionalmente, os neorealistas assumem que a identidade do Estado é aquela de ator auto-interessado, sofrendo críticas por parte dos construtivistas que afirmam ser impossível a identidade do ator ter um único significado durante toda sua existência (HOPF, 1998). Para Dunn (2003), o modo como a identidade é construída é ligado a como os atores políticos dentro do mundo atuam, reproduzindo ou reconstruindo determinadas práticas. Os construtivistas enfatizam a possibilidade de mudança e o poder das práticas e interações sociais (HINZ, 2007).

No caso desta pesquisa, sendo o Estado o objeto de estudo, faz-se necessário determinar o que autores especificamente explicam sobre questões das identidades destes. Para Ashizawa (2008, p. 575), a identidade dos Estados pode ser conceituada como sua imagem individual e como este se porta nos contextos internacionais, sendo formado pela ideia do que o Estado é e o que ele representa, com possibilidade de mudança pelas interações com outros. Já Tickner (1996) afirma que o Estado é uma comunidade apropriada para prover um sentimento de pertencimento a uma identidade relativamente segura, com barreiras e uma herança histórica comum, com a transformação das identidades dos membros deste transformando a estrutura. O mesmo

é válido para o sistema internacional de Estados (HALL, 1999). De acordo com Alexandrov (2003), determinadas políticas conduzidas pelo Estado, seja consciente ou não por parte de quem a conduz, podem reforçar ou reescrever determinadas partes específicas da sua identidade enquanto Estado.

De acordo com Bloom (1993), para a retórica sobre a identidade nacional ser aceita diante do público comum, muitas vezes se enfatiza uma ameaça à ela, o que cria um sentimento de identificação entre o público e a nação. Logo, a importância do estudo da identidade como variável fica claro, pois “[...] a identidade pode ser usada para mostrar como Estados com históricos e culturas particulares acabam por adotar uma norma específica” (CHAFETZ; SPIRTAS; FRANKEL, 1998, p. XVII).

O que é compreendido aqui como identidade do Estado é a “[...] comunidade política com algum sentido de identidade nacional compartilhada (DOTY, 1996, p. 122)”. Um termo cunhado por Wendt (1994), a identidade corpo de um Estado seria essa coletividade física (cidadãos, território e recursos), enquanto a identidade social seriam os vários significados que o Estado atribuiria a si próprio como ator na sociedade internacional e os significados que outros atribuem a ele, além dos significados que se constroem a partir das interações dentro desse sistema.

A identidade do Estado não é um objeto fixo ou imutável na história, pois está “[...] sempre em processo de construção e reconstrução (DOTY, 1996, p. 123)”. Países não possuem identidades fixas (TICKNER, 1996), nem totalmente estáveis (VARADARAJAN, 2004) e dependem do contexto no qual existem (WILMER, 2002, p. 66).

Jepperson, Wendt e Katzenstein (1996) usam o termo identidade, apropriando-se dele como na psicologia social, já que “[...] nações constroem e projetam identidades coletivas e Estados operam como atores (JEPPERSON, WENDT, KATZENSTEIN, 1996).” Nesse caso, identidade significaria as imagens de individualidade que um ator tem de si e que é formada também por meio da relação com outros, sendo essa dependente da relação “Eu” com o “Outro”.

Logo, para os construtivistas, as identidades influenciam no modo como os Estados ou outros atores dentro do cenário estudado portam-se (WENDT, 1992). A alteração da identidade pode-se manifestar com a aceitação ou rejeição de novas normas ou instituições internacionais (ALEXANDROV, 2003), por exemplo. De acordo com Ashizawa (2008, p. 575), identidades são influenciadas pelas interações com os outros, enquanto são moldadas pelo contexto na qual elas se constroem. Elas são construídas

como resultado de discursos múltiplos, sendo estes afetados por questões como disputa política ou de poder na construção de sua narrativa (DUNN, 2003), com interesses e identidades construídos e reconstruídos por meio das práticas políticas e dos conhecimentos compartilhados resultantes delas (HINZ, 2007), sendo os significados responsáveis por moldar essas identidades e interesses (PARDO, 2014, p. 42). Para Wendt (2014), esse conhecimento comum compartilhado não precisa ser objetivamente verdade, mas sim algo real na percepção dos atores que agem em função deste, o que influencia na existência de normas, regras ou regimes.

Sobre a questão da identidade, Wendt (1995) explica que conceder um papel de maior importância para ela na análise não significa que não existam questões de interesse materiais para os atores. Eles possuem interesses em proteger sua segurança física. O que distingue é a identidade social, que são os significados que os atores atribuem a si mesmos. Estes significados sempre mudarão e serão reconstruídos através de interações e influenciarão o modo como os interesses serão construídos e como atores decidem lidar com questões coletivas, seja de modo cooperativo ou seja por meio do conflito, a partir da maneira como os envolvidos se identificam uns com os outros (WENDT, 1995).

Mesmo com suporte da importância da agência, os construtivistas não negam a importância da estrutura, afirmando que as duas são inseparáveis e não é possível dar prioridade ontológica a uma ou outra na responsabilidade de construção de identidades e interesses (PARDO, 2014, p. 42; CENIT, 2013, p. 185). O mundo não é predeterminado, mas sim influenciado e construído pelos indivíduos (CENIT, 2013, p. 185). Logo, “a estrutura é tanto o meio como resultado da reprodução das práticas (ADLER, 1999, p. 210)”.

Isso se reflete na questão de normas e regras que compõem a estrutura. Quando certas normas se tornam prevaletentes e aceitas no lugar de outras previamente existentes, significa que ocorreu uma mudança na identidade (JEPPERSON, WENDT, KATZENSTEIN, 1996). Contudo, a identidade anterior não some totalmente, sendo as experiências e interações passadas base para as identidades, “[...] não sendo nenhum ontologicamente prioritário ao outro. Interesses são produzidos por identidades, mas então, identidades são escolhidas por causa de certos valores ou interesses (ALEXANDROV, 2003, p. 39)”. É através das interações que as identidades mudam e que normas dentro do sistema internacional são rejeitadas ou aceitas o que, na opinião de Alexandrov (2003), tornaria o escopo do estudo oferecido pelos construtivistas mais

valioso do que o oferecido pelos liberais. As instituições e as normas dependem da prática para se desenvolver (HALL, 1999). De acordo com Kratochwil (1989), o modo como essas instituições e normas se desenvolverão dependerá da comunicação entre aqueles que compõem o cenário no qual aquela determinada norma pode surgir. A partir desse contexto, certas regras e normas serão legitimadas e afetarão o modo como a prática se desenvolverá (KRATOCHWIL, 1989).

Cada Estado, como ator, terá seus interesses iniciais, mas estes também poderão ser afetados pelas ações dos outros. Logo, a anarquia não possui uma lógica de auto-ajuda, sendo nesse cenário possível que ações diplomáticas substituam ações de violência e construam uma cultura de pacifismo (COPELAND, 2006, p. 01). Isso não significa especificamente que a cultura de violência será substituída pela de cooperação, mas sim que a interação entre os atores é essencial para o modo como essa cultura se caracterizará (ZEHFUSS, 2004).

Mesmo com a possibilidade de mudança no cenário internacional, isso não significa que os construtivistas afirmem que essa ocorrerá facilmente. Hopf (1998) expõe isso em seu trabalho, explicando que, quando uma determinada estrutura ou identidade social é estabelecida, essa normalmente está ali após um longo processo de construção e reconstrução, tornando-a algo que parece ser impossível de se mudar. A partir do momento que uma instituição ou identidade é estabelecida, torna-se muito difícil reconstruí-la, sendo infundadas as críticas dos racionalistas de que a mudança seria algo muito fácil para os construtivistas (HOPF, 1998). Os autores reconhecem a dificuldade da mudança acontecer, pois argumentam que a estrutura estabelecida normalmente leva um longo caminho a ser aceita como normal ou comum. A construção da identidade tem uma inerente questão de poder envolvida nela e ela deve ser estudada e criticada ao invés de tomada como algo reificado (RESENDE; LEITE, 2014).

Como dentro desta pesquisa o ator principal estudado é um Estado, se aceita que sua identidade corpo se refere a seus cidadãos, recursos materiais e instituições (PARDO, 2014, p. 43). Na concepção de Deudney (1996), o que constitui as identidades dos países, a chamada identidade nacional, é um sentimento de solidariedade reforçado por atributos em comum entre seus habitantes, dividindo e se identificando com um mesmo espaço. Serão estas ideias, da identidade sendo um sentimento, valores e interesses expressos por determinado ator, que serão exploradas no presente capítulo.

Esta pesquisa reconhece que o que constitui a identidade do Estado não é algo monolítico ou expresso apenas dentro de discursos ou documentos oficiais do governo. Dentro do Estado existem elementos que estão unidos por identidades comuns, como também podem ter identidades contraditórias ao que o Estado expressa naquele determinado momento (ALEXANDROV, 2003). Contudo, nessa dissertação, a ideia de identidade será observada, no terceiro capítulo, a partir da análise de discursos oficiais do presidente, tendo consciência de seu lugar mais privilegiado como chefe de Estado (DOTY, 1996). Neste momento é importante reforçar que, por mais que o presente capítulo queira entender como se construiu uma determinada identidade dos Estados Unidos, essas identidades nunca serão permanentes, estando sempre em processo de constante reconstrução (KLOTZ; LYNCH, 2007).

Portanto, com base no exposto até aqui, o conceito de identidade explorado pelos construtivistas será utilizado para analisar o objeto de estudo dos Estados Unidos. Contudo, o conceito de identidade elaborado por autores por Wendt é de certa forma limitado já que o autor ainda toma o Estado como algo que Lee (2000) denomina de “caixa-preta”. O autor critica Wendt já que ele ignora fatores domésticos⁴ e não observa aquilo que acontece dentro do Estado. Ao não considerar esses elementos, Wendt não observa como identidades e interesses dos Estados podem ser constituídos internamente, não observando como estes podem ser relevantes na construção da identidade do Estado antes mesmo da interação com outros (LEE, 2000, p. 92). De acordo com a interpretação de Cederman e Daase (2003), construtivistas como Wendt tornam a identidade corpo um fator imutável devido à interpretação que realiza apenas externa dos elementos deste, sendo “[...] a exclusão do processo de construção do Estado como um portador de identidade e de processos domésticos de articulação de identidade do Estado parte do problema.” (ZEHFUSS, 2001, p. 355).

Para Zehfuss (2001), o conceito de identidade proposto por Wendt, mesmo tentando ser algo inovador dentro da área, ainda assim se prende à construção da identidade do Estado como algo fixo, que pode ser negociado entre dois ou mais Estados⁵, e que ignora a complexidade da sua construção por questões domésticas.

Portanto, enquanto é importante não se ignorar o conceito de identidade mais popularizado por Wendt na literatura, a concepção de identidade aqui será utilizada para

⁴ Wendt faz isso conscientemente, alertando em seu livro *Teoria Social da Política Internacional* (2014) que ele reconhece existir a estrutura micro, a estrutura interna dos Estados, mas que ele está interessado na estrutura macro, ou seja, em como a relação acontece entre os Estados.

⁵ Nesse caso Estados, pois eles são as unidades de atores com as quais Wendt trabalha em sua abordagem.

entender a construção da identidade dos Estados Unidos de acordo com fatores que influenciaram esta mesmo antes de sua independência. Para tanto, faz-se uso também de determinados preceitos do construtivismo de Onuf apresentados anteriormente. Mais especificamente, a ideia de que a sociedade é resultado da constituição mútua que está em constante ocorrência. Ela será resultado de atos de interação e de fala que serão legitimados por determinados contextos ou normas. Determinados atos dos Estados Unidos enquanto país não poderiam ser considerados legítimos diante de sua sociedade se não existissem as normas construídas ao longo de sua história que a regrassem. Essa pesquisa analisará o caso dos Estados Unidos como resultado das ideias presentes durante sua construção e que ainda podem ser vistas como um elemento presente em sua identidade.

1.2 A formação histórica dos Estados Unidos

Uma nação soberana e uma das mais influentes do cenário internacional, os Estados Unidos da América possuem uma história rica tanto como um ator em nível mundial, quanto em suas particularidades domésticas. Contudo, mesmo depois de séculos após sua formação enquanto Estado soberano, alguns valores formados durante sua época como colônia ainda imperam dentro do país, constituindo uma parte essencial de sua identidade. Para entender esta dentro dos propósitos do presente trabalho, torna-se essencial que se apresente sua história para que se compreenda o contexto desses elementos.

O território foi alcançado pelas potências europeias como uma consequência das explorações do continente americano a partir do século XV (MIDDLETON; LOMBARD, 2011, p. 27). Ele foi alvo do período extenso de colonização no dentro do continente americano que era consequência direta da competição na Europa (FIORI, 2004, p. 67) e da influência da evolução da economia mercantilista dominante na época (HERRING, 2008, p. 12). O futuro país manteve-se propriedade da Inglaterra no início do século XVII⁶, tornando-se a primeira colônia do império no continente americano

⁶ De acordo com Middleton e Lombard (2011), desde o século XVI já existiam tentativas de estabelecer maior presença inglesa no continente americano, com a primeira colônia sendo estabelecida em 1585, na Ilha de Roanoke (território que atualmente constitui a Carolina do Norte). Contudo, apenas no início do século XVII que as oportunidades para esta empreitada cresceram, graças a necessidade de resolver o problema de superpopulação e desemprego dentro da Inglaterra, além da assinatura de um tratado de paz com a Espanha em 1604, permitindo o deslocamento com maior facilidade para a América (MIDDLETON; LOMBARD, 2011, p. 47).

como parte de políticas de incentivo à economia da nação inglesa, que viria a tomar forma mais concreta na formação das treze colônias (MCCALLISTER, 1989).

Como resultado dessa relação, os Estados Unidos sofreram ao longo de sua história extensa influência de suas origens como colônia da potência europeia e isso aconteceu com o início do movimento de migração de ingleses para o novo continente, com a presença de protestantes puritanos sendo essencial para a formação da cultura dentro do território dos Estados Unidos (NOLL, 1992, 32). Essa doutrina tornou-se a religião dominante nas colônias de Plymouth, Massachusetts, New Haven e Connecticut (NOLL, 1992, p. 41) e influenciou extensamente o contexto político e social (MATEO, 2011).

Graças a constante presença da Inglaterra dentro do novo continente, a colônia se tornou extremamente ligada à metrópole por meio do comércio entre os dois lados, o que gerou mudança no comportamento do consumidor do país europeu e aumentou extensamente o comércio das colônias britânicas (MIDDLETON; LOMBARD, 2011).

A colônia não era apenas influenciada pela presença de herança religiosa vinda do velho continente (MIDDLETON; LOMBARD, 2011), mas também em parte pelos preceitos do Iluminismo⁷ (MIDDLETON; LOMBARD, 2011; DA FONSECA, 2007), fator que estaria presente também nas ideias dos líderes da revolução que aconteceria no meio do século XVIII (WOOD, 2009, p. 37). Além disso, a colônia acabou extensivamente envolvida nas rivalidades dos membros do antigo continente, especialmente França e Inglaterra, como no caso da Guerra dos Sete Anos, o que influenciaria na criação de sentimentos contra a metrópole inglesa (HERRING, 2008, p. 14).

A propagação das ideias liberais seria essencial para o sentimento de revolta contra a metrópole. McGowan (2007) afirma que as ideias liberais propagadas nos Estados Unidos preocupavam-se com a liberdade individual do cidadão, buscando resposta aos problemas sociais no secularismo e não na religião e ao mesmo tempo pontuando a necessidade de ordem social que não viesse da presença da igreja, mantendo assim na teoria o poder de escolha nas mãos do povo e protegendo esse de possíveis tiranias (MCGOWAN, 2007).

⁷ O Iluminismo foi um movimento marcado por questões filosóficas e intelectuais que foram debatidos na Europa e que ganharam maior força durante os séculos XVIII e XIX. Dentre algumas das questões debatidas pelo movimento estaria a ênfase na importância da filosofia e do conhecimento e o privilégio da razão para o desenvolvimento de uma sociedade mais próspera, além da busca pelo conhecimento comprovado por meios racionais (CAVALCANTE, 1995).

A partir do século XVIII divergências entre colônia e metrópole começaram a surgir, com os Estados Unidos não se enxergando apenas como uma extensão da Inglaterra e sendo necessário então pensar como o país que nascia iria evoluir (DEUDEY, 1996). O novo país deixaria de ser uma colônia europeia, mas ainda seria um turbilhão cultural com muitas influências vindas do velho continente e um pólo de novas tecnologias (DEUDEY, 1996).

Os colonos do território americano já estavam insatisfeitos com os abusos de poder da metrópole inglesa na forma de criação de impostos que consideravam injustos e foi em 1773, com a instauração da Lei do Chá à colônia que começaram a ocorrer rebeliões por parte dos habitantes do continente. Após 1774, com as restrições instauradas às liberdades dos cidadãos por parte do parlamento inglês, habitantes das treze colônias começaram a se unir no auxílio da colônia de Massachusets, que sofria maiores restrições com o fechamento do seu porto em Boston por parte do parlamento. Esse objetivo em comum uniu os cidadãos das treze colônias em torno de sua insatisfação perante o comando inglês (WARD, 1999). A partir de 1775, parte dos cidadãos da colônia proclamavam a necessidade da separação dos Estados Unidos da metrópole, usando da retórica religiosa e moral para atribuir à Inglaterra o papel de tirano contra as liberdades dos cidadãos (WARD, 1999).

Embora os EUA já fosse independente e a Inglaterra tenha reconhecido sua soberania em 1783 (MOUNTJOY, 2009), o país constituiu-se, naquele momento, em um território extenso e uma população variada, sua autoridade ainda não alcançava toda sua extensão (HUNT, 2009, p. 21). Isso gerou a necessidade de elaborar um documento capaz de regular o território estadunidense de maneira igual, ao menos em teoria.

Após a independência, em 1781, foram adotados os chamados Artigos da Confederação, como resultado de discussões sobre a União que vinham desde 1776 (HERRING, 2008). O documento produzido entre as antigas treze colônias britânicas serviria em teoria como sua primeira constituição (MOUNTJOY, 2009), mantendo cada Estado com suas peculiaridades, mas também estabelecendo uma aliança entre eles para “[...] sua defesa comum, a segurança de suas liberdades, e seu bem estar geral e mútuo, se prontificado a ajudar uns aos outros[...] (FRANKLIN, 1781)”. Contudo, esse documento não era capaz de se valer nos termos weberianos, pois dependia da vontade dos Estados para que pudesse agir⁸.

⁸ The Constitution. Disponível em: < <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/the-constitution>> Acesso em 24 de junho de 2018.

Em 1787, reunir-se-ia na Filadélfia a Convenção Federal que buscava a elaboração de uma nova constituição mais forte (LIMONGI, 2006). Durante o período de um ano, ocorreu um extenso debate sobre a ratificação ou não do documento, com duas facções se formando, os chamados Federalistas, que apoiavam a ratificação, e os Anti-Federalistas, que se opunham⁹ ao documento.

Os Federalistas, que acreditavam no modelo republicano (WOOD, 2009, p. 54), foram representados especialmente pelas figuras de James Madison, Alexander Hamilton e John Jay que, durante o ano de 1788, publicaram em Nova Iorque uma série de 85 textos de autoria anônima defendendo a ratificação do documento e crendo na força de uma União fortalecida para não sofrer destino de outros países que exibiam habilidades de governo mais caóticas (MADISON; HAMILTON; JAY, 1993). Ao longo desses textos, reunidos posteriormente na obra *O Federalista*, os autores discutiam os benefícios da ratificação e as características de um governo regido por princípios ali contidos (MADISON; HAMILTON; JAY, 1993).

Ao se basear nas ideias liberais, o modelo em construção nos EUA voltava-se para manter a ordem social e as liberdades individuais a partir do secularismo e não da religião (MCGOWAN, 2007). Tais preceitos buscavam proteger o país da possível tirania e abuso de poder, o que se reflete no estabelecimento e contínua existência do modelo do colégio eleitoral para eleição dentro do sistema dos Estados Unidos, segundo McGowan (2007). As ideias liberais também influenciariam o modelo econômico do país já que, segundo Wood (2009), a ideia dos Federalistas era que os Estados Unidos deixassem o modelo da agricultura como base da economia e evoluíssem para uma economia industrializada no último estágio econômico.

Com o advento da Constituição e a instauração do governo republicano, os Estados Unidos voltam sua atenção para dentro do território americano, ao tomar posição neutra em relação aos conflitos no continente europeu (FIORI, 2004, p. 69) e manter posição de maior isolamento por se considerar diferente das potências do antigo continente (DA FONSECA, 2007). Com isso, o país começa um processo de expansão e aumento de força, com a aquisição da Louisiana, em 1803 (CHERRY, 1998), a compra de Gadsen, em 1853, e a anexação do Oregon e do Texas, na década de 1840 (HUNT, 2009; MOUNTJOY, 2009).

⁹ The Constitution. Disponível em: < <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/the-constitution>> Acesso em 24 de junho de 2018.

Mesmo sendo uma nação independente, os Estados Unidos mantinham uma relação que Fiori (2004) qualifica como privilegiada com a Inglaterra, o que auxiliou na formação e no fortalecimento de sua economia. Além disso, o sentimento de otimismo e esperança para uma república forte auxiliou na reforma da sociedade estadunidense, especialmente voltada para a educação baseada em ideias sobre progresso e para escapar da possibilidade de ignorância, com expansão também das artes para espalhar as ideias revolucionárias (WOOD, 2009).

Para Fiori (2004), os Estados Unidos tornaram-se algo único no sistema internacional da época da sua independência, pois foram o primeiro a se constituir enquanto Estado fora do sistema europeu. Contudo, o autor também denota que a independência estadunidense teve como variável as interferências do sistema europeu no território da antiga colônia e que, ao alcança-la, os Estados Unidos incorporaram para si comportamento similar ao das potências mais antigas da Europa, mesmo com críticas a este (HERRING, 2008, p. 15), expandindo seu território e força.

Com economia em crescimento, tornou-se mais fácil manter o projeto de mover-se para o Oeste que estava presente na mente da nação soberana como elemento de seu papel único na história (HUNT, 2009). A ideia de expandir-se e espalhar sua influência ao longo do território americano ganhou força após a independência devido a uma série de elementos historicamente importantes para o país que influenciaram suas ações na época e que podem ser vistos como presentes ainda hoje.

Por constantemente reificar a retórica sobre liberdade e direito de escolha dos homens como um componente constante em sua história, é necessário pontuar determinadas contradições sobre a ideia de liberdade nos Estados Unidos. Ao se colocar como um antro de liberdade de maneira única devido à sua forma de governo, livre de influência da monarquia e da influência oficial da religião, os Estados Unidos reificavam um discurso de excepcionalidade acerca da liberdade dentro do país, ao mesmo tempo em que ainda mantinha instituições que privavam de liberdade e direitos determinados grupos de sua população. A escravidão de pessoas negras só foi abolida oficialmente em 1865, com o artigo XIII da Constituição¹⁰ e, apenas em 1920, o voto foi estabelecido como oficial para todos os gêneros¹¹.

¹⁰ Constitution of the United States. Disponível em: <https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm#amendments> Acesso em 08 de fevereiro de 2019.

¹¹ Idem.

O caso da escravidão no país é mais contraditório de analisar-se em comparação aos valores oficialmente adotados pelo país. De acordo com autores como Riss (2006) a ideia de privar uma pessoa de sua liberdade seria uma contradição aos princípios liberais tão importantes para os Estados Unidos. Contudo, mesmo com a ratificação da Constituição dos Estados Unidos, ainda demoraria quase um século para que a escravidão fosse abolida e ainda com a abolição, diversas normas e instituições presentes na sociedade estadunidense que prejudicariam pessoas negras seriam mantidas (MARSZALEK, 2007). Riss (2006) aponta então para essa contradição existente nos ideais liberais, com a discussão sobre a época voltando-se para se os ideais do liberalismo foram distorcidos ou se esses ideais possuíam inerentes injustiças sociais (RISS, 2006, p. 28). A mudança começou através da criação de uma nova instituição oficial, que foi o artigo XIII da Constituição, ratificado em 1865¹², resultado da Guerra de Secessão (1861-1865). Na própria guerra certos elementos começaram a trazer mudança, pois, segundo (MARSZALEK, 2007), surgiu a necessidade de colocar-se homens negros para lutar no conflito, o que já trazia uma mudança na sociedade do país, pois, a partir da visão dos Estados Unidos, essas pessoas negras não seriam cidadãos e não possuiriam um dos maiores direitos e honras do cidadão de seu país, que seria o de lutar no exército (MARSZALEK, 2007, p. 114).

A adoção de valores liberais que afirmavam a importância da liberdade do homem pode ser observada como contraditória ao observar o histórico do país logo após sua independência. Contudo, Butler (2012) afirma que o que ocorre em relação aos Estados Unidos é uma reapropriação dos entendimentos liberais e sobre a importância de propagar esses ideais para propagar e garantir a paz no cenário internacional na visão estadunidense. Para isso, o país se apropria e constrói uma narrativa específica sobre a ideia de guerra justa. Butler (2012) afirma que questões sobre a ideia de uma justificativa plausível para conflito e tratamentos de justiça no conflito são debatidas há séculos e apenas quando os Estados emergem como a autoridade principal após os Tratados de Westfália, no século XVIII, a ideia de discussão sobre a justiça do conflito foi banida oficialmente de discussões legais, com o Estado representando a força maior no sistema e a guerra oficialmente reconhecida como um instrumento para seus interesses.

¹²Constitution of the United States. Disponível em: <https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm#amendments> Acesso em 08 de fevereiro de 2019.

O autor pontua que a discussão sobre Guerra Justa retorna durante o século XIX, com discussões acerca dos valores entendidos como virtuosos da tradição e instituições liberais, que confeririam maior legitimidade aos Estados liberais do Ocidente e que esses valores seriam os mais apropriados para estabelecer e promover a paz no cenário mundial (BUTLER, 2012, p. 34). Nos Estados Unidos, isso foi expresso em discursos para justificar intervenções que se baseavam em ideias universalistas e destacavam a providência divina que abençoava o país, cobrindo essa suposta contradição que existia ao propagar ideias de pacifismo e condenar movimentos imperialistas, enquanto também intervindo em países para impor tais ideais (BUTLER, 2012).

O período da colônia até a independência e da subsequente Guerra de Secessão são momentos essenciais para a reificação de valores dos Estados Unidos e sua reflexão nas suas ações enquanto ator internacional. Tal período foi escolhido para analisar como esses valores iniciais começaram a instaurar-se e como esses foram reificados não apenas por questões subjetivas, como sua compreensão acerca da ideia de liberdade em relação às monarquias europeias, mas também pelas conquistas materiais alcançadas no início de sua história de nação independente. Foi reforçada assim tal ideia do país excepcional ao longo de sua história, devido a tal conjunto de questões subjetivas e materiais.

Com essa apresentação, ainda que breve, dos fatos históricos do país realizada, o último tópico desse capítulo será destinado, então, para entender melhor quais são esses elementos e como eles são fundamentais para a identidade estadunidense.

1.3 Elementos de constituição da identidade estadunidense

A ideia que os Estados Unidos são uma nação diferente das outras esteve presente durante toda sua história, sendo utilizadas para “[...] sua independência política e união política (DEUDEY, 1996, p. 135)”, com essa percepção sendo colocada como uma ideologia de incentivo para a população do país em relação ao seu papel (MATEO, 2011). Tal ideia se expandiu com seu sucesso militar e econômico mundo afora, o que reforçou a ideia de que os Estados Unidos seriam uma nação moral e politicamente superior (HODGSON, 2009).

Mesmo após sua independência, os revolucionários da recém formada nação invocavam o sentimento que estava presente na época da criação das colônias (HERRING, 2008). Eles invocavam a ideia dos colonizadores sobre “A Cidade sobre a

montanha¹³”, noção que vinha carregada da ideia que “[...] os colonizadores americanos, e aqueles que os seguiram[...]foram encarregados por Deus com a tarefa de melhorar a si mesmos e ao mundo – eles são uma nação redentora (MCCRISKEN, 2003, p. 09)”. Com essa ideia, ficava claro que os colonizadores ingleses tomavam para si a missão de construir algo novo e servir como um exemplo para o resto do mundo (HODGSON, 2009).

Logo, essas pessoas consideravam o novo país como um exemplo para o mundo (MOUNTJOY, 2009), “[...] vendo si mesmos como condutores de um experimento único de auto-governo que era um presságio de uma nova era na política mundial (HERRING, 2008, p. 16).” Neste sermão, para Pardo (2014), estavam expressas as bases do excepcionalismo americano, com os colonizadores “[...] sendo enviados por Deus[...] servindo de exemplo de comportamento moral para iluminar o resto do mundo (PARDO, 2014, p. 45)”. O povo dos Estados Unidos se via como uma nação de pessoas livres e donas de seu próprio destino, algo novo se comparado às antigas monarquias da Europa.

Portanto, com esse conhecimento acerca da história da nação para que melhor se entenda sua identidade, existem quatro elementos nesse trabalho que são considerados constitutivos da identidade estadunidense.

- a) A influência da religião no país;
- b) O excepcionalismo americano;
- c) O Destino Manifesto;
- d) A relação que o país constrói com o “Outro”.

Essa divisão foi escolhida diante da percepção da importância desses quatro elementos para a história dos Estados Unidos ao longo da pesquisa. Eles estão sempre presentes em diferentes níveis na literatura estudada e dependendo do foco da pesquisa um pode ser considerado mais importante que o outro. Diante da compreensão nessa dissertação sobre a identidade dos Estados Unidos, foram colocados os quatro

¹³ A “Cidade Sobre a Montanha” é uma metáfora usada pela primeira vez por John Winthrop para descrever os colonizadores que iam estabelecer a colônia em Massachusetts em 1630 (HODGSON, 2009). Invocando a analogia do Evangelho de Mateus do Cristianismo, esse foi o sermão que, segundo Gardella (2014), estabeleceu o nível dos discursos missionários do futuro território dos Estados Unidos. Os colonizadores possuíam uma missão divina sob o olhar de Deus e, da mesma forma, outros governantes dos Estados Unidos, como John F. Kennedy e Ronald Reagan, também usariam esse para fomentar sua retórica (GARDELLA, 2014).

elementos como sendo complementares uns aos outros e partes essenciais da formação do país.

O primeiro deles, a influência da religião, é um elemento presente desde o primeiro momento dos Estados Unidos, especialmente ao considerar quem eram os colonizadores que se dirigiram ao continente americano. Uma visão fortemente religiosa sobre a colonização do território por parte dos ingleses era presente desde a sua fundação (CHERRY, 1998). Um dos elementos que influenciaram as ações dos colonizadores do território americano seria o legado deixado pela chamada Reforma Protestante que ocorrera na Inglaterra, com muitos dos insatisfeitos com a Igreja da Inglaterra deixando o velho continente (CHERRY, 1998; MATEO, 2011) para estabelecer um novo caminho para a religião no território novo, o que influenciaria na criação do protestantismo estadunidense no futuro (WALD; CALLHOUN-BROWN, 2011). A religião protestante seria essencial para a criação do modelo de vida político, social e cultural do país (MATEO, 2011).

Esta influência era vista no modo de reação dos europeus em relação aos nativos que habitavam o território americano, com justificativas bíblicas ou divinas sendo utilizadas para amenizar a violência contra os povos nativos que ali viviam (HIXSON, 2015, p. 18). Para Kratochwil (2005), isso é um paradoxo existente dentro do discurso religioso, no qual, ao mesmo tempo que encontramos discursos de aceitação e caminhos para paz, esse também possibilita a existência de retóricas de violência “[...] em defesa do ‘sagrado’[...]” (KRATOCHWIL, 2005, p. 114)” e que pode ser identificado especialmente ao longo da história dos Estados Unidos.

Já no ambiente da colônia muito se discutia sobre o papel do território que seria os Estados Unidos e qual seria esse papel sob os olhos de Deus (CHERRY, 1998), com a religião também sendo influente para criar um sentimento de união entre os colonos (WALD; CALLHOUN-BROWN, 2011; MATEO, 2011). Para Cristi (2001), o que se destacava na influência da religião na colônia era a ideia intrínseca de ligação entre moral e religião. Um bom seguidor de Deus era, automaticamente, um bom cidadão, sendo bom cristão e bom cidadão fatores equivalentes (CRISTI, 2001, p. 51). Isso é refletido na cultura que se constrói nos Estados Unidos acerca do modo de produção capitalista que Weber (2016) afirma ser caracterizado pela ideia de realização através da vocação pessoal. A realização do fruto de trabalho seria interpretado pelos ideais protestantes como realização do caminho guiado por Deus. Essa visão positiva acerca

do trabalho e sua relação com o divino acabaria por influenciar o modo de produção do país,

Pois para todos, sem exceção, Deus preparou uma vocação, que ele poderia professar e na qual deveria trabalhar. E essa vocação não é, como era para o luterano, um destino ao qual ele deveria submeter-se e com relação ao qual deveria fazer o melhor possível, mas é o mandamento de Deus, para o indivíduo trabalhar para a Sua glória divina. Essa diferença, aparentemente sutil, tinha amplas consequências psicológicas e se vinculou com um posterior desenvolvimento da interpretação providencial da ordem econômica,[...]. (WEBER, 2016, p. 229).

De acordo com Cristi (2001), elementos da religião ajudavam desde cedo na história dos Estados Unidos a compor sua noção de identidade. A autora explica sobre essa noção religiosa que os colonizadores tinham sobre a colonização dos Estados Unidos. Era “[...] uma tradição de pessoas escolhidas ‘em pacto com um Deus’, que julgaria, disciplinaria, e guiaria as pessoas estadunidenses[...] a ‘causa da liberdade’ sendo a ‘causa de Deus’[...] os colonizadores se convenceram que eles eram a personificação da evolução humana que o resto do mundo seguiria. Eles estabeleceriam no Novo Mundo uma ‘ordem racional melhor’, com ‘maior liberdade individual’ e perfeita igualdade social (CRISTI, 2001, p. 202)”. Eles acreditavam seguir a chamada providência divina, de acordo com o caminho designado por Deus (DA FONSECA, 2007).

Mesmo sendo influências diretas dos colonizadores puritanos vindos da Europa, as ideias religiosas não foram menos presentes no ambiente que caracterizou a separação entre metrópole e colônia no século XVIII. As ideias puritanas sobre o divino também influenciariam o clima político na colônia diante dos acontecimentos anteriores à sua independência. Segundo Wald e Callhoun-Brown (2011), tais ideias proclamavam que a metrópole possuía responsabilidade de tratar de maneira justa a sua colônia, já que existia um pacto divino de responsabilidade instaurado por Deus, uma relação de mútua obrigação, com estas ideias baseadas em interpretações de modelos de pactos realizados por Deus como demonstrados em textos bíblicos. A partir dessas interpretações, o tratamento injusto da Inglaterra com sua colônia garantia a ela o direito de revoltar-se com a metrópole.

Além disso, mesmo com discordâncias entre os líderes da revolução e membros da Igreja, havia a semelhança entre eles em concordar que a separação da Inglaterra era um elemento que estaria justificado, pois os EUA possuíam um destino guiado por

Deus, como explica Cherry (1998). Mesmo os chamados Pais Fundadores dos Estados Unidos viam Deus como “[...] intimamente envolvido em eventos da história estadunidense. A providência divina era a força que movia os Estados Unidos para a liberdade; eventualmente, a providência iria, através dos exemplo dos Estados Unidos, direcionar o mundo para o mesmo fim (CHERRY, 1998, p. 65)”.

A guerra para libertar os Estados Unidos era colocada como parte do destino divino construído por Deus para o novo país (MATEO, 2011). De acordo com Ward (1999), nesse aspecto os membros de igrejas foram essenciais para a mobilização dos cidadãos em favor da guerra contra a metrópole, pois seria um combate divino contra um tirano que buscava obstruir as liberdades dos indivíduos. Isso tornava comum a presença de sermões de caráter patriótico por parte dos pregadores em seus serviços, apelando aos cidadãos que se juntassem a causa pela liberdade (WARD, 1999, p. 15). Ainda que existissem críticas a movimentos religiosos e a membros da Igreja por parte dos membros do movimento revolucionário, Wood (2009) afirma que muitos dos líderes religiosos viam como positivo o movimento que espalhava a ideia de liberdades dentro do novo país, com a Igreja da Inglaterra apresentando maior ameaça para a religião. Esse contexto tornou mais fácil para os revolucionários encontrarem pessoas que se juntassem ao seu movimento nas comunidades religiosas (WOOD, 2009, p. 579).

Mesmo com o crescimento das ideias revolucionárias e políticas após a independência, como dito, Wood (2009) afirma que a grande maioria dos cidadãos estadunidenses ainda tinham a religião como uma grande parte de sua vida. Devido a separação entre Estado e religião após a independência, ao contrário do que poder-se-ia esperar, a religião continuou a ser um elemento constante na vida dos cidadãos da nova nação,

Quase todas as pessoas medianas e comuns na República jovem continuavam a interpretar o mundo através da religião. Incêndios devastadores, terremotos destrutivos e colheitas ruins eram atos de Deus e muitas vezes considerados punições para um povo pecador. [...] A Revolução Americana rompeu muitos laços profundos que ligavam tradicionalmente o governo e religião, especialmente com a Igreja Anglicana, e tornaram a religião um assunto voluntário, um problema de escolha livre. (WOOD, 2009, p. 576).¹⁴

Portanto, mesmo com ideias nitidamente interpretadas como contrárias à influência da religião sendo espalhadas após a independência, foi durante o século XIX que aconteceu o chamado Segundo Grande Despertar, um momento nos Estados Unidos

¹⁴ Tradução livre da autora.

no qual diferentes ramos do Cristianismo se tornaram mais fortes dentre a população estadunidense, “[...] marcando a republicanização e nacionalização da religião estadunidense (WOOD, 2009, p. 582)”.

A liberdade de religião garantida pela nova constituição e o Estado não possuir nenhuma religião oficial (CAMPBELL; PUTNAM, 2011) eram elementos novos para um Estado na época de sua criação, mas não impediram que a religião se tornasse um elemento importante na sociedade civil, com esta liberdade religiosa garantindo que existisse espaço na sociedade para o discurso religioso (CAMPBELL; PUTNAM, 2011, p. 613). A quebra da ligação entre Estado e religião e a liberdade religiosa oferecia aos cidadãos dos Estados Unidos uma liberdade nunca antes possuída, reforçada pelas garantias de direitos da Constituição ou da Declaração de Independência (DA FONSECA, 2007).

A tradição religiosa do país influenciaria na construção de sua identidade pois, mesmo sendo um país fundado em princípios religiosos de crenças protestantes (NABERS, PATNAM, 2010), o direito à liberdade de religião reforçava a ideia do país como algo único no sistema, com a crença sendo algo voluntário e livre para os cidadãos (NABERS, PATNAM, 2010) e um direito protegido pela Constituição do país¹⁵.

Logo, a religião tomava um papel importante na sociedade e, para Noll (1992), as igrejas foram elementos importantes ao aplicar o sentido da revolução culturalmente, “[...] ajudando definir o que significava ser ‘estadunidense’, enquanto ao mesmo tempo o que significava ser ‘estadunidense’ tinha muito a ver com o desenvolvimento das igrejas (NOLL, 1992, p. 83)”. A ideia da religião como algo intrínseco do caráter do cidadão comum é algo notado por Weber (2016) ao observar a ligação do Estado moderno da economia capitalista no país com a racionalização da ideia de vocação como uma questão divina, favorecida pelo crescimento da influência da religião na vida do cidadão comum (WEBER, 2016).

Portanto, o sentimento de ser escolhido e possuidor de uma missão diferente no mundo foi um importante fator na construção da identidade dos Estados Unidos (CRISTI, 2001, p. 203). Isso contribuiu para a construção da política externa do país em determinados momentos, de acordo com Cristi (2001), oscilando entre a justificativa

¹⁵ Constitution of the United States. Disponível em: <https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm#amendments> Acesso em 08 de fevereiro de 2019.

para o isolamento dos Estados Unidos em conflitos internacionais e a sua intervenção em acontecimentos em outros territórios. De acordo com a autora, “Os Estados Unidos não foram apenas fundados em uma crença, mas esta crença definiu a identidade estadunidense (CRISTI, 2001, p. 204)”.

Ao considerar tal importância da religião na construção da identidade e das instituições dos Estados Unidos, ela se mostra como um elemento essencial a ser compreendido. Ao construir a ideia de ser diferente dos outros países, um Estado novo como nunca antes visto no mundo, os Estados Unidos também tomariam para si a ideia de legitimidade a partir da moral cristã que guiava sua comunidade e construía uma crença inabalável em sua nação. Se o país seria guiado por Deus em uma missão divina, como se poderia contestar a índole desse país?. Como afirma Da Fonseca (2007), a religião é o elemento mais antigo pertencente à ideia da construção de identidade estadunidense e o modo como o país lidou com a presença dela ao longo de sua história também é algo a ser considerado para entender sua importância para seus cidadãos.

Outro elemento de relevância foi o chamado excepcionalismo americano. Em alguns momentos utilizado para justificar uma política internacional mais expansionista ou mesmo uma política mais isolacionista (MCEVOY-LEVY, 2001), o excepcionalismo americano é uma noção tão antiga quanto o próprio país. O seu caráter excepcional já era mencionado mesmo antes desse ter sua própria soberania, com os colonizadores apontando para um senso de missão na nova terra (MCEVOY-LEVY, 2001, p. 24; JUDIS, 2005, p. 03; HODGSON, 2009, p. 01; FRIEDMAN, 2012, p. 22). O termo excepcionalismo, dependendo de quem o utiliza, pode destacar o caráter único ou especial dos Estados Unidos na história (CEASER, 2012), utilizando tanto de ideias religiosas, como também de características naturais do país, como seu isolamento dentro do continente americano e que o colocava em uma posição para crescimento e evolução diferente do resto do mundo (DA FONSECA, 2007).

Para McCrisken (2003), o excepcionalismo americano possui três elementos importantes. O primeiro é a crença de que os Estados Unidos é uma nação especial e única, noção herdada da ideia proclamada por John Winthrop sobre a “Cidade sobre a Montanha”, que se tornou “[...] um dos principais escritos formadores do significado e identidade estadunidense (MCCRISKEN, 2003, p. 09)”. O segundo fator seria a diferença entre o Velho e o Novo Mundo. O Velho Mundo, representado pela Europa, tinha como característica monarquias corruptas (MCEVOY-LEVY, 2001) e auto interessadas, o que deixara nos colonizadores esperanças de criação de novas formas de

organização social mais justas no território americano (MCCRISKEN, 2003). O terceiro e último elemento apontado pelo autor se refere a vantagem geográfica do país em relação ao Velho Mundo, pois sua distância geográfica e separação em comparação a Europa tornava mais difícil que esses pudesse se corromper devido à influência de vizinhos, com menor tendência a sofrer uma queda como outras grandes nações. Segundo Herring (2008) “Eles acreditavam que estavam criando um império uma metrópole, baseado em consentimento, não em coerção.[...] [a]través do livre comércio e da diplomacia esclarecida eles criariam uma nova ordem mundial. (HERRING, 2008, p. 16)”.

O discurso oficial é que o país construiu-se sobre valores liberais e por imigrantes que buscavam o melhor para sua nação, crendo nos princípios que o fundaram como algo imutável e especial perante as outras nações, pois garantia a liberdade de escolha de modo de vida de seus cidadãos.

Os Estados Unidos eram um tipo novo de comunidade, baseada nos princípios democráticos, como governo representativo, com características como a obediência da lei e respeito à propriedade privada e à liberdade comercial, de expressão e de religião (NABERS, PATNAM, 2010). Essa diferença dos Estados Unidos em comparação à outras grandes potências foi notada por Alexis de Tocqueville em 1835. Em seu livro *A Democracia na América*, o autor argumenta que a igualdade de condições era algo notável na nova nação, defendendo os benefícios que uma sociedade democrática traria em comparação às antigas formas de governo (TOCQUEVILLE, 2005). Para Tocqueville, aquilo que se via nos Estados Unidos do século XIX poderia ser uma tendência a ser seguida por outras nações no futuro, pois a crença no poder real das monarquia se enfraquecia enquanto se fortalecia a esperança nas leis criadas e decididas por cidadãos comuns (TOCQUEVILLE, 2005).

O excepcionalismo americano era influenciado não apenas pelas ideias puritanas dos seus colonizadores, como no caso da influência do já citado sermão da “Cidade sobre a montanha” (MCEVOY-LEVY, 2001; HODGSON, 2009), mas também pelos ideais do Iluminismo, com a suposta missão dos Estados Unidos sendo a de espalhar sua imagem para o resto do mundo por questões racionais e pelo progresso da humanidade, de acordo com McEvoy-Levy (2001, p. 24), com o país tendo a capacidade de criar “[..] um novo mundo diferente do mundo antigo (PARDO, 2014, p. 45)”. Essa ideia auxiliou na justificativa de intervenções por parte dos Estados Unidos em assuntos

internacionais, pois, na visão excepcionalista, o país saberia melhor como reagir (MCEVOY-LEVY, 2001).

Mesmo em diferentes momentos, os EUA foram descritos como um “farol de liberdade” para o mundo (FRIEDMAN, 2012, p. 22), com esta ideia fazendo parte de discursos de presidentes como John F. Kennedy, Ronald Reagan, George W. Bush e Barack Obama, com ênfase no caráter excepcional da nação (FRIEDMAN, 2012, p. 23), e deixando implícito que seria sua missão defender a liberdade em todo lugar além de seu próprio território (WELDES, 1999). O excepcionalismo, segundo Pardo (2014, p. 45), seria a justificativa dos Estados Unidos por trás da ideia de intervenções em outros países. “Os Estados Unidos não está forçando seus próprios valores em culturas estranhas mas sim liberando eles, introduzindo um estágio mais avançado de organização política, econômica e social (PARDO, 2014, p. 45)”.

Inicialmente reforçado por ideias religiosas, o excepcionalismo americano começou a ser reificado fora da esfera religiosa, como na crença no modo de governo do novo país. A partir de meados do século XVII, segundo Da Fonseca (2007), ideias sobre governos democráticos começavam a surgir na colônia, debates que foram reforçados com as mudanças políticas que acarretariam na independência em 1776. A preferência por um governo não escolhido apenas por Deus, mas que fosse escolhido pelo povo e que garantisse os direitos deste reforçava a concepção dos Estados Unidos como nação excepcional e que se baseava em princípios que deveriam ser considerados universais (FONSECA, 2007).

A questão do excepcionalismo também afetou o modo de ação dos Estados Unidos no resto do território americano não apenas por meio da expansão na América do Norte, mas por meio de políticas que visavam expandir sua influência em todo o continente americano, como no caso da Doutrina Monroe (GILDERHUS, 2006). Essa ideia, que pode ser vista como tendo um caráter ideológico e até mesmo religioso, em razão de suas influências, foi responsável por influenciar a ação dos Estados Unidos de diversos modos ao longo da sua história e reforçar sua identidade como uma nação excepcional e diferente. Ela será melhor explorada no capítulo seguinte.

Outro elemento influenciado pela religião na época e que foi muito presente nos discursos logo após a independência foi a ideia do Destino Manifesto. Bastante conhecido na história estadunidense, o termo Destino Manifesto apareceu pela primeira vez em um jornal em 1845 (MOUNTJOY, 2009, p. 09), no qual o jornalista John Louis

O'Sullivan¹⁶ usou este para justificar a anexação do território do Texas por parte dos EUA (JOHANNSEN, 1997, p. 07). Era o destino do país a expansão pelo território americano (MCEVOY, 2001, p. 25), sua “predestinação geográfica” (CHERRY, 1998). Para Mountjoy (2009), “[...] a ideia de Destino Manifesto geralmente significava que os estadunidenses e seu governo eram certos de ganhar direito de propriedade e de estabelecer controle político sobre grande parte da América do Norte e que seu país se estenderia do Oceano Atlântico até o Pacífico (MOUNTJOY, 2009, p. 13).”

A expansão dos Estados Unidos, segundo O'Sullivan, era “[...] por direito nosso destino manifesto de se espalhar e possuir o continente inteiro, o qual a Providência nos deu para o grande experimento do auto-governo libertador e federativo a nós confiado (RIBUFFO, 1998, p. 38).” A ideia já existia nos Estados Unidos, mas não foi até a fala de O'Sullivan no século XIX que o termo começou a existir (CHERRY, 1998).

Expressa na expansão do século XIX, o Destino Manifesto unia-se a ideia do país como um escolhido por Deus para exercer um destino especial, como demonstrado anteriormente com as ideias dos colonizadores, dos revolucionários da nova nação e por meio das suas ações. Como afirma Cherry (1998), “[...] o entendimento estadunidense de um destino sob Deus foi certamente moldado pela expansão para o Oeste. [...] A magnitude e os recursos naturais abundantes da região selvagem dos Estados Unidos reforçaram a convicção que estadunidenses eram um povo escolhido (CHERRY, 1998, p. 113)”. Era o ideal que propagava o direito dos Estados Unidos de se expandir pelo continente americano e que foi usado como uma justificativa para aquisição de territórios durante o século XIX (MOUNTJOY, 2009, p. 09), sentimento que cresceu após a guerra de 1812 contra a Inglaterra (RIBUFFO, 1998).

O Destino Manifesto é visto como uma extensão do excepcionalismo americano explicado anteriormente, de acordo com McEvoy (2001, p. 25). McCrisken (2003, p. 13) afirma que o Destino Manifesto representaria um caráter similar à de missionários de Deus dentro do excepcionalismo americano, sendo a missão do país espalhar seus valores. Esta ideologia forneceu motivos aos desejos expansionistas estadunidenses para subjugar os povos nativos do território, além de julgar aqueles que não seguissem os preceitos protestantes e capitalistas como sendo inferiores, mascarando as intenções

¹⁶ Johannsen (1997) explica que mesmo que o termo Destino Manifesto atualmente seja uma retórica reconhecida utilizada na justificação da expansão territorial ao longo da história do país, originalmente O'Sullivan propunha uma ideia de Destino Manifesto não-violenta, julgando como melhor os meios diplomáticos e pacíficos para resolver disputas internacionais.

expansionistas com um caráter que pode ser visto até mesmo como religioso para o país (MAY, 1997, p. 146).

A ideia esteve presente em diversos momentos nas ações do país ao longo de sua história. De acordo com Mountjoy (2009), foi a ideia de Destino Manifesto que influenciou, durante do século XX, a interferência dos Estados Unidos em diversas questões da região da América Latina, com expressões como “*Big Stick*”¹⁷ e da política de boa vizinhança¹⁸ sendo direcionadas a região. Tais políticas seriam influenciadas pela ideia de que “[...] a infusão de valores e instituições estadunidenses pode trazer benefícios a outras nações (MOUNTJOY, 2009, p. 115)”. Isso influenciou, segundo Gilderhus (2006), na visão dos EUA no século XIX em relação aos movimentos de independência na América Latina nesse período, com o país observando os acontecimentos como um resultado de sua própria independência da Inglaterra no século passado e um resultado claro de sua influência no continente. De acordo com Weldes (1999) os Estados Unidos assumiam que, assim como si próprio, todas as nações ansiavam por instituições que proporcionassem maior liberdade, vendo como sua missão auxiliar aqueles que ainda não haviam alcançado esta, reforçando sua ideia de liderança mundial.

A retórica presente na ideia do Destino Manifesto era nacionalista e auxiliou na construção de um entendimento particular e específico dos Estados Unidos sobre si mesmo, como uma nação de pessoas que se viam como escolhidas por Deus. Essa escolha divina seria expressa claramente por suas formas de governo e localizações superiores, uma possível Nova Israel (CHERRY, 1998).

É especialmente importante, contudo, considerar o contexto no qual a ideia de Destino Manifesto ganhou mais força. Durante o século XIX, a vida do cidadão estadunidense apresentava maior otimismo graças às conquistas territoriais, militares e econômicas (JOHANNSEN, 1997). Logo, o discurso do Destino Manifesto não foi

¹⁷ A política do *Big Stick* foi a política externa do presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) direcionada à região da América Latina. Serviu como uma forma de extensão para a Doutrina Monroe de forma mais assertiva.

Disponível em: < <https://history.state.gov/milestones/1899-1913/roosevelt-and-monroe-doctrine>> Acesso em 31 de março de 2019.

¹⁸ A chamada política de boa vizinhança foi um elemento da política externa do presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) com foco na América do Sul e América Central. Quando assumiu em 1933, Roosevelt desejava melhorar relações com países da região. Seu governo deu avanço a políticas de cooperação e comércio. Em seu primeiro discurso, Roosevelt afirmou “ No campo da política mundial, eu dedicarei essa nação para a política da boa vizinhança – a vizinhança que sem hesitação respeita a si mesmo e, por ele fazer isso, respeita os direitos dos outros.” Tradução livre da autora.

Disponível em: < <https://history.state.gov/milestones/1921-1936/good-neighbor>> Acesso em 31 de março de 2019.

criado do nada, mas foi resultado de sua época. Para entendê-lo, deve-se tentar entender “[...] o significado e importância do ambiente cultural do qual ele foi um ingrediente primário. Ignorar o contexto histórico e cultural é arriscar a simplificação, ou mesmo a própria distorção (JOHANNSEN, 1997, p. 13)”.

A nação estadunidense via-se verdadeiramente livre se comparado aos governos da Europa, sendo um país onde as pessoas poderiam de fato aproveitar sua liberdade. Logo, a identidade dos Estados Unidos foi algo que se construiu por aqueles que primeiro colonizaram seu território, influenciados pelas ideias puritanas, e que foi reforçada e transformada pela revolução dessas ideias ao longo dos anos, mesmo que ainda mantendo certa raiz desta, como no caso da visão excepcional de si. Portanto, o modo como os Estados Unidos agiriam dentro do continente americano era visto por si como justificado. Essa ideia de ser diferente dos outros membros do sistema do qual fazia parte é também um elemento reforçado constantemente na identidade dos Estados Unidos e que merece ser aqui analisado.

Nas questões de política internacional, Tickner (1996) argumenta ser comum construir uma dicotomia entre a ideia da “comunidade” doméstica de um Estado, essa sendo segura e um exemplo para os outros, enquanto os de fora desta seriam o “Outro”, o bárbaro, o perigoso, o diferente do que está presente no doméstico. Esse tipo de noção em relação ao “Outro” bárbaro foi responsável por diversas políticas de violência durante os anos iniciais de formação do Estado moderno (TICKNER, 1996, p. 156).

Essa tensão entre Eu/Outro pode ser entendida também como uma tensão entre “Dentro” e “Fora”. O que está “dentro” é a comunidade, o similar, o conhecido. O que está fora é o estrangeiro, o desconhecido. Especialmente no século XX, com o maior fluxo de pessoas devido a situações como guerras, desastres ambientais, criações de novas fronteiras e países, discursos de “outros” vindos de “fora” como algo perigoso para a comunidade de “dentro” podem ser identificados com maior facilidade, com a ideia do “Nós”, “Eu”, “Dentro” sendo reforçada em uma retórica de identidade nacional, dependendo de quem elabora essa retórica (DOTY, 1996, p. 128). De acordo com Neumann (1996), esse “Outro” teria importância ontológica na formação do “eu”. Ao estar presentes, esses “Outro” trazem a tona o questionamento sobre quem somos nós, quem constitui o “Eu” e quem esse “Outro” é (NEUMANN, 1996, p. 147).

A ideia de se identificar como algo diferente de outras nações e outros atores ao longo da história não é algo novo para os EUA. Segundo Hixson (2015), mesmo antes da formação dos EUA, os colonizadores europeus que foram até o seu território

exerceram extensa influência para a história no longo prazo. O extermínio, a remoção e a ideia de assimilação forçada de nativo-americanos em sua cultura seria o primeiro exemplo dessa longa história e, segundo o autor, é um marco que carrega forte presença na identidade nacional dos Estados Unidos (HIXSON, 2015, p. 17).

Para Wilmer (2002, p. 65), a partir do momento em que o “Eu” se encontra com um “Outro” e consegue ter sentimentos de identificação com este, é mais fácil adquirir sentimentos como empatia, polidez e civilidade. Quando essa identificação comum não existe, o que ocorre é uma compreensão daquele “Outro” como algo diferente e com remorso quase inexistente se comparado em como seria em relação à um considerado “semelhante”. Essa caracterização do “Outro” como algo pejorativo busca tornar a identidade do “Eu” como aquilo que é natural e legítimo, oprimindo as outras que se mostrem como diferentes (REZENDE; LEITE, 2014, p. 224).

Imersos na ideia de seu destino especial no mundo, os Estados Unidos usavam esta justificativa como argumento para expulsar e erradicar de maneira brutal de seus territórios os povos nativos americanos (CHERRY, 1998), com Mountjoy (2009) caracterizando essa remoção dos nativos de seus territórios de um paradoxo do Destino Manifesto: “O sonho nacionalista permitia que algumas pessoas realizassem seus destinos enquanto destruindo os de outros (MOUNTJOY, 2009, p. 40)”. Weldes (1999) afirma que no período da Guerra Fria a identidade do país era reforçada por sua oposição ao comunismo da União Soviética. Esse uso de uma imagem de um “Outro” indesejável seria algo constante na história dos Estados Unidos, com os nativos sendo o primeiro alvo dessa construção, algo que continuou séculos a frente (EDWARDS, 2008).

Campbell (1996) explica que a identidade dos Estados Unidos é construída em uma dicotomia “nós/eles”, um processo que o autor afirma que gera uma “[...] ‘geografia do mau’, em que ameaças ao suposto lado seguro de dentro são ditas se originar de um exterior distinto, distante e moralmente inferior (CAMPBELL, 1996, p. 167).” Isso pode ser notado já desde o começo da colonização, com os colonizadores tentando distanciar-se das suas raízes europeias, incentivando a ideia da colônia como uma possibilidade de diferença.

Essa diferenciação que existe torna-se mais interessante de apontar pois, como afirma Greene (2015), a situação de ser diferente de outros se fortaleceu na colônia já pela presença de quem a constitui, pois esta era principalmente composta por pessoas

observadas como indesejáveis dentro da metrópole, caracterizando a colônia como algo diferente de seus colonizadores mais “civilizados”.

Esse ato de separar o “nós” representados por diversos elementos aqui já apresentados dos “outros”, vai ser constante na história dos Estados Unidos, com nenhum exemplo melhor como o do período da Guerra Fria para mais facilmente observar essa diferenciação (CAMPBELL, 1996). De acordo com Weldes (1999), quando o processo de construção da identidade é caracterizado por tornar algo diferente como um “Outro”, é possível apresentar ele como algo inferior, como no caso da relação dos EUA com o que foi chamado de Terceiro Mundo, ou até mesmo como algo maligno, como no caso de sua relação com a União Soviética e o comunismo (WELDES, 1999, p. 221). Esse processo, segundo Rowley e Weldes (2012) é algo forte na identidade estadunidense, pois o país busca marginalizar aquilo que é diferente do que busca construir dentro do seu imaginário de Estado-nação, muitas vezes atribuindo características que vê como indesejáveis para os “Outros” (ROWLEY; WELDES, 2012, p. 184). Essa construção do “Outro” como algo ruim e indesejável aconteceu em diversos momentos da história do país (EDWARDS, 2008) e só foi possível dentro daquele determinado contexto que o país se construiu.

Ao se entender e se apresentar como uma nação excepcional e diferente das outras, o que constitui essas outras se torna algo indesejavél e repudiável, se interpretada a partir da retórica dos Estados Unidos. Com essa ideia em mente é possível entender o modo como o país agiu em diversos momentos de sua história e, especialmente, como ele agiu no contexto que será apresentado nos capítulos seguintes desta pesquisa. A construção e percepção dos Estados Unidos sobre si enquanto nação se transferia para seus interesses na forma de um proselitismo em relação às suas instituições e seu entendimento de mundo e que se refletia também em suas ações.

Com influências europeias, das culturas nativo americanas e africanas, mesmo com o brutal extermínio e escravidão destas, os Estados Unidos são um ator rico culturalmente e a identidade que ele construiu ao longo dessa história é um reflexo disso, com a sua história reforçando, modificando e reificando sua cultura e instituições. Como apresentado no início do capítulo, a identidade que se olha aqui não é a de uma nação fechada como uma caixa preta, como o construtivismo convencional coloca, mas sim a identidade desse Estado que foi construída tanto com a influência doméstica como também graças à suas interações com outros atores.

1.4 Considerações parciais

Para melhor entender a identidade dos Estados Unidos, tornou-se primordial entender o que a abordagem construtivista explica acerca do tema. Para tanto, esse capítulo foi direcionado para compreender os argumentos da abordagem e como a história dos Estados Unidos é um fator importante de se entender. É imprescindível observar que a abordagem construtivista possui autores com abordagens diferentes e para tanto, tornou-se necessário especificar de que modo esse trabalho utilizaria o seu corpo teórico.

Assim, realizou-se revisão teórica sobre a abordagem dentro da literatura de Relações Internacionais, com ênfase ao papel da identidade. Para os construtivistas, identidade é um elemento que é de primordial importância para a análise de determinado objeto de estudo, pois podem ser um fator de influência em seu comportamento. Identidades não são pré-determinadas ou livres de influências externas, e sim dependentes do ambiente onde ela se constrói, além de também ser responsável por exercer capacidade de influência dentro desse ambiente e em outros atores que estão ao seu redor. É uma relação de constituição mútua e que depende das interações para se construir, tornando-se impossível afirmar que Estados agirão de determinada maneira a partir de sua criação. A manutenção ou alteração de determinada identidade pode acarretar na mudança de normas ou instituições ou em torna-las aceitas.

É importante destacar que nessa pesquisa apresentou-se Wendt (2014) como um dos representantes do construtivismo que argumenta sobre a questão da identidade e como um dos autores mais importantes do tema dentro da literatura. Contudo, é imprescindível destacar que nesse trabalho não é adotada a ideia de que o Estado sofre apenas influência de atores externos na construção de sua identidade, como Wendt aceita. O construtivismo aqui é o que explica sobre normas que são elementos constitutivos da sociedade e que deixa claro que questões domésticas são responsáveis também por constituir aquela identidade, como no caso do construtivismo de Onuf (2001). É aceito o argumento do autor sobre a sociedade ser um resultado de suas ações, com elementos como fala e normas sendo essenciais de serem compreendidos.

Ao aceitar o argumento construtivista de Onuf sobre o papel de co-constituição da sociedade e dos elementos que a compõe, torna-se essencial então explorar melhor as particularidades do objeto estudado. No caso dos Estados Unidos, é impossível analisar de forma totalmente completa toda a riqueza da história de um país com mais de três

séculos de existência, especialmente se tomado em consideração os elementos que vieram antes mesmo de sua independência. Foi então realizado aqui uma revisão acerca da história do país e de elementos importantes dele.

É impossível não considerar a importância do país enquanto o primeiro Estado fora do sistema europeu de nações, além de ser a primeira nação separada da influência da religião de maneira oficial. Isso torna-se mais importante ainda de pontuar pois esse cenário não diminuiu a importância da questão religiosa para a cultura estadunidense. Pelo contrário, a religião tornou-se um símbolo da terra de liberdade que os Estados Unidos afirmavam ser, na qual cidadãos comuns estariam livres para formar seu próprio destino. Assim, é compreensível que a religião tenha se tornado um elemento tão intrínseco à identidade estadunidense. A crença no sucesso da nação excepcional era algo que moveria seus cidadãos e construiria um entendimento coletivo acerca do papel do país no mundo, constituindo a identidade do país enquanto uma nação soberana.

Os elementos apresentados ao longo do terceiro tópico reforçam a ideia da identidade que os Estados Unidos tem de si em seu discurso oficial e que, em muitos momentos, se deixa transparecer em diversos discursos de seus chefes de Estado. A identidade do país que se vê como uma nação diferente das outras, uma nação que não falhará, se refletiu não apenas em diversos âmbitos sociais e culturais, mas também no político, com diversos discursos oficiais do país refletindo os quatro pontos aqui entendidos como particulares à identidade estadunidense:

- a) A influência da religião no país;
- b) O excepcionalismo americano;
- c) O Destino Manifesto;
- d) A relação que o país constrói em relação ao “Outro”.

A influência da religião, da concepção de si como excepcional e do seu coletivo, de sua nação, como sendo diferentes e como herdeiros de uma série de políticas melhores são elementos inseparáveis da identidade estadunidense, expressa constantemente em seus discursos e suas ações. Ao se entender como um experimento novo tanto em questões políticas como sociais, o país tomou para si o discurso de uma nação abençoada por Deus, que deveria guiar a humanidade e que aqueles que seguiam caminhos diferentes do seu estavam errados, com o país entendendo possuir o direito de intervir em tais casos.

Como explicado, não é possível entender os interesses de uma nação sem entender melhor o que faz com que esses sejam constituídos, ou seja, o que constitui sua identidade. Esses elementos que a constituem são normativos que foram construídos através da sua história e devem ser analisados quando se estuda os Estados Unidos. Como explica Kratochwil (1989) os elementos normativos que compõem a sociedade devem ser tomados em consideração ao fazer decisões dentro da sociedade estadunidense pois esses elementos são parte constitutiva da sociedade e, assim como argumenta Onuf (2001) essas normas terão capacidade de fornecer legitimidade ou não a determinadas ações em certos contextos dentro da sociedade na qual aquele ator se encontra presente. No caso aqui estudado analisa-se tanto essa legitimidade doméstica, quanto a externa, levando em consideração as diferenças dos dois ambientes para a necessidade de alcançar tal legitimidade.

A identidade dos EUA como um país que crê acima de tudo em seu destino como nação excepcional é inseparável de suas ações. Com o primeiro capítulo destinado ao melhor entendimento dessa identidade o próximo capítulo destinar-se-á a compreender melhor os interesses dos Estados Unidos, analisando dois momentos de sua história.

2 A CONSTRUÇÃO DOS INTERESSES DOS ESTADOS UNIDOS: A POLÍTICA EXTERNA DO PAÍS E SUA IDENTIDADE EM DOIS MOMENTOS

A literatura de Relações Internacionais entende que os Estados, como atores principais dentro do sistema, possuem interesses. Enquanto na literatura tradicional do realismo clássico de Hans Morgenthau e o realismo estrutural ofensivo John Mearsheimer os Estados possuem sempre os mesmos interesses de acúmulo de poder e segurança, a literatura construtivista de autores como Nicholas Onuf explana que seus interesses dependem de sua identidade e formação. Com isso em mente, o presente capítulo terá como objetivo entender de que forma, a partir da identidade apresentada no anterior, os interesses dos Estados Unidos foram construídos, reificados ou reconstruídos ao longo da história.

Para tanto, o capítulo se dividirá em dois tópicos. Primeiro, será apresentado o conceito de interesse nacional, tema tão caro às Relações Internacionais. Nesse tópico, apresentar-se-á como ele é entendido e o que a literatura construtivista apresenta sobre este. Depois, serão expostos o que se entende como os interesses dos Estados Unidos e como esses foram construídos em conjunto com a identidade do país, sendo impossível separá-los.

Para melhor compreender esses interesses, serão analisados dois momentos diferentes da história da política externa dos Estados Unidos. O primeiro será a elaboração da chamada Doutrina Monroe, ainda no século XIX e o segundo será a política externa da administração de Ronald Reagan já no fim do século XX e praticamente no fim da Guerra Fria. Esses dois momentos foram escolhidos devido à sua importância dentro da literatura sobre a política externa do país: a) a Doutrina Monroe como novo patamar para a política externa do país que praticamente acabava de conseguir sua independência e b) a política externa de Ronald Reagan em razão do discurso apresentado pelo presidente que externalizava o maniqueísmo presente na identidade dos Estados Unidos em relação ao contexto mundial de combate à União Soviética e ao comunismo.

2.1 A concepção de interesse nas Relações Internacionais

A discussão sobre o interesse dos Estados é realizada desde antes da existência da própria área de estudo das relações internacionais, com os termos como desejo do

príncipe ou razão do Estado existindo antes (FRANKEL, 1970). Na área de estudo, a literatura realista normalmente toma como imutáveis os interesses dos Estados e a preservação de sua soberania como principal objetivo (BARKIN; CRONIN, 1994). Logo, todos os interesses e ações dos Estados estariam voltados para cumprir esse objetivo final. O interesse seria a principal motivação para a ação do Estado (ROWLEY; WELDES, 2012).

Sobre a questão desse interesse, o primeiro autor mais conhecido dentro da área das Relações Internacionais que se debruçou sobre o assunto foi Hans Morgenthau em seu livro de 1948, *A Política Entre as Nações*. Na primeira parte da sua obra, Morgenthau decorre sobre os princípios do realismo político, no qual os interesses dos Estados seriam definidos em termos de poder. Ainda que afirme que suas características podem mudar de acordo com o contexto político e cultural, Morgenthau enfatiza a continuação da política de interesse de poder do Estado como elemento constante dentro da política internacional (MORGENTHAU, 2003). O autor mantém a visão realista da política em razão do interesse nacional em trabalhos futuros, criticando a visão moralista de alguns em relação ao interesse nacional e a elaboração de uma política externa baseada apenas em princípios desse caráter.

Ao longo de seus textos Morgenthau afirma que, ao elaborar sua política externa, os países deveriam considerar primeiramente os seus objetivos principais e quais as capacidades que teriam para alcançá-los propriamente (MORGENTHAU, 1949). Ele enfatiza a visão realista da política internacional ao afirmar que o melhor modo de um país se proteger no sistema internacional é guiar-se pelos seus interesses, pois o Estado só para garantir sua proteção (MORGENTHAU, 1952).

O conceito de interesse tem duas funções na área das Relações Internacionais, segundo Burchill (2005). Uma delas é servir de ferramenta analítica para a política externa da nação e a outra seria como um meio de moldar o comportamento político, ao defender, propor ou se opor a determinadas ações (BURCHILL, 2005, p. 29). Para Kratochwil (1982) discursos sobre interesse público são caracterizados por conter aquilo que seria necessário para o público (na visão oficial do Estado) e não exatamente o que o público iria preferir. Kratochwil (1982) faz uma distinção entre “interesse” e “preferência”. O autor afirma que interesses seriam aqueles que os estadistas teriam condições de alcançar sem entrar em conflito com outros Estados, diferenciando-se dessa forma de preferência, afirmando que o interesse nem sempre é algo que o Estado deseja fazer, mas que ele toma como necessário.

De forma similar, Frankel (1970) explana que os interesses que serão apresentados como vitais para o Estado, na maioria das vezes, são aqueles que têm origem em questões aspiracionais, consideradas essenciais na visão do Estado para sua existência. Os Estados seriam vistos pelas teorias tradicionais como atores racionais que tentam maximizar seus interesses e buscam caminhos mais viáveis para isso (ROWLEY; WELDES, 2012).

Diante do exposto, fica claro que as razões que movem os Estados e quais são seus interesses é uma questão amplamente discutida dentro da disciplina de Relações Internacionais. Muitas vezes esse interesse é atribuído a figura de um governante, por exemplo, ou mesmo ao Estado como um todo.

É necessário entender a questão sobre o que é denominado, dentro da literatura de Relações Internacionais, de interesse nacional e a razão pela qual desse termo poder ser considerado relativamente obsoleto dentro das discussões sobre interesses dos Estados a partir da abordagem construtivista.

2.1.1 O interesse nacional: a vontade geral dos Estados?

O interesse nacional é visto como um dos motores principais para que um país aja dentro do sistema internacional (LEVI, 1970), com o discurso referente a ele muitas vezes visto como capaz de legitimar as ações do Estado (BURCHILL, 2005) ou como uma redundância, sendo implícita a ideia de que é óbvio que os Estados buscarão poder (MARLIN-BENNET, 2017, p. 146).

Nos anos subsequentes a Segunda Guerra Mundial, muito se debateu sobre a importância do interesse nacional, com as mudanças que ocorriam nas fronteiras mundiais e com o avanço tecnológico (FRANKEL, 1970). Além disso, alterações ocorreram também entre o que seria considerado um interesse legítimo, como por exemplo, a perda da legitimidade das antigas potências sobre seus direitos em relação as colônias (CLINTON, 1986). Essa mudança seria um exemplo de como a legitimidade de interesses dos Estados não é algo imutável. Para que determinados interesses existam é necessária uma legitimação histórica (BARKIN; CRONIN, 1994), sendo esses também produto de seu tempo e contexto.

Antes de melhor entender o que compõe o interesse nacional, é necessário compreender o modo como ele é estudado e sua evolução no tempo, para então fazer uso da abordagem construtivista aqui proposta. O próprio conceito é visto como algo

vago dentro da Academia e depende do contexto no qual é utilizado, como explica Frankel (1970, p. 15). O termo é reconhecidamente ambíguo, podendo ser utilizado tanto para classificar determinado grupo social, como também o Estado-nação que o utiliza, não possuindo uma definição fixa (KRATOCHWIL, 1982). Nincic (1999), contudo, afirma que mesmo sendo um conceito difícil de se compreender, é indispensável que se continue estudando para que melhor se compreenda as ações dos Estados em relação uns aos outros.

Para Corbett (1952), o interesse nacional se refere a discussão daquilo que o Estado afirma que melhorará a qualidade de vida geral de seus cidadãos ou dentro do sistema no qual está inserido. Levi (1970) afirma que o interesse nacional se manifestará na forma da política externa do país, sendo colocado dentro deste panorama os interesses que o país tem desejo de alcançar. Frankel (1970) concorda que o interesse nacional pode ser utilizado para expressar a política externa do país, mas explana que esse também pode representar interesses domésticos desse, usando termos como ‘bem geral’ ou ‘interesse geral’.

Clinton (1986) explica que o interesse nacional seria um princípio expresso na diplomacia, que deve tomar em consideração tanto os objetivos do Estado como sua relação com os outros Estados. O autor considera que esses interesses serão construídos de modo dependente dos princípios normativos da sociedade em que estão. Ainda sobre a ideia de “bem comum”, ele discorre que esse seria um “[...] objetivo definido por considerações racionais do que levaria ao benefício da sociedade, e por uma escolha normativa de onde o bem do todo está (CLINTON, 1986, p. 499)”. Levi (1970) afirma que toda nação possui um sentimento de comunidade dentro dela e o desejo de preservação dessa comunidade seria, para o autor, o interesse comum dentro da sociedade internacional. Isso traria um caráter subjetivo para o discurso do interesse nacional, pois o sentimento de pertencimento à uma comunidade não é algo que pode ser confirmado materialmente (BARKIN; CRONIN, 1994).

Sobre essa questão, Burchill (2005) afirma que usar o termo interesse nacional sempre fornece a sensação de que se fala por uma comunidade política inteira. Contudo, o autor afirma que ao precisar tomar decisões complexas, algumas questões de interesse de determinados grupos serão suspensas, usando o todo como motivo para o comprometimento desses (BURCHILL, 2005, p. 13).

Em seu trabalho, Corbett (1952) afirma que analisar o interesse nacional em proporções materiais apenas é algo que tornaria a análise fraca pois se perderiam

particularidades essenciais para melhor entender o que motiva a ação de um Estado. De forma similar, Kratochwil (1982) explica em seu texto que um discurso sobre interesse não existe no vácuo político. Ele precisa de um sistema que o torne válido para que possa ser alcançado, o que não necessita exatamente de uma estrutura autoritária. Torna-se necessário que exista um contexto no qual o clamor por esse interesse exista (KRATOCHWIL, 1982). Não adianta um governante realizar um determinado ato de fala que deseja alguma determinada ação de seu povo. Se este não estiver presente em um contexto no qual ele possua legitimidade para realizar esse discurso, essa fala não encontrará caminho para a prática.

Kratochwil (1982) critica a ênfase em estudar consequências acidentais, como ele define os constrangimentos estruturais propostos pelo neorrealismo de Kenneth Waltz, explicando a necessidade de estudar os motivos e justificativas que os atores fornecem para suas ações. Ele sugere um modelo de análise que comece ao observar interações para entender as regras que moldam as ações que ocorrem nestas (KRATOCHWIL, 1982). Da mesma forma que Onuf (2001) afirma que a sociedade é aquilo que ela constrói, com regras dessa sociedade afetando mutuamente as condições materiais, Kratochwil (1989) argumenta que essas normas afetarão as práticas constitutivas dessa sociedade, sendo essencial conhecê-las para melhor entendê-la.

Frankel (1970) também afirma que aquilo que será abrangido como pertencente ao interesse nacional dependerá do contexto doméstico daquela sociedade. Nincic (1999) enfatiza o papel do contexto interno do país na formulação dos seus interesses, afirmando que nações diferentes reagirão de maneira diferente a acontecimentos externos, logo, interesses diferentes poderiam ser construídos. O caso estudado no presente trabalho pode ser entendido dessa forma, no qual o interesse do Estado sofre interferências de sua identidade e, logo, afetará como este reagirá aos eventos externos.

No entanto, Corbett (1952) também explica que é errôneo tentar tornar o interesse nacional como algo analisado em valores apenas subjetivos. O autor afirma que tentar criar uma fórmula específica para se analisar tal interesse é algo perigoso, pois dentro de cada sociedade existirão valores específicos que contribuirão na construção do interesse nacional daquele Estado particular. Levi (1970) argumenta que buscar entender como cada Estado pesa suas ações de uma forma totalmente lógica é algo mais complicado já que valores e questões subjetivas estão envolvidas, propondo um modelo de análise que se observe o modo como os interesses do Estado se manifestam na política externa.

Para Glanville (2005), o termo interesse nacional muitas vezes é utilizado para justificar ou explicar ações dos Estados e, por isso, não deve ser isento de moralidade, nem utilizado como justificativa para ações do Estado. Levi (1970) explana que os interesses não são naturalmente construídos pelo Estado, mas sim dependentes de ação humana. Por isso, para se tornarem válidos e serem expressos eles precisam dessa ação para se tornarem um objetivo a ser alcançado pelo Estado, com maior ênfase na agência dos tomadores de decisão. O autor parece adotar uma perspectiva mais utilitarista sobre os interesses e os discursos que validam esses na sociedade internacional, com as ideologias sendo, em sua visão, um elemento necessário para justificar esses interesses.

De forma similar, Frankel (1970) também enfatiza o papel dos responsáveis por elaborar a política externa de um país, tornando a análise desses interesses mais complexas, posto que propõe não apenas analisar o processo de decisão tomado por certo indivíduo, mas também entender suas possíveis preferências. Para Clinton (1986) o conceito de interesse nacional possui caráter normativo, afirmando que os Estados não podem ser considerados atores com apenas um mesmo interesse. Abordagens menos tradicionais como o construtivismo enfatizarão suas críticas na realidade de que o interesse nacional não representa de fato toda a sociedade dentro do Estado, com o termo “interesse nacional” muitas vezes servindo como um modo para conciliar interesses particulares dentro da sociedade como sendo interesses do país (BURCHILL, 2005).

Nesse trabalho não se adota o termo interesse nacional, pois se entende que o termo é utilizado tradicionalmente para conferir determinado poder aos Estados como sendo os únicos atores relevantes dentro das relações internacionais. Compreende-se que um Estado não é apenas uma caixa preta com conjunto pré-determinado de interesses. Dentro do que se chama de Estado existem uma grande variedade de interesses, como por exemplo interesses de grupos empresariais, movimentos sociais, do governo, entre outros. O que se classifica como interesse nacional na literatura tradicional de Relações Internacionais é o interesse ao qual é conferido legitimidade para agir dentro do Estado e como representante desse, especificamente o interesse do governo. Contudo, ao compreender que existe um leque variado de interesses dentro do Estado, é necessário especificar sobre qual interesse se argumenta em determinado momento.

O interesse analisado é o do governo dos Estados Unidos, o que pode ser compreendido dentro das Relações Internacionais como o interesse “oficial” do país. No

entanto, é necessário pontuar que esses interesses variados existem pois o que acontece é que, em determinados momentos, certos interesses podem ser garantidos legitimidade por um conjunto de fatores, como por exemplo mudança de normas internacionais ou domésticas, alteração de governo, dentre outros. Ao considerar esse número variado de interesses domésticos, o Estado se torna um ator com uma riqueza muito maior e mais complexo para ser estudado. Logo, aqui se rejeita a ideia de interesse nacional, de um interesse oficial que fala por todos os membros daquele Estado, mas entende que esses interesses são construídos e legitimados dentro de um determinado contexto normativo e social. Para melhor compreender esse ponto, é necessário entender como o construtivismo explica a questão dos interesses para os atores nas Relações Internacionais.

2.1.2 O interesse dos Estados para o construtivismo

Os construtivistas saem do caráter tradicional da perspectiva realista ao tentar aprofundar o entendimento do que constitui os interesses dos atores no sistema internacional para além de questões materialistas ou em termos de poder. Mesmo com as muitas diferenças entre as teorias clássicas das Relações Internacionais e a abordagem construtivista, Burchill (2005) destaca a semelhança entre eles e a abordagem do poder caracterizada por Morgenthau, no qual o autor afirma que as características de poder e de interesse dos Estados serão elementos contextuais daquele determinado período.

O construtivismo garante que existe foco nos agentes que atuam na estrutura, mais especificamente de acordo com Burchill (2005) nos agentes que realizam ações em nome dos Estados e outros atores importantes dentro do sistema internacional, com o interesse nacional sendo uma construção social que refletirá o comportamento do Estado (BURCHILL, 2005, p. 186). A crítica principal à teorias tradicionais e sua visão racionalista do Estado é o fato que elas o interpretam como sendo fatores exógenos, quando o modo como os Estados agirão muitas vezes é algo que depende de sua interpretação dos acontecimentos (ROWLEY; WELDES, 2012).

Construtivistas afirmam que a identidade será essencial para formar os interesses que, conseqüentemente, influenciarão as ações dos atores e que poderão ser reconstruídos com o tempo (BURCHILL, 2005). Para Glanville (2005) o interesse nacional refletirá a identidade do Estado em determinado contexto social e entender o que o constitui pode ser um elemento essencial para melhor entender um determinado

país (GLANVILLE, 2005, p. 37). Dentro da área de Relações Internacionais, existem muitos estudos sobre o interesse nacional, mas, para Chafetz, Spirtas e Frankel (1998) tais estudos podem acabar sendo rasos de conteúdo pois, mesmo tentando apontar o que é esse suposto interesse, não se realiza o exercício de como se construiu esse interesse, sendo necessário entender a identidade para que se possa chegar a uma resposta.

Para Wendt (2014), interesses são aquilo que os atores querem e que auxiliam na compreensão de suas ações. Os interesses de um ator, segundo Wendt, são dependentes da sua identidade, pois não é possível que um ator saiba o que quer até saber quem é, com interesse e identidade se constituindo mutuamente. “Sem interesses, identidades não têm forças motivacionais, sem identidades, interesses não têm direção.” (WENDT, 2014, p. 280).

Kratochwil (1982) atribui maior ênfase ao comportamento humano como parte essencial para compreender a construção desses interesses. Ao conhecer as justificativas para ações dos atores, ele afirma que é possível entender as expectativas e ações entre os outros atores envolvidos dentro das interações do sistema internacional. O modo como um ator agirá pode afetar o comportamento do outro a partir dos entendimentos que tem desse comportamento (KRATOCHWIL, 1982, p. 27).

O que Kratochwil explica tem sentido principalmente se considerado que o próprio sistema de Estados depende das ações dos outros também para serem legitimados. Mesmo que um grupo clame representar uma população ou território, se esse não possui o reconhecimento da sociedade internacional da qual faz parte esse não é considerado legítimo (BARKIN; CRONIN, 1994).

Além disso, o modo como o interesse será construído dependerá do contexto histórico e cultural que o país atravessou, pois será através deste que determinados significados serão construídos. Weldes (1999), afirma que para explicar o termo e o seu uso em determinada situação, seria necessário entender o contexto e as interpretações possíveis da situação que gerariam o curso de ação tido como necessário pelo Estado. Ela demonstra essa junção da construção do interesse nacional em sua análise da crise dos mísseis de Cuba em 1962. A autora propõe que uma ameaça particular para um ator naquele determinado momento é dependente deste e do que ela chama de imaginário de segurança presente naquele momento naquele país. O significado desses elementos só serão construídos a partir de elementos brutos existentes dentro do contexto, construindo então um elemento de ameaça que deve ser constantemente reproduzido.

Para a autora, os chamados interesses nacionais não são um elemento a ser descoberto do nada no histórico de um país. Tais interesses são construções que foram constantemente reproduzidas e reforçadas através de elementos linguísticos e simbólicos que adquirem tal valor a partir do histórico do Estado (WELDES, 1999, p. 102). É a partir do momento que esse interesse nacional se transforma em uma política externa que é interpretada como “natural” e “comum” para o país que a autora afirma que determinada construção social foi efetiva. De forma similar, Klotz e Lynch (2007) enfatizam a necessidade de estudos dentro da abordagem construtivista que melhor analisem o processo de construção dos interesses dos atores, entendendo o contexto intersubjetivo no qual esse processo se construiu e como esses atores agirão a partir dos significados que determinada situação e contexto tem para eles (ROWLEY; WELDES, 2012).

Ao considerar o que foi pontuado até esse momento no presente capítulo, é necessário esclarecer o que o termo interesse se refere no caso da presente pesquisa. Aqui se parte do pressuposto que o Estado não é um ator com um único grupo de interesses dentro de si e se reconhece que muitos dos interesses de outros grupos dentro de um país são marginalizados e não considerados ao estudá-lo. Graças a um debate iniciado por Wendt (2004) sobre se o Estado seria ou não uma “pessoa” muito se discute por parte de diversos autores (WIGHT, 2004; FRANKE; ROOS, 2010) sobre tal questão, com autores como Wight (2004) criticando a ênfase de Wendt em tratar o Estado como “se” ele fosse uma pessoa, pois assim se retiraria a agência dos fatores humanos dentro do Estado.

Nessa pesquisa, entende-se que, enquanto o Estado se apresenta como o principal ator dentro do cenário internacional, as ações dele são construídas e colocadas em andamento por pessoas. A identidade que é construída de um Estado e, conseqüentemente, seus interesses, são efeitos das ações de pessoas que agem em relação a esse e que contribuíram para a construção da cultura e dos entendimentos que cada país entenderá como ameaças, aliados, símbolos e outros. Além disso, corrobora-se a ideia do construtivismo de Onuf de que, além da sociedade ser constantemente construída por atos de fala e derivados que serão legitimados ou não pelo contexto (ONUF, 2001), existem aqueles que possuem legitimidade para realizar o ato de fala por determinado ator. Em texto de 2017, Marlin-Bennet utiliza o construtivismo de Onuf para analisar a questão do interesse nacional, afirmando que não se pode tomar a existência desse como algo exatamente igual a todas as sociedades, propondo observar

as regras que estariam em funcionamento naquela sociedade para então entender quais falas seriam tornadas legítimas (MARLIN-BENNET, 2017, p. 146). Como Rowley e Weldes (2012) argumentam, discursos e falas são lugares que possuem poder para legitimar ou não certas ações.

Nessa pesquisa rejeita-se a ideia de um único interesse como representante do país. O que se entende é que existem determinados interesses colocados como oficiais dentro do contexto doméstico e que podem ser reconhecidos ou não pela sociedade internacional a partir do contexto. O objeto estudado é a retórica oficial do governo estadunidense, logo é o discurso colocado como interesse oficial do país que será analisado.

Esse discurso oficial é resultado tanto da construção dos Estados Unidos enquanto um ator no sistema internacional como também do país como um sistema com normas e regras próprias que sofrem influência e influenciam na identidade de seus cidadãos. Membros do governo que representam esse discurso pertencem à esta sociedade, logo eles não perdem suas identidades construídas ao longo do tempo quando assumem tais cargos.

Contudo, é necessário esclarecer que os indivíduos possuem agência dentro do sistema no qual eles constroem sua identidade. Quando se argumenta acerca de instrumentalização de certos elementos dessa identidade, não entende-se aqui que os atores adotam essa apenas por questões utilitaristas, mas sim que eles compreendem essa identidade construída dentro daquele contexto determinado no qual eles fazem parte. Logo, não é algo exatamente mensurado, mas sim uma compreensão do ator sobre a quem ele se dirige. Os discursos do presidente Bush sobre a Guerra ao Terror eram diferentes a partir da audiência a qual ele direcionava, apoiando-se muito na identidade estadunidense ao se dirigir para os cidadãos de seu país. Os governantes dos Estados Unidos são, em um grau menor ou maior, reflexões dessa identidade e isso refletirá-se em sua política externa em diversos momentos.

2. 2 Os interesses dos Estados Unidos refletidos em suas políticas

Com ciência de que os interesses oficiais do Estado muitas vezes acabam por ignorar ou suspender interesses de outros grupos presentes na sociedade, como já citado nesse capítulo, na presente pesquisa o que se apresentará como interesses derivados da identidade serão os interesses oficiais apresentados pelo governo dos Estados Unidos.

Considerando os elementos apresentados no primeiro capítulo como constitutivos da identidade do país, serão analisados dois momentos da política estadunidense no qual se pode observar que esses interesses manifestaram-se.

No primeiro capítulo, quatro elementos foram pontuados como sendo pilares da identidade estadunidense: sua ligação com a religião, a questão do excepcionalismo americano e do Destino Manifesto e, por último, mas ligado a esses três primeiros, a questão da dualidade entre suas políticas de se colocar sempre se opondo a algum “Outro”. Esses elementos são constantes durante a história do país em sua política externa e especialmente na manifestação dos discursos oficiais por parte de seu governo, algo que torna-se ainda mais claro em momentos de crise como no caso que será apresentado no terceiro capítulo sobre a Guerra ao Terror. Diante da impossibilidade de analisar interesses durante toda a história do país espaço da presente pesquisa, serão pontuados dois momentos específicos nos quais tais interesses foram externalizados através de políticas específicas. O primeiro momento que analisa a Doutrina Monroe foi escolhido devido a ser o primeiro grande pilar da política externa estadunidense logo após sua inserção no cenário internacional como país. O segundo será a política de Ronald Reagan contra a União Soviética, analisando como sua política reflete a identidade apresentada no primeiro capítulo.

2. 2. 1 “A América para os Americanos”: A Doutrina Monroe e a política estadunidense.

Durante o século XIX, diversas mudanças ocorriam no continente americano e uma das mais importantes foi a enorme quantidade de países que adquiriu sua independência do domínio colonial imposto no continente durante um longo tempo (RENEHAN Jr, 2007). Os movimentos que ocorriam na Europa, como a Revolução Francesa, a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder no país e seu engajamento no continente, acabaram por afetar também os movimentos na América Latina, onde diversas colônias espanholas aproveitaram a fraqueza do país para dar início aos processos de revolução¹⁹ (RENEHAN Jr, 2007; HERRING, 2008). Inspirados pelos

¹⁹ Segundo Hobsbawm (2012), as independências da chamada América Espanhola foram proporcionadas graças ao movimento de Napoleão Bonaparte na Espanha em 1808. Territórios de países como Colômbia, Venezuela, Equador, Argentina e Chile já se encontravam independentes por volta de 1822, com figuras como Simon Bolívar, San Martín e Bernardo O’Higgins na frente dos movimentos de independência. No mesmo ano, o Brasil também separou-se de Portugal de forma pacífica, sendo reconhecido pelos Estados Unidos quase imediatamente (HOBSBAWM, 2012, p. 185). O México conseguiu sua independência em

ideais do Iluminismo, de acordo com Livingstone (2009), os países poderiam tornar-se um alvo fácil para uma nova geração de colonizadores que poderiam se aproveitar da fragilidade de seus novos governos.

Tal momento era bem visto pelos Estados Unidos pois o país considerava a busca por independência dos países vizinhos como resultado de sua influência no continente devido à independência alcançada no século anterior (GILDERHUS, 2006). Também era tratado como uma vitória para o modelo republicano em detrimento do modelo monárquico que os Pais Fundadores tanto criticaram (MARIANO, 2015), com a escolha pelo sistema republicano vista como afinidade aos olhos dos Estados Unidos (PECEQUILO, 2005). Além disso, o país ainda mantinha a ideia de se afastar dos assuntos do continente europeu como já foi explicado no capítulo anterior. Assim sendo, os EUA interpretavam como positiva a redução do domínio colonial europeu no continente americano já que isso tornava o território menos propenso a transformar-se em outro ambiente onde a Europa poderia estender seus conflitos que já duravam muitos anos e que, na visão do país, eram um símbolo do sistema falido do chamado Velho Mundo. Os Estados Unidos se enxergavam como um guia para os novos países no continente, reconhecendo-os como governos legítimos (PECEQUILO, 2005) e tentando estabelecer relações diplomáticas (RENEHAN Jr, 2007, p. 74).

Nesse período, com as mudanças no cenário regional das Américas, os Estados Unidos viam com bons olhos a situação, mas ao mesmo tempo também preocupavam-se com a instabilidade no hemisfério ocidental e possivelmente a interferência por parte das potências europeias no continente (MARIANO, 2015). Foi nesse contexto que o país, ainda buscando menor engajamento em relação a Europa alguns anos após sua independência, lançou um elemento em sua política externa que iria modificar a maneira como ele se relacionava com o continente americano.

Com os movimentos de independência ocorrendo ao longo do território, existia preocupação por parte dos Estados Unidos da possível interferência das nações europeias na região. Foi nesse contexto que James Monroe (1817–1825), sétimo presidente dos Estados Unidos, em seu discurso à União em 1823 anunciou o que ganharia a alcunha futura de Doutrina Monroe. Era uma política que combinaria importantes elementos apresentados no primeiro capítulo: a distância da Europa a partir

1821, após anos de insatisfação com a coroa espanhola e conflito que começara em 1810 (BETHELL, 1991). Contudo, mesmo antes de 1808, em 1804 o Haiti já havia conquistado sua independência da França, após anos de revoltas contra os franceses que tinham no Haiti uma das colônias mais lucrativas. O país se tornaria, de acordo com Bethell (1991), o primeiro Estado independente da América Latina.

da dicotomia “Nós e Outros” (MARIANO, 2015). Em tal discurso, o presidente explicaria a situação financeira, militar e diplomática do país e argumentaria ser contra qualquer tipo de intervenção europeia no continente,

“[...] o continente americano, pela condição livre e independente que assumiu e mantém, não deve ser considerado daqui em diante, sujeito para futura colonização por qualquer potência europeia. [...] Os cidadãos dos Estados Unidos apreciam os mais amigáveis sentimentos em favor da liberdade e felicidade de seus companheiros daquele lado do Atlântico. Nas guerras com as potências europeias com problemas relacionados entre eles próprios, nós nunca tomamos nenhuma parte, nem faz parte de nossa política fazê-lo. É somente quando nossos direitos são invadidos ou seriamente ameaçados que nós tememos ferimentos ou fazemos preparações para nossa defesa. [...] Devemos, então, devido as relações de amizade e candura existentes entre os Estados Unidos e aquelas potências declarar que consideremos qualquer tentativa de sua parte de estender seu sistema à qualquer porção desse hemisfério como um perigo à nossa paz e segurança. Com as colônias existentes ou depêndencias de qualquer potência europeia nós não intervimos nem interviremos, mas com governos que declararam sua independência e a mantiveram, e que sua independência nós, em grande consideração e em princípios justos, reconhecemos, nós não podemos ver nenhuma interposição no propósito de lhes oprimir, ou controlar seu destino de alguma outra maneira, por parte de qualquer potência europeia de qualquer outro modo que a manifestação de disposição de inimizade em relação aos Estados Unidos^{20,21}.

A Doutrina era favorecida por um discurso anti-intervenção europeia que era reforçado especialmente pelas ideias contrárias à tudo aquilo que o continente europeu representava que estava presente no novo país, argumentando pelo fim da colonização europeia e sua influência no continente (LAFEBER, 1994). Segundo Mariano (2015), a Doutrina Monroe estabelecia na forma concreta o que já era presente na identidade estadunidense desde os seus primeiros momentos como nação soberana e que foi colocada em planos concretos graças às mudanças que ocorriam no contexto internacional do continente americano no século XIX.

De acordo com Pecequilo (2005) quatro preceitos centrais guiavam a Doutrina: 1) a separação e autonomia entre os sistemas europeu e americano; 2) a separação entre o Velho e o Novo Mundo; 3) a “América para os americanos”; 4) a centralidade dos Estados Unidos dentro do sistema americano. A Doutrina Monroe serviria para guiar o país na diminuição da influência europeia do continente (RENEHAN Jr, 2007). Para

²⁰ Tradução livre da autora.

²¹ December 2, 1823: Seventh Annual Message (Monroe Doctrine). Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/december-2-1823-seventh-annual-message-monroe-doctrine>> Acesso em 26 de novembro de 2018.

Renehan Jr (2007) a importância dos elementos que a doutrina implementou são tantos que ele afirma que sem ela a história do continente americano seria totalmente diferente do que se conhece, com a busca de novas colônias por parte das potências europeias e, possivelmente, sem tempo para os novos países se desenvolverem. Para Lafeber (2012), as ideias de Monroe podem ser vistas como o início do fim da dominação colonial da Europa no Novo Mundo.

Todos os elementos pontuados sobre a identidade dos Estados Unidos estão presentes na lógica da Doutrina Monroe, especialmente quando do seu desenvolvimento nos anos seguintes e principalmente no início do século XX. A ideia do excepcionalismo que era reforçada pelas conquistas do país em seu curto período de existência como soberana serviria como argumento para construir e reificar a ideia que o país seria responsável por proteger o continente americano da influência europeia observada como maligna.

O ponto mais interessante de se observar, contudo, seria a ideia da dualidade “Nós” e “Outros” presente na lógica dessa política, visto que ela pode ser observada de duas maneiras nesse caso e que são construídas e reificadas pelos elementos da identidade do país. Mesmo que se possa facilmente parecer que as dinâmicas de Nós contra Outros aqui já explicada pressupunha sempre um elemento de hostilidade, isso nem sempre é algo necessário. É possível também que se interprete esse Outro como alguém inferior comparado ao Nós, dinâmica aplicada ao caso da Doutrina Monroe e enraizada na ideia dos Estados Unidos excepcional.

A América Latina era vista como o Outro inferior que deveria ser trazido para a zona de influência dos Estados Unidos e protegida do Outro maligno que seria o continente europeu (MARIANO, 2015). A construção dos Estados Unidos como o país excepcional seria algo a ser reificado pela ideia da construção de um “Outro” inimigo e um “Outro” a ser protegido, com determinados discursos sendo dependentes dessas construções (REZENDE; LEITE, 2014, p. 225).

A imagem do excepcionalismo americano também se juntava a essa ideia da proteção do Outro quando considerado que os Estados Unidos não possuíam muita confiança na capacidade dos países da América Latina para se governar sozinha, especialmente por questões que eles consideravam problemáticas, como a influência católica, tentativas de restauração da monarquia em certos países, miscigenação e a instabilidade política dentro dos novos países (MARIANO, 2015, p. 63). A visão negativa sobre questões raciais e a influência católica por parte dos Estados Unidos

podem ser especialmente tomados em questão nesse caso, pois eram vistos como pertencentes àquele “Outro” e que era mal visto pois não era pertencente ao “Nós”.

Na Doutrina Monroe, segundo Herring (2008) estava implícita a ideia de que as instituições e ideologias dos EUA seriam espalhadas através daqueles que o país tivesse contato, expondo a dicotomia de superioridade e inferioridade dentro do discurso enquanto elemento comum da identidade do país. Colocar suas instituições como algo universal e não apenas como algo limitado a seu território nacional é um componente comum dentro da identidade do país (LOCK, 2008).

Para proteger sua identidade comopositor ao continente europeu, os Estados Unidos se colocava como um aliado de todos àqueles dentro da região que estariam se opondo ao domínio europeu. Isso faz parte do processo de construção da identidade de Estado-nação estadunidense que, segundo Rowley e Weldes (2012), consiste também em marginalizar o “Outro” enquanto aumenta a relevância e importância do “Eu”.

A Doutrina não seria usada apenas para, supostamente, proteger a região da influência europeia, mas também para justificar movimentos estadunidenses por esta, como na presidência de James K. Polk (1845–1849) e na anexação do Texas que ocorreu durante o seu mandato (RENEHAN Jr, 2007). Em 1836, o território do Texas se declarou independente do México após um período de insatisfação com o país por parte dos cidadãos do território. Eles se declararam separados do México em 2 de março de 1836²². Em 1844, se acordou a anexação da República do Texas por desejo de seus cidadãos por parte dos Estados Unidos²³. E, em 1845, em seu discurso inicial como presidente, James K. Polk afirmou a necessidade da anexação não apenas pela vontade do povo do território, mas também porque o Texas seria colocado sob a proteção estadunidense²⁴.

A expansão do país que se fortaleceria ao fim do século XIX também sofreria incentivo por parte de questões que podem ser interpretadas como identitárias, como a constante interpretação de si como civilizado e dos países que não seguiam o modelo ocidental como “bárbaros”, prontamente incentivando países da América Latina a tomarem rumos que fossem vistos como corretos pelos Estados Unidos (MARIANO, 2015).

²²The Texas Declaration of Independence : March 2, 1836. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/19th_century/texdec.asp> Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

²³The Treaty of Annexation - Texas; April 12, 1844. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/19th_century/texan05.asp> Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

²⁴Inaugural Address of James Knox Polk. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/19th_century/polk.asp#texas>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

Foi especialmente na presidência de Theodore Roosevelt (1901-1909) que a Doutrina Monroe seria utilizada de maneira mais forte como um elemento de política externa do país. Após uma crise no continente envolvendo a Venezuela, o presidente afirmou que qualquer problema na região que pudesse atrair o envolvimento da Europa deveria ser impedido com ação estadunidense (RENEHAN Jr, 2007). Estava instituído o Corolário Roosevelt²⁵.

A Doutrina Monroe mudou a forma como a política externa do país era feita, especialmente em relação a América Latina. Ela foi influenciada pelos interesses que o novo país achava corretos, o que se transformou no Colorário Roosevelt no início do século XX. De acordo com Mariano (2015), os Estados Unidos não tentariam mais escapar dos problemas do mundo, buscando, ao invés, liderar esse para a mudança que achariam correta, refletindo os dizeres missionários que fundaram o país e incentivaram sua independência décadas atrás. Na interpretação dessas políticas, o excepcionalismo americano, fundado na crença da missão divina e da nação abençoada por Deus, seria o modelo essencial para guiar o mundo e para mudar os “Outros” atrasados para o modelo do “Nós” civilizado.

Na medida em que os Estados Unidos se envolviam mais em questões para além de suas fronteiras, suas ideias de identidade, “nós e outros” eram reconstruídas e reforçadas, construindo sua identidade como nação excepcional, baseada especialmente na ética cristã, nas ideias de pseudociência que se desenvolviam no país em relação a raça e civilização e na sua evolução econômica e tecnológica (MARIANO, 2015, p. 69), noções essas que foram fortalecidas desde a fundação das colônias inglesas no Novo Mundo e que, naquele momento, estava reforçando a noção de identidade do país.

Na opinião de Mariano (2015) a doutrina foi responsável por reificar a identidade do país, ajudando a construir a ideia de alteridade “Dentro e Fora”, “Nós e Outros”, auxiliando na construção da política externa baseada na ideia de um inimigo. Para esta dinâmica Campbell (1996) atribui o nome de “geografia do mal”, que reforça a ideia de um inimigo externo, utilizado muitas vezes para trazer coesão ao ambiente doméstico (MARIANO, 2015). Tal dualidade se expressaria na política externa “[...]”

²⁵ O Colorário Roosevelt foi um pilar da política externa estadunidense do governo de Theodore Roosevelt (1901-1909) direcionado à América Latina. O Colorário afirmava que os EUA interviriam como um último recurso para que nações do Hemisfério Ocidental cumprissem suas obrigações e não violassem direitos dos EUA nem trouxessem violência externa para nações americanas. A política serviu como justificativa para intervenção do país na região, em países como Cuba, Haiti e Nicarágua. Disponível em: < <https://history.state.gov/milestones/1899-1913/roosevelt-and-monroe-doctrine> > Acesso em 31 de março de 2019.

concebida como prática social e política de construção de fronteiras ao produzir discursivamente diferenças com base em dicotomias do tipo “dentro/fora”, “amigo/inimigo” e “Eu/Outro”, em que o nexos ‘identidade/alteridade’ atua na constituição mútua e (re)afirmação de relações sociais entre entes políticos (REZENDE; LEITE, 2014, p. 224).”

A Doutrina Monroe foi construída no momento que se tentava responder a pergunta “Qual a relação dos Estados Unidos com o mundo ao seu redor ?” (MARIANO, 2015). Essa pergunta foi respondida através da dicotomia aqui exposta, que já fazia parte da identidade dos Estados Unidos e encontrou espaço no ambiente do país para se fortalecer. O país alcançou sua independência no fim do século XVIII e comprovava seu excepcionalismo para si e, na sua visão, para o mundo, mostrando que o seu experimento republicano e de uma nação diferenciada estaria sendo efetivo. Somada a visão religiosa que o país tinha sobre si próprio e a diferenciação que possuía inicialmente em relação a Europa, a Doutrina Monroe e suas extensões ao longo dos anos da política externa estadunidense é um exemplo válido dessa identidade que se construiu, em um ambiente com as normas e contextos propícios, afetando e constituindo os interesses do país. Ao propor-se como protetor da região da América da influência considerada perigosa da Europa e incentivando os experimentos com governos similares aos seus nos países vizinhos, os Estados Unidos expressaram na Doutrina Monroe a manifestação desse seu interesse em colocar-se como diferente dos velhos poderes europeus e ao mesmo tempo assumindo uma postura de guia para outros países da região no caminho que considerava o certo.

2. 2. 2 “O Império do Mal” e a missão dos Estados Unidos: a política de Ronald Reagan e o discurso do inimigo

Durante o período da Guerra Fria era possível observar a dualidade entre “Nós e Outros” de maneira mais explícita com o panorama que se criou após o fim da Segunda Guerra Mundial. De um lado, os Estados Unidos e seus aliados, no bloco capitalista e, do outro, a União Soviética e seus aliados, representando o bloco socialista. Com o inimigo formado de maneira tão explícita, discursos que vocalizavam hostilidade contra a União Soviética e a interpretavam como um inimigo absoluto dos Estados Unidos eram extremamente comuns nos anos que seguiram após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Mesmo que essa dualidade ocorresse facilmente tanto no âmbito da política externa do país, quanto no âmbito doméstico, após a Guerra do Vietnã (1955-1975) os Estados Unidos assumiram um posicionamento de menor hostilidade e maior diplomacia para lidar com a União Soviética (BYRNE, 2018). Contudo, isso mudaria no governo de Ronald Reagan (1981-1989), que resgatou políticas de apoio a movimentos anti-comunistas, e o fez de forma mais escancarada (PACH, 2006) mesmo quando a cena internacional era de enfraquecimento do regime soviético.

Dono de uma retórica mais pesada em relação à União Soviética, o governo Reagan demonstrava publicamente uma visão mais maniqueísta dos acontecimentos internacionais, observando a representante do bloco socialista como responsável pelos problemas que ocorriam internacionalmente, com tanto o presidente como aqueles que o auxiliavam em sua administração possuindo uma fervorosa retórica contra o comunismo (SCOTT, 1996). Reagan expunha em seus discursos a dualidade de uma luta de bem contra o mal, os Estados Unidos como representantes do bem e a União Soviética como representantes do lado maligno (GOODNIGHT, 1986). Reagan buscou suporte para toda a luta armada contra o comunismo e promoção da democracia, baseando-se em princípios importantes já citados para a identidade comum estadunidense, como justiça e tradição democrática (PACH, 2006).

O mais famoso pronunciamento de Reagan que carregava tal caráter negativo sobre a União Soviética foi o do ano de 1983²⁶ no qual ele caracterizou a União Soviética como um Império do Mal. Dentro da retórica apresentada no discurso, Goodnight (1986) explica que a fala de Reagan buscava transformar a política em algo espiritual e divino, algo importante dentro do cenário estadunidense como já explicado anteriormente. Para que o discurso de Reagan fosse efetivo, era necessário um contexto no qual ele pudesse ser recebido de maneira positiva. O autor afirma que essa legitimidade garantiu-se pela crença da política conservadora estadunidense no que ele chama de Credo. Essa política criticava o que Goodnight (1986) denomina “liberais seculares” por enfraquecerem a tradição do país e, ao mesmo tempo, tecia uma crítica aos seus antecessores por serem lenientes para com seu inimigo. “Os Estados Unidos foram abençoados por Deus; Essa benção é liberdade; a liberdade é mantida pelos constrangimentos morais; os constrangimentos morais estão se enfraquecendo.”

²⁶ Address to the National Association of Evangelicals (“Evil Empire Speech”, 8 March 1983). Disponível em: <<http://voicesofdemocracy.umd.edu/reagan-evil-empire-speech-text/>> Acesso em 21 de janeiro de 2019.

(GOODNIGHT, 1986, p. 401). Essas crenças são exemplos de normas explanadas por construtivistas como Onuf (2001) e Kratochwil (1989), que garantiram a Reagan legitimidade e aceitação para seu discurso no âmbito doméstico.

De acordo Goodnight (1986), o discurso de Reagan, em 1983, foi efetivo tanto para fortalecer a imagem da União Soviética como o inimigo daquele momento, como também fortalecer a própria retórica positiva da administração Reagan no âmbito doméstico. A partir da retórica religiosa, a falha não seria uma possível catástrofe armamentista, pois isso era consequência da luta moral entre bem e mal que sempre iria acontecer em sua interpretação. A falha moral seria a verdadeira derrota (GOODNIGHT, 1986, p. 403).

Essa preocupação com a manutenção dos valores morais da sociedade estadunidense durante o governo Reagan não foi expressa somente na chamada batalha contra a União Soviética, com outros componentes da sociedade civil e da política externa do país sendo alvos. Um desses elementos foi a chamada Guerra às Drogas que buscou combater a presença e o consumo de substâncias nos Estados Unidos. Foi durante a presidência de Reagan que a Guerra às Drogas foi construída como um elemento essencial para a manutenção da sociedade estadunidense. Na visão de conservadores que representavam o grupo do presidente, a questão não era apenas de saúde pública, mas um problema moral que ameaçava a sociedade tradicional de seu país (CARPENTER, 2003).

Para preservar sua sociedade e os valores que considerava corretos, foi no governo de Reagan que os Estados Unidos buscaram convencer outros países aliados a se juntar em uma guerra contra drogas liderada pelos EUA (CARPENTER, 2003). Contudo, não se encontrou tanto apoio em países da América Latina porque existiam hábitos e ideias diferentes em relação à questões de drogas,

Houve diversos motivos para a resistência às demandas da administração Reagan. Na época, a maioria das nações que produziam drogas não possuíam problemas internos sérios de consumo de substância. Conseqüentemente, elas viam o sentimento de urgência dos EUA como exagerado ou egoístas. Líderes da América Latina e de outros países do Terceiro Mundo concluíram que eles estavam recebendo pedidos para assumir fardo de cumprimento de lei pesado apenas para aliviar problemas sociais no rico e mimado Estados Unidos.[...] Muitas – ainda que não todos – sociedades da América Latina exibiam uma atitude mais tolerante acerca de uso moderado de substância.(CARPENTER, 2003, p.23).²⁷

²⁷ Tradução livre da autora.

Essa diferença entre os Estados Unidos e os países da América Latina são um exemplo claro da diferença que o contexto cultural pode trazer ao encarar uma determinada questão. Os Estados Unidos de Reagan viam a questão das drogas como um problema sério que afetava a estrutura da sua sociedade ao ponto do tráfico tornar-se uma ameaça nacional de segurança (CARPENTER, 2003). Esses elementos essenciais à parte da sociedade estadunidense, como a manutenção de determinados valores tradicionais, tornaram o público doméstico receptivo para a retórica do seu presidente que tornou a União Soviética como o objeto maligno da época.

A retórica de Ronald Reagan era motivada pela necessidade da construção constante da União Soviética como o grande elemento a ser derrotado, pois ela era colocada como responsável por causar todos os problemas internacionais, com sua retórica expansiva e tentativa de trazer para seu lado outros países que os Estados Unidos observavam como mais fracos. No entanto, essa construção não deve ser entendida como algo feito de modo exatamente consciente, mas sim algo reificado pelo contexto histórico e cultural e pelas normas fortalecidas nas quais os EUA se construíram. Como já demonstrado, a ideia de se observar como diferente é uma constante na história dos Estados Unidos e que foi validada ao ponto de se tornar algo normal no contexto do país. Logo, foi uma construção mútua entre os agentes que trabalharam ao longo da história do país em sua criação e as normas que foram sendo legitimadas e reforçadas a medida que o tempo passava. Isso forneceu a autenticidade para que um discurso que caracterizasse um outro país como algo maligno fosse interpretado como algo lógico e aceito como um elemento da política externa do país.

Os discursos do presidente que buscavam legitimar suas políticas eram extremamente carregados dos elementos presentes na identidade estadunidense, especialmente a retórica religiosa que, segundo Byrne (2018) seria algo impossível de separar da imagem do presidente, considerando sua própria criação religiosa. Logo, a construção da União Soviética como o grande inimigo a ser destruído após o fim da Segunda Guerra Mundial e especialmente durante a Administração Reagan foi um momento que se pôde observar essa construção do interesse dos Estados Unidos como um reflexo de sua identidade.

Os discursos cobertos de significados religiosos colocavam os Estados Unidos como o país que teria a capacidade de destruir o inimigo que ameaçava o mundo e concebiam a União Soviética como destinada a falhar devido a seus meios inferiores (FARNHAM, 2001) colocando-se, mesmo que de forma não explícita, como país

superior que teria maior capacidade de proteger e ditar as formas de governo válidas para outros países. A União Soviética era uma ameaça aos Estados Unidos não apenas devido à questões materiais, mas também em suas crenças e valores que se opunham aos estadunidenses (FARNHAM, 2001), com Reagan expondo em seus discursos sua crença no ideal do excepcionalismo americano. O governo do presidente corroborou com sua visão anti-comunista (HERRING, 2008). Dobson e Marsh (2001) afirmam que, dentro da retórica de Reagan, o avanço do comunismo no mundo era visto como desafio ao Destino Manifesto.

O presidente compartilhava das crenças de parte da direita religiosa sobre a necessidade de uma força maior para proteger os valores morais dos Estados Unidos da ideologia sem Deus que era o comunismo, além de crer na retórica já explicada dos colonizadores dos Estados Unidos sobre o papel do território enquanto farol da liberdade para o mundo (WILLIAMS, 2008, p. 138). De forma similar ao que aconteceu em relação à América Latina no século XIX, os Estados Unidos tomaram para si o papel de guiar e proteger nações que eles viam como mais fracas ou suscetíveis à influência soviética. Os cidadãos do bloco soviético eram pessoas que estariam à mercê das decisões cruéis de seus líderes e precisavam de salvação. Os países que poderiam ser influenciados pela União Soviética deveriam ser protegidos, de acordo com a retórica estadunidense.

A política externa de Reagan parecia se associar aos elementos iniciais da política externa estadunidense representada pela Doutrina Monroe já que, segundo Byrne (2018), o presidente não apenas falava em proteger a liberdade dos Estados Unidos, como seus antecessores faziam, mas considerava essencial espalhar a liberdade para outras regiões do mundo, mostrando um caráter quase missionário da visão da política externa estadunidense em relação a ideia de liberdade. Com Reagan, as ações dos EUA ganhavam certo caráter messiânico ao combater aquilo que o país interpretava como maligno para a paz mundial. A Doutrina Reagan foi caracterizada pelo envio de forças para combater e conter possíveis núcleos de ameaças comunistas (HERRING, 2008), apoiando diversos movimentos contrários à governos ou ideias mais voltadas ao espectro político da esquerda em diversas regiões do mundo (SCOTT, 1996), além de garantir aumento nas despesas dos Estados Unidos com gastos militares e estratégicos (DOBSON; MARSH, 2001).

Logo, é possível compreender que a política externa do país foi influenciada pelos elementos da sua identidade. A política externa do governo Reagan tentava se

colocar como sendo não auto-interessada, assim como os interesses dos Estados Unidos em geral ao longo da sua história, pois estes sempre estão reforçados pelas ideias presentes na sua identidade, como a de que o país seria excepcional e que saberia melhor o caminho a se seguir. Byrne (2018) demonstra bem sobre isso ao explicar que a política externa de Ronald Reagan “[...] era direcionada por impulsos humanitários, não econômicos, assim como a guerra estadunidense contra o nazismo. Os grandes conflitos do século vinte não eram conflitos formalmente religiosos, mas eles ainda sim eram conflitos morais entre certo e errado. (BYRNE, 2018, p. 101)²⁸”.

Mesmo quando a relação entre a União Soviética e os Estados Unidos foi lentamente sendo construída como algo menos negativo, direcionada para uma possível cooperação²⁹, é possível observar que os Estados Unidos ainda observavam a União Soviética como sendo um “Outro” inferior que estaria condenada devido à sua ideologia na visão do país norte-americano, segundo Farnham (2001). De acordo com Byrne (2018), mesmo quando a relação entre os dois lados melhorou, a intenção nunca pareceu ser acomodar ou entender a ideologia e sistema da União Soviética, mas sim fazer esta se render ao lado estadunidense.

É possível então observar que a identidade dos Estados Unidos influenciou, em diversos momentos, a construção dos interesses do país. Desde os preceitos iniciais de sua política externa durante o século XIX com a elaboração da Doutrina Monroe e até durante a Guerra Fria, certos elementos sempre estiveram sempre presentes: a crença na excepcionalidade das diversas instituições do país, crença essa derivada do forte componente religioso que sempre esteve presente em sua história. Além disso, uma forte definição de sua relação com os outros a partir do entendimento dessas instituições, ou seja, aquilo que era diferente do “Eu” entendido pelos Estados Unidos, o “Outro” diferente, era algo a ser protegido, conquistado, ensinado e em outros casos até mesmo eliminado. Esses elementos sempre estiveram presentes devido à constante reificação de sua identidade como ator dentro do sistema no qual se encontra e sempre acabarão influenciando seus interesses até o momento em que ocorra uma possível mudança de identidade, como já explicado no primeiro capítulo.

²⁸ Tradução livre da autora.

²⁹ Aqui é interessante pontuar que obras como Farnham (2001) e Byrne (2018) explicam que um dos fatores de importância para que um relacionamento de maior cooperação entre os dois lados se construísse foi o encontro de Ronald Reagan e de Mikhail Gorbachev, líder da União Soviética, que se encontraram quatro vezes no que Dobson e Marsh (2001) afirmam ser encontros cruciais para o rumo da Guerra Fria. É possível interpretar que a interação positiva entre os dois lados foi essencial para que a imagem negativa fosse desconstruída e substituída por uma mais positiva, que tornasse a cooperação algo viável.

2.3 Considerações parciais

O presente capítulo teve como objetivo compreender melhor a ideia de interesse dentro das Relações Internacionais e também entender como esses interesses dos Estados Unidos em dois momentos determinados de políticas em contextos diferentes da história do mundo podem ser vistos como tendo sido influenciados pela sua identidade. Para compreender melhor o que são os interesses do país, primeiro foi necessário explicar o que é entendido nesse trabalho como interesse especificamente. Para tanto, entender como a literatura de Relações Internacionais estuda essa questão é algo primordial.

É compreensível que, na disciplina de Relações Internacionais, quando se discuta interesses, se pense primariamente em interesses e ações dos Estados. Historicamente se debatiam interesses dos países ou ainda mais especificamente os interesses dos representantes das nações e como esses interesses influenciaram as ações dos países no cenário internacional. Contudo, é rejeitada aqui a noção de que o Estado possua apenas um interesse. Em qualquer momento de sua história, um país será ambiente de diversos interesses dos mais diversos grupos. Quando alguém discursa sobre o chamado interesse do Estado ou interesse nacional, não se argumenta especificamente em favor de todos os interesses de todos os grupos existentes ali. Esse discurso normalmente representa um discurso legítimo, muitas vezes representado pela figura do governo e dos oficiais desse país. Ao se discursar sobre esses interesses, esses grupos que tem a legitimidade de governo buscam alcançar maior aceitação pelo seu povo.

Ao considerar essa rejeição pelo entendimento tradicional de interesse dos Estados, a literatura construtivista contribui para essa pesquisa, pois ela argumenta favoravelmente em entender os interesses como um produto do meio em que os atores se constroem. Os interesses serão dependentes das identidades, rejeitando assim a ideia de Estado auto-interessado que o realismo é favorável.

Por isso, é essencial para melhor analisar os interesses dos atores entender por que esses interesses existem e são legitimados. No caso dos Estados Unidos, no primeiro capítulo foi explorada sua identidade. Nesse capítulo, com a compreensão desta, demonstrou-se como ela influenciou em dois momentos específicos da sua história, de modo a refletir em sua política externa.

A Doutrina Monroe do século XIX e a política de Ronald Reagan em relação a União Soviética, no fim do século XX, são dois momentos únicos da história do país, mas que possuem semelhanças na continuidade de elementos constitutivos da identidade estadunidense. Nos dois momentos, a elaboração dessas políticas foram baseadas em um entendimento compartilhado da superioridade moral e política do país em relação àqueles “Outros” com os quais o país lidava. Essa ideia de superioridade foi expressa de tal modo a ter consequências materiais, como a interferência do país na América Latina ou a intervenção em país com possível influência soviética. Mesmo dois momentos distintos são capazes de pontuar-se como uma continuidade dessa percepção que os EUA tem de si como uma nação excepcional, sendo seu interesse colocar outras nações no caminho que entenda como mais apropriado, impondo sua visão de mundo à outros.

Com as mudanças que ocorreram no sistema internacional ao longo da história da existência do país, certos interesses não são mais vistos como legítimos. O país não poderia, por exemplo, se expandir para o Oeste como fez no século XIX, carregando a ideia de Destino Manifesto. Contudo, o interesse de preservar suas instituições morais e de entender essas como sendo moralmente superiores, reforçadas pelo componente religioso e pelo discurso da construção do inimigo, ainda é o interesse construído pela identidade do país que é possível de se observar como uma influência em suas decisões e que será aqui entendido como principal interesse do país reforçado pela sua identidade.

Com essas considerações acerca dos interesses do país, o capítulo final da dissertação será destinado a compreender melhor como essa identidade influenciou a construção da política externa dos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro de 2001.

3 O “FAROL DA LIBERDADE” E O 11 DE SETEMBRO: A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E A CONSTRUÇÃO DA GUERRA GLOBAL CONTRA O TERROR

A política externa de um país pode ser compreendida como reflexo dos interesses do país dentro do sistema internacional. As ações que o país tomará dentro do sistema de Estados não apenas será influenciada pelos outros membros com o qual ele divide esse espaço, mas também por seu histórico, com elementos como suas memórias e sua cultura sendo de extrema importância.

Ao longo dos primeiros dois capítulos, o presente trabalho se esforçou para compreender como a carga histórica dos Estados Unidos influenciou na construção de sua identidade. No segundo capítulo foram demonstrados quais seriam os interesses do país e como eles foram refletidos a partir da consideração de sua identidade.

No terceiro e último capítulo, serão considerados os elementos explorados nos dois primeiros capítulos para melhor entender o caso que se propõe a ser estudado. Na primeira parte do capítulo, será apresentado o contexto do 11 de setembro de 2001, quais foram as medidas e as reações em relação ao atentado e como essa influenciou as ações dos Estados Unidos a curto prazo. No segundo tópico, será feita uma revisão sobre a literatura do tema envolvendo a retórica presidencial e os atentados de 2001.

Na terceira parte do capítulo, será analisada a retórica dos Estados Unidos em relação ao ocorrido. Especificamente, os discursos oficiais do presidente George Bush durante seu primeiro mandato em relação a chamada Guerra ao Terror. Esses serão então analisados como elementos para a construção e legitimidade da sua política externa diante do público internacional e doméstico e, tomando ela como base, será demonstrado como o caso da Guerra ao Terror se encaixa como mais um exemplo da identidade dos Estados Unidos sendo um fator de influência em sua política externa.

Ao longo desse capítulo, os discursos do presidente Bush servirão como base essencial para entender o posicionamento dos Estados Unidos. Por reconhecer as particularidades que cada idioma apresentam e como estes são carregados de significados, os discursos serão apresentados no texto no idioma original em inglês. Contudo, nesse trabalho se reconhece que é importante garantir a compreensão do significado de uma fala de maneira abrangente. Logo, a tradução livre desses discursos serão providenciados nas notas de rodapé para que possa se compreender na linguagem da própria dissertação.

3.1 O dia que tudo mudou: Os atentados terroristas de 2001.

O onze de setembro de 2001 é uma data de enorme significado para os Estados Unidos. Nesse dia, quatro aviões em diferentes pontos do país foram sequestrados por estrangeiros infiltrados e lançados contra diferentes áreas (LANSFORD, 2012). O World Trade Center em Nova Iorque foi atingido por dois aviões entre 8h46m e 9h03m daquela manhã, deixando diversas pessoas presas nos prédios³⁰, de acordo com o relatório sobre o ocorrido³¹. Em razão do impacto, todos os passageiros presentes nos vôos e inúmeras pessoas dentro das torres morreram³², com as duas torres caindo cerca de cem minutos após o ataque³³. Além disso, um avião à caminho de Los Angeles também foi sequestrado e direcionado para Washington D.C., sendo jogado com toda força também contra o Pentágono por volta das 9h37m daquele mesmo dia. Um último avião que voava em direção do Capitólio ou a Casa Branca caiu na Filadélfia³⁴, resultando em um total de 2973 pessoas mortas no dia, tanto por resultado dos ataques quanto por estarem envolvidos nas operações de resgate³⁵.

Os três alvos dos ataques terroristas não são considerados obras do acaso. O World Trade Center era um símbolo da força econômica do país, enquanto o Pentágono seria do seu poderio militar (PECEQUILO, 2005) e o Capitólio ou a Casa Branca representantes das instituições políticas dos Estados Unidos. Por isso, aos ataques foram atribuídos significados simbólicos contra o que os Estados Unidos representaria no mundo³⁶.

Durante as primeiras horas após o atentado, imagens dos aviões sendo chocados contra as torres do World Trade Center correram pelo mundo, além de imagens contínuas de resgates e outros detalhes envolvidos no atentado. Em muitos países a imagem do segundo avião se chocando contra uma das torres foi transmitida em tempo

³⁰ The National Commission on Terrorist Attacks upon the United States. The 9/11 Commission Report. Disponível em: <<http://govinfo.library.unt.edu/911/report/index.htm>> Acesso em 29 de janeiro de 2019.

³¹ A Comissão Nacional sobre os Ataques Terroristas nos Estados Unidos, conhecida também como Comissão do 11 de setembro, foi uma comissão criada em 2002 para reunir informações acerca dos atentados de setembro de 2001, desde seus preparativos até as respostas imediatas, além de ter capacidade de recomendar medidas contra possíveis ataques. Disponível em: <<http://govinfo.library.unt.edu/911/report/index.htm>> Acesso em 29 de janeiro de 2019.

³² The National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States. The 9/11 Commission Report. Disponível em: <<http://govinfo.library.unt.edu/911/report/index.htm>> Acesso em 29 de janeiro de 2019.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Selected Speeches of President George W. Bush. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf>

real. O mundo se espantava com a ideia de que os Estados Unidos estaria sob ataque de um inimigo sem identidade fixa, constatando os horrores do terrorismo (KELLNER, 2003).

O atentado foi descrito em diversos momentos pelos Estados Unidos como um acontecimento único na história devido à sua importância tanto para o país quanto para o mundo (HOLLOWAY, 2008). Ele significava o fim do período de estabilidade que caracterizava o cenário internacional desde o fim da Guerra Fria (HESS, 2009) e deu início ao período de busca aos que foram classificados como terroristas. Culpados dentro do país foram apontados, com elementos da segurança nacional como a CIA ou o FBI sendo considerados irresponsáveis ao não fazer um trabalho melhor para captar a possibilidade de possíveis ataques. Dentro do próprio governo republicanos tentaram colocar a responsabilidade no governo democrata de Bill Clinton (1993-2001) e opositores fizeram o mesmo com a Administração Bush que teria ignorado alertas sobre possíveis avanços de grupos terroristas no mundo (KELLNER, 2003, p. 12).

De acordo com o relatório de 2004, os ataques de 2001 não foram evitados pois eles estavam presentes em um “limbo”, com agências de inteligência se preocupando com possíveis ameaças domésticas ou ataques vindo de fora, mas não com ataques dentro do próprio país vindo de células terroristas estrangeiras, demonstrando uma falha de comunicação entre as agências voltadas a questões domésticas e internacionais, principalmente entre FBI e CIA³⁷.

O governo pretendia demonstrar uma reação rápida com a declaração de guerra de Bush e a busca pela normalização da segurança interna destruída não só materialmente mas também no imaginário comum dos seus cidadãos. Esse cenário de insegurança piorou devido aos ataques realizados com antraz em outubro do mesmo ano (KELLNER, 2003), com pacotes contendo a substância sendo enviados para diversos locais do governo dos Estados Unidos (PECEQUILO, 2005).

As medidas de segurança tomadas no âmbito doméstico cresceram graças ao atentado, no que Hess (2009) chama de reorientação de política de segurança nacional, sendo essencial a prevenção para que novos ataques daquela natureza não ocorressem mais. O menor dos incidentes domésticos agora seria considerado um perigo de larga escala, com FBI e outras agências reforçando medidas contra novos possíveis ataques (LANSFORD, 2012).

³⁷ The National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States. The 9/11 Commission Report. Disponível em: <<http://govinfo.library.unt.edu/911/report/index.htm>> Acesso em 29 de janeiro de 2019.

Em 20 de setembro de 2001, os culpados iniciais foram identificados³⁸. Era a Al-Qaeda, um grupo de alcance global que tinha como objetivo unir os movimentos islâmicos e muçumanos contra aqueles que os ameaçassem, de acordo com Gunaratna (2007), usando do sofrimento de muçumanos para incentivar ações extremistas e terroristas. De acordo com relatório estadunidense, a Al-Qaeda foi criada por Osama bin Laden em 1988 com árabes que lutaram contra a União Soviética no Afeganistão e que teria como objetivo principal derrubar regimes não muçumanos, diminuir a influência ocidental e a criação de um califado muçumano ao redor do mundo³⁹. A organização se tornou um ponto chave no discurso de combate ao terrorismo por parte dos EUA⁴⁰.

O relatório da Comissão do 11 de setembro afirma que Osama Bin Laden já preparava ataques direcionados aos Estados Unidos há muito tempo. Mesmo que nenhum tenha sido da mesma proporção do ataque de 2001, relatos afirmam que tentativas de ataques a territórios estadunidenses foram realizados ao longo da década de 1990, como o caso do World Trade Center, alvo de bombas em 26 de fevereiro de 1993⁴¹.

Ao conhecer o inimigo, a mídia do país também ajudou na construção da imagem de vilões de Osama Bin Laden e da Al-Qaeda, contribuindo para criar um ambiente de pânico e medo de novos ataques terroristas, com o patriotismo e as demandas por um mundo mais pacífico sendo utilizados como justificativas para possíveis retaliações militares (KELLNER, 2003). O ocorrido em 2001 trouxe a tona para os cidadãos comuns dos Estados Unidos a realidade de que eles possuíam inimigos ao redor do mundo e a globalização retirava do país a possibilidade do isolacionismo. Para Kellner (2003), o atentado foi um momento de choque à sociedade estadunidense em que os valores da globalização foram colocados a frente dos valores e da segurança nacional. O 11 de setembro foi responsável por trazer de forma mais clara novos assuntos para a agenda global de discussão. Além disso, no contexto doméstico o

³⁸ Address to Joint Session of Congress Following 9/11 Attacks. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911jointsessionspeech.htm>> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

³⁹ Chapter 8 -- Foreign Terrorist Organizations. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2005/65275.htm>> Acesso em 31 de março de 2019.

⁴⁰ Em relatório de 2017 do Departamento de Estado dos EUA, constatou-se que a força da al-Qaeda decaiu nos anos anteriores, graças a prisão ou morte de diversos líderes de sua organização, incluindo a de Osama bin Laden em 2011. O mesmo relatório, contudo, explica que o grupo continua uma fonte de inspiração para outros grupos de natureza similar ou para indivíduos que se identifiquem com sua causa. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2017/282850.htm>> Acesso em 31 de março de 2019.

⁴¹ The National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States. The 9/11 Commission Report. Disponível em: <<http://govinfo.library.unt.edu/911/report/index.htm>> Acesso em 29 de janeiro de 2019.

atentado foi responsável por promover um extenso patriotismo e suporte para a Administração Bush⁴², com a ajuda da mídia para fortalecer panorama (KELLNER, 2003).

Em 13 de setembro daquele ano, já existiam propostas dentro do governo para pedir a entrega de Osama Bin Laden e de outros membros da Al-Qaeda aos Estados Unidos. Mas a perspectiva de seus pedidos serem atendidos era pequena e a possibilidade de uma guerra contra o terrorismo em escala global passa a ser algo necessário para o governo⁴³. Bush utilizou o termo Guerra ao Terror pela primeira vez em 20 de setembro de 2001, tornando-se um elemento comum a partir desse momento nos discursos do presidente para se referir à boa parte das ações internacionais dos Estados Unidos contra o terrorismo. Para Bush, a Guerra ao Terror havia começado com o atentado de 2001 e não terminaria até que todos os terroristas fossem eliminados e todas as ameaças a liberdades e democracia, elementos tão próprios da identidade dos Estados Unidos, fossem contidas e que não haveria espaço para posicionamentos neutros dentro da batalha contra o terrorismo⁴⁴.

“Our enemy is a radical network of terrorists, and every government that supports them. Our war on terror begins with al Qaeda, but it does not end there. It will not end until every terrorist group of global reach has been found, stopped, and defeated.[...] They hate our freedoms -- our freedom of religion, our freedom of speech, our freedom to vote and assemble and disagree with each other.”⁴⁵

A retórica da Guerra ao Terror e a ênfase sobre a mudança que o evento acarretou no mundo se tornou central no discurso estadunidense para justificar suas

⁴² De acordo com Pecequillo (2005) o período posterior ao ataque não foi de apoio total à Administração Bush, com grupos de diversas motivações questionando o papel do governo nesse cenário, como são os casos dos grupos que interpretavam a ideia de um Estados Unidos multicultural como algo perigoso e um possível desvio dos valores originais do país. Eles faziam uso das ideias de liberdade de expressão e religião para representar seu repúdio o que muitas vezes resultava em ações violentas (PECEQUILO, 2005).

⁴³ The National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States. The 9/11 Commission Report. Disponível em: <<http://govinfo.library.unt.edu/911/report/index.htm>> Acesso em 29 de janeiro de 2019.

⁴⁴ Address to Joint Session of Congress Following 9/11 Attacks. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911jointsessionspeech.htm>> Acesso em 01 de abril de 2019.

⁴⁵ “Nosso inimigo é uma rede de terroristas radicais e todos os governos que os auxiliem. Nossa guerra contra o terror começa com a Al-Qaeda, mas não termina com eles. Não termina até que todo grupo terrorista de alcance global seja encontrado, detido e derrotado. [...] Eles odeiam nossas liberdades - nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, nossa liberdade de votar e nos reunir e discordar uns com os outros Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911jointsessionspeech.htm>> Acesso em 01 de abril de 2019.

ações como modo de retaliação e prevenção contra um possível novo atentado (HOLLOWAY, 2008) contra um inimigo que não tinha nem território nem rosto específico e que era representado na noção de terror.

A caracterização do evento como único na história foi utilizada por um grupo do espectro político estadunidense, os chamados neoconservadores⁴⁶, para construir uma ideia. A ideia de que os atentados de 11 de setembro foram um momento singular era uma construção para legitimar determinada narrativa e, de acordo com Holloway (2008), uma tentativa de ignorar que o atentado seria de certa forma uma consequência das diversas políticas imperialistas dos Estados Unidos na sua política externa ao longo de sua história.

Em 18 de setembro de 2001, o Congresso aprovou a resolução que garantia ao presidente todo o poder necessário para combater quaisquer organizações ou indivíduos que ele julgasse como responsáveis ou participantes no ocorrido, com praticamente nenhuma objeção sobre esta (HESS, 2009, p. 228). Apenas a representante do estado da Califórnia Barbara Lee foi contrária à medida, afirmando que esta era muito ampla e concedia muito poder ao presidente (PACHECO, 2011, p. 75). Seguindo essa medida, em 20 de setembro, Bush ofereceu um ultimato ao Afeganistão para que entregasse Osama Bin Laden aos Estados Unidos,

“And tonight, the United States of America makes the following demands on the Taliban: Deliver to United States authorities all the leaders of al Qaeda who hide in your land. Release all foreign nationals, including American citizens, you have unjustly imprisoned. Protect foreign journalists, diplomats, and aid workers in your country. Close immediately and permanently every terrorist training camp in Afghanistan, and hand over every terrorist, and every person in their support structure, to appropriate authorities. Give the United States full access to terrorist training camps, so we can make sure they are no longer operating. These demands are not open to negotiation or discussion. The Taliban must act, and act immediately. They will hand over the terrorists, or they will share in their fate.”⁴⁷

⁴⁶ Segundo Schonberg (2009a) os neoconservadores tiveram um crescimento na política no período após o fim da Guerra Fria, tentando entender o papel dos Estados Unidos no mundo com o fim do conflito bipolar. De acordo com o autor, a doutrina neoconservadora é nacionalista na medida que preza pela preservação de poder e soberania do Estado; ao mesmo tempo, podem ser entendidos como cosmopolitas pois acreditam na universalidade de elementos da cultura estadunidense, como a democracia e os direitos humanos, vendo a intervenção em assuntos internacionais como algo necessário pois interferem na preservação do poder do país (Schonberg, 2009a). Para o autor a ideologia neoconservadora “[...] derivava de conceitos tradicionais da identidade estadunidense, enfatizando liberalismo democrático e uma missão moral e civilizatória.” (Schonberg, 2009a, p. 94).

⁴⁷ “E hoje, os Estados Unidos da América faz a seguinte demanda ao Talibã: Entreguem às autoridades dos Estados Unidos todos os líderes da Al-Qaeda que escondem-se em sua terra. Soltem todos os cidadãos estrangeiros, incluindo os cidadãos estadunidenses, que vocês injustamente aprisionaram. Protejam jornalistas estrangeiros, diplomatas e trabalhadores humanitários no seu país. Fechem imediatamente e permanentemente todo o campo de treinamento terrorista no Afeganistão, e entreguem

Ainda no mês de setembro, a ONU lançou a Resolução 1373⁴⁸, recomendando que todos os países cortassem ligações com grupos terroristas de nível direto ou indireto. Além disso, a OTAN invocou o artigo cinco de seu tratado, relacionado à questão de segurança coletiva. Esse expõe que “[...] um ataque armado contra um ou mais deles na Europa ou América do Norte será considerado um ataque contra todos e, conseqüentemente, eles concordarão que, [...] auxiliarão as partes atacadas [...] tomando ação como achar necessário, incluindo o uso de força armada, para restaurar e manter a segurança da área do Atlântico Norte.”⁴⁹ Pela primeira vez na história, essa cláusula foi acionada pela OTAN em apoio aos Estados Unidos cerca de 24 horas após o ataque⁵⁰.

Em 7 de outubro, junto com as forças britânicas e outros apoiadores internacionais, se iniciou a Operação Liberdade Duradoura que tinha como objetivo destruir a Al-Qaeda e auxiliar na reconstrução do Afeganistão em 2001. Os Estados Unidos invadiram o Afeganistão em um movimento visto internacionalmente como legítima defesa por parte do país na busca dos responsáveis pelo ataque (HESS, 2009, p. 231). Em seu discurso para a população sobre a operação, o presidente Bush afirmou que o objetivo dela seria impedir que terroristas continuassem a usar o país como base de operações e minar a capacidade militar do Talibã, começando ataques contra “[...] campos de treinamento terroristas da Al-Qaeda e instalações militares do regime do Talibã no Afeganistão. Essas ações cuidadosamente calculadas foram designadas para interromper o uso do Afeganistão como uma base de operação terrorista e para atacar a capacidade militar do Talibã.”⁵¹

todo terrorista e toda pessoa que os dão suporte, para as autoridades apropriadas. Forneçam aos Estados Unidos acesso total aos campos de treinamento terrorista para que possamos garantir que eles não funcionam mais. Essas demandas não estão abertas para discussão ou negociação. O Talibã deve agir, e agir imediatamente. Eles devem entregar os terroristas ou eles compartilharão de seu destino . Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911jointsessionspech.htm>> Acesso em 01 de abril de 2019.

⁴⁸ Security Council Unanimously Adopts Wide-Ranging Anti-Terrorism Resolution; Calls for Suppressing Financing, Improving International Cooperation. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2001/sc7158.doc.htm>> Acesso em 31 de março de 2019.

⁴⁹ No original “[...]an armed attack against one or more of them in Europe or North America shall be considered an attack against them all and consequently they agree that, [...] will assist the Party or Parties so attacked , [...] such action as it deems necessary, including the use of armed force, to restore and maintain the security of the North Atlantic area.” Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_110496.htm> Acesso em 30 de março de 2019.

⁵⁰Collective defence - Article 5. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_110496.htm> Acesso em 30 de março de 2019.

⁵¹ No original “[...]the United States military has begun strikes against Al Qaeda terrorist training camps and military installations of the Taliban regime in Afghanistan. These carefully targeted actions are designed to disrupt the use of Afghanistan as a terrorist base of operations and to attack the military

Em 26 de outubro de 2001, foi promulgado o Ato Patriota⁵² que tinha como objetivo deter e punir terroristas nos Estados Unidos e no mundo. A lei aumentava o escopo do que era considerado um ato terrorista, além de garantir poder para interceptar informações que fossem consideradas importantes para o combate ao terrorismo e de buscar reforçar a proteção das fronteiras do país. Com a instituição da lei DePlato (2015, p. 66) afirma que se iniciou um período preocupante para muitos imigrantes dentro do país, com muitos sendo detidos e até mesmo deportados. Cerca de um ano depois, foi estabelecido o Departamento de Segurança Interna, que, segundo seu documento inicial, possuía o propósito de mobilizar e organizar a nação para protegê-la de ataques terroristas⁵³. Segundo esse documento ainda, segurança interna seria um “esforço nacional para prevenir ataques terroristas dentro dos Estados Unidos, reduzir sua vulnerabilidade ao terrorismo e minimizar os danos e se recuperar de ataques que venham a ocorrer.”⁵⁴

Em discurso de 29 de janeiro de 2002, Bush afirmava a necessidade de eliminar a ameaça das armas de destruição em massa do mundo, elencando Iraque, Irã e Coreia do Norte como membros do que ele chama de “eixo do mal”,

“States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States.”⁵⁵

capability of the Taliban regime.” Tradução livre da autora. Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911intialafghanistanops.htm>> Acesso em 31 de março de 2019.

⁵² [107th Congress Public Law 56]. Uniting And Strengthening America By Providing Appropriate Tools Required To Intercept And Obstruct Terrorism (Usa Patriot Act) Act Of 2001. Disponível em: < <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-107publ56/html/PLAW-107publ56.htm>> Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

⁵³ National Strategy for Homeland Security. Office of Homeland Security. July 2002.

⁵⁴ No original “Homeland security is a concerted national effort to prevent terrorist attacks within the United States, reduce America’s vulnerability to terrorism, and minimize the damage and recover from attacks that do occur.” Tradução livre da autora. Retirado do material *National Strategy for Homeland Security. Office of Homeland Security. July 2002.*

⁵⁵ “Estados como esses, e seus aliados terroristas, compõem um eixo do mal, armando-se para ameaçar a paz do mundo. Ao buscar armas de destruição em massa, esses regimes tornam-se um grave e crescente perigo. Eles podem prover essas armas para terroristas, fornecendo meios para alcançar seu ódio. Eles podem atacar nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos.” Tradução livre da autora. Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2002.htm>> Acesso em 31 de março de 2019.

O posicionamento unilateral dos Estados Unidos se destacaria nesse caso após a Guerra do Afeganistão, pois afirmaria que o Iraque estaria violando a Resolução 687⁵⁶ imposta pela ONU após a Guerra do Golfo⁵⁷ acerca da questão de armas nucleares, com Bush pedindo autorização ao Congresso para uso da força contra o Iraque (LANSFORD, 2012).

Para tentar se proteger contra novos ataques, foram instauradas no país medidas equivalentes à um Estado de exceção, permitidas pelo Ato Patriota. Essas seriam alvo de debates por muitos anos após o ataque graças aos depoimentos acerca de tortura e violações de direitos nas instalações do país (PECEQUILO, 2005, p. 377),

Foram consideradas como aceitáveis, por mais da metade da população, medidas temporárias de exceção que restringissem as liberdades e aumentassem o poder e orçamento das agências federais envolvidas no combate aos inimigos dos Estados Unidos. O Estado de Nova Iorque adotou a pena de morte para os crimes de terrorismo, aventou-se a suspensão de direitos civis e o endurecimento de leis de imigração. Adicionalmente, a CIA e o FBI destacaram a importância do monitoramento de todas as comunicações internas, individuais e públicas, e a ampliação de práticas de investigação. (PECEQUILO, 2005, p. 376)

Isso é expressado na criação da prisão de Guantánamo após o atentado. De acordo com Gómez (2008), ela se transformou no maior símbolo de violações de direitos humanos e regime de leis internacionais a existir, prendendo pessoas de mais diversas nacionalidades em condições desumanas, sob a justificativa da Guerra contra ao Terror.

Os Estados Unidos colocaram-se em um papel praticamente unilateral no combate ao terrorismo e esse ficou claro na elaboração do documento *The National Security Strategy of the United States of America*, divulgado em setembro de 2002, posteriormente conhecido como Doutrina Bush (LANSFORD, 2012). O documento destaca que os Estados Unidos não hesitariam em agir de maneira preventiva e

⁵⁶ Resolution 687 (1991). Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/unmovic/documents/687.pdf>> Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

⁵⁷ A Guerra do Golfo foi um conflito que ocorreu durante o período de agosto de 1990 até fevereiro de 1991, que teve como estopim a invasão do Kuwait por parte do Iraque (UEHARA, 2003). Junto com outros membros da ONU, os Estados Unidos começaram a agir de maneira defensiva para auxiliar a Árabia Saudita, na chamada Operação Escudo do Deserto (HOLDEN, 2012). Em janeiro de 1991, a Operação Tempestade do Deserto marcou o início de extensos bombardeios ao Iraque por parte da coalisão que os Estados Unidos comandava, derrotando o país rapidamente (LANSFORD, 2012). Após a derrota, o Iraque foi submetido à Resolução 687 de 1991 do Conselho de Segurança da ONU, que proibia o país de produzir e possuir armas de destruição em massa, mantendo ele disponível para possíveis inspeções por parte do órgão acerca do seu poder de produção.

unilateral caso fosse necessário para prevenir que novos inimigos atacassem seus cidadãos ou sua nação⁵⁸.

O país parecia decidido em lutar primeiramente sozinho (YORDÁN, 2006), com seu posicionamento sendo alvo de críticas por parte de líderes da Europa que não consideravam uma guerra como a que os EUA argumentava sendo algo viável (NABERS; PATMAN, 2010), pois causas do terrorismo são muito mais complexas do que um simples combate entre dois ou mais países (YORDÁN, 2006).

Na visão de Schonberg (2009a), alguns objetivos principais da política externa do governo Bush no pós 11 de setembro podem ser pontuados: promoção de democracia e paz como elemento central da identidade do país e, conseqüentemente, de sua política externa. O mundo poderia ser dividido em dois campos, o campo da “civilização” versus o do “terrorismo”, com os indivíduos no segundo sendo irracionais por rejeitar normas civilizadas e a oposição dos Estados Unidos a tais grupos era a continuação de sua oposição histórica a outras formas de totalitarismo. E aliados dos Estados Unidos deveriam reconhecer a obrigação do país de defender o mundo contra os perigos do terror (SCHONBERG, 2009a, p. 75). Para Gómez (2008) a ameaça do terrorismo é algo real, mas o autor argumenta que os métodos estadunidenses em relação a Guerra ao Terror alertam para o perigo de não se construir medidas realmente efetivas para se combater tal ameaça, apenas colocá-la dentro de uma categoria de Estado de exceção na qual qualquer método para o combate ao terrorismo seria justificado, até mesmo a violência e a restrição de liberdades.

A necessidade de respostas imediatas por parte da Administração Bush em razão dos ataques gerou críticas devido a seu posicionamento unilateral diante do problema do terrorismo. Sendo considerado o alvo principal do atentado, o discurso do governo foi de que os Estados Unidos iriam retaliar mesmo sem ajuda de outros países, com os movimentos de retaliação gerando reações negativas sobre seu preparo. A Administração Bush foi interpretada como falha no objetivo de minar o terrorismo e até mesmo considerada responsável por criar novos inimigos e terroristas para os países enfrentarem (KELLNER, 2003, p. 02).

3.2. A literatura sobre a retórica da Guerra ao Terror

⁵⁸ Dias (2007) afirma que no documento original elaborado o texto usa do termo preemptivo, que significaria iniciar uma ação antes que o inimigo a fizesse. Contudo, o autor afirma que o modo como a Doutrina Bush era elaborada não poderia se classificar como medidas preemptivas, mas sim como medidas preventivas, buscando construir medidas contra uma possível ameaça (DIAS, 2007).

O atentado de 2001 foi narrado na literatura tradicional de política externa como o momento no qual ocorreu a primeira grande mudança na política externa dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria (SCHONBERG, 2009b). Antes disso, a União Soviética era o agente guia da política externa estadunidense (EDWARDS, 2008), sendo a oposição ao bloco comunista uma das bases de elaboração de suas ações internacionalmente. A União Soviética representaria os bárbaros não civilizados que o país faria oposição, tanto no sentido militar quanto em suas instituições e características ideológicas, sendo o oposto de tudo que os EUA simbolizava.

Contudo, ao observar as ações do país ao longo de sua história e sua identidade, é possível constatar que o 11 de setembro foi uma oportunidade de externar mais uma vez o modo como o país observava o seu papel no mundo: como o de nação excepcional perante às outras, agora possuindo justificativa de retaliação para suas ações. De acordo com Schonberg (2009b) focar em características materiais tão caras aos realistas é insuficiente para analisar a reação dos Estados Unidos perante o atentado. Os discursos após o ocorrido apresentavam uma visão clara de quem seriam os inimigos do país e o seu papel no mundo, o que serviria para legitimar ou não seus interesses que seriam refletidos nas ações de política externa (SCHONBERG, 2009a, p. 69), sendo representado muitas vezes pelo já tratado de interesse nacional.

Isso se torna ainda mais explícito quando o assunto é a ideia dos EUA como nação em oposição àquilo que ela não é, aquilo que representa o “Outro”, que foi explorado no primeiro capítulo. Ao usar termos como terrorista, bárbaro, não civilizado, ditador, dentre outros, o presidente do país busca atribuir uma série de características que não são inerentes aos Estados Unidos e que são, na verdade, rejeitadas por tudo aquilo que o país representa. Grupos ou indivíduos que são colocados nessas categorias são responsáveis por terríveis atos que os Estados Unidos jamais realizariam (EDWARDS, 2008), tendo o país responsabilidade e capacidade para lidar com os culpados por esses acontecimentos. Dentro do contexto no qual a identidade dos Estados Unidos se construiu, esse tipo de retórica reforça a necessidade de se conter ou até mesmo eliminar esses grupos, garantindo legitimidade às suas ações para alcançar esse objetivo.

Após o fim da Guerra Fria, iniciativas sobre política externa estavam apreensivas sobre a falta de um inimigo para o país, de acordo com Kiernan (2009), preocupando-se com a possível deterioração do que viam como o interesse nacional

para o país. De acordo com o autor, membros do grupo descrito como neoconservadores afirmavam que os Estados Unidos deveriam se dedicar novamente para um projeto de projeção global e o atentado de 2001 foi interpretado como um evento propício para tal objetivo (KIERNAN, 2009, p. 426).

Ao colocar um conjunto de forças como inimigo daquilo que seu país representa, os Estados Unidos buscam legitimar um determinado conjunto de interesses que viabilize certas ações. Nesse caso, eles buscavam legitimar a ideia de combate ao terror, atribuindo um caráter quase messiânico ao seu combate mundial. Era a missão do país levar a paz e a liberdade às nações oprimidas por terroristas.

Como já explicado anteriormente, nessa pesquisa não se considera o Estado como ator unitário que tem no coletivo “nação” apenas um interesse. Entende-se aqui como nação ou Estado um ator que é representado por inúmeros interesses em determinados contextos diferentes. Contudo, a depender do contexto serão certos atores que possuirão legitimidade ou não para agir pelos interesses do Estado. E, no caso de países, quem a possui são seus representantes oficiais.

Logo, o interesse que se apresenta aqui é o representado pelo governo dos Estados Unidos que tem suas ações legitimadas pelo poder que possui enquanto representante oficial, mas também busca alcançar aceitação entre o público a partir de um determinado discurso que é considerado válido naquele determinado contexto. O ato de determinar um grupo de países ou de pessoas ou, até mesmo valores, como sendo inimigos do país não é algo feito com facilidade, sendo necessário a validação que o posto de presidente traz e, ao mesmo tempo, a validação para o discurso dele ser aceito que aquele contexto pode lhe garantir.

A posição dos Estados Unidos sobre o 11 de setembro foi particularmente fomentada pela sua identidade. A ideia de que um país que é abençoado por Deus, algo expresso tanto por suas instituições morais e políticas, quanto por seus atributos geográficos, pudesse ser atacado dentro de seu próprio território, antes considerado inalcançável, pareceu reforçar a retórica que o país deveria retaliar para estabelecer novamente esse seu lugar no mundo.

É possível então afirmar que a identidade do país reforçou as escolhas que ele fez para lidar com a questão do atentado de 2001. Escolher um posicionamento inicialmente unilateral era uma forma de garantir que o terrorismo seria combatido da forma que os Estados Unidos considerariam melhor para reificar seu papel no mundo

como protetor da paz e da liberdade⁵⁹. Os discursos de Bush que classificavam grupos como Irã, Iraque e Coreia do Norte como o “eixo do mal”⁶⁰ ou afirmavam não haver espaço para posicionamento neutro no combate ao terror, reforçavam a ideia que os Estados Unidos interpretavam seu papel nesse caso como o correto contra um grupo absolutamente errado, em um discurso maniqueísta e muitas vezes simplista dentro da complexidade da política internacional, mas que carregava toda a carga histórica e cultural que seria a identidade dos Estados Unidos. Essas ações do país, segundo Kellner (2003) serviram para afasta-lo de seus aliados ao redor do mundo, falhando em criar uma coalisão multilateral contra o terrorismo de forma verdadeiramente efetiva (KELLNER, 2003, p. 03).

Para Nabers e Patman (2010) o que a Administração Bush fez após o 11 de setembro foi reafirmar o excepcionalismo americano mostrando sua superioridade moral perante os seus adversários terroristas. Para ganhar legitimidade em sua guerra contra o terrorismo, as referências à Deus e as conquistas do país eram constantes, tentando tornar a retaliação de qualquer modo que fosse necessário um caminho aparentemente natural a ser seguido.

Para fomentar a ideia do seu destino excepcional, os Estados Unidos também faziam uso de suas características materiais, como seu isolamento geográfico comparado às antigas potências europeias. De acordo com Pecequilo (2005), o país sempre foi encarado como um alvo difícil para ser atingido fisicamente, tanto por seu relacionamento com países como Canadá ou México, mas também pela proteção garantida por suas fronteiras e oceanos.

A política externa do país reflete em diversos momentos essa crença no seu excepcionalismo, seja em decisões para se manter fora de conflitos, como para interferir em assuntos internacionais, pois o país veria em si a capacidade para melhorar o mundo. Essa imagem foi fortificada especialmente após 1945, quando os Estados Unidos alcançaram o status de uma das superpotências mundiais (NABERS; PATMAN, 2010). A tarefa de combater o terrorismo foi colocada como central no programa do governo Bush, que tomou esta como uma missão divina, no que Pecequilo (2005) define como

⁵⁹ Remarks at the National Day of Prayer & Remembrance Service. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911prayer&memorialaddress.htm>> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

⁶⁰ First (Official) Presidential State of the Union Address. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2002.htm>> Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

uma renovação do Destino Manifesto, com o terrorismo internacional ocupando o papel de inimigo que havia, nos últimos anos, pertencido ao comunismo.

A validação do seu discurso pode ser mais facilmente alcançada em uma posição de poder naquele determinado contexto, como no caso da presidência dos Estados Unidos, que Edwards (2008) determina como uma figura central para a cultura política do país. Segundo o autor, o presidente teria a capacidade retórica de moldar a percepção do público comum acerca de determinados temas, pois seria a ligação deste com os assuntos internacionais, explicando a realidade internacional de modo mais simplificado para seus cidadãos. Ele possui poder inigualável no espaço público e, mesmo que não alcance aprovação total para suas ações, possui uma capacidade tremenda em determinar como a política estadunidense é interpretada (EDWARDS, 2008, p. 832).

A retórica utilizada pelo presidente pode ser a representação externa da crença dos Estados Unidos sobre seu papel excepcional no mundo. Ao longo de sua história, os presidentes utilizaram seus discursos para legitimar ações baseando-se na ideia que seu país teria maior capacidade tanto material quanto ideológica para lidar com determinadas questões. Segundo o relatório da Comissão do 11 de setembro⁶¹, a comunicação inicial entre George W. Bush e outras pessoas do seu governo após o atentado já colocavam o país em estado de guerra, mesmo que ainda não soubessem contra quem especificamente.

Os membros de um governo são representantes daquela sociedade. Logo, eles farão parte do sistema que construiu determinados significados. Ao representar os símbolos daquele Estado, é esperado que as políticas apresentadas sejam reflexões dos valores que ele possui (SCHONBERG, 2009a, p. 70). Os governantes não abandonam seus valores enquanto membros da sociedade ao assumir seu posto. Logo, eles possuirão conhecimento dos valores que são importantes dentro daquele determinado contexto. Schonberg (2009b) argumenta que é possível observar parte das crenças do governante em seus discursos e ações, entendendo, que enquanto membro daquele meio, os políticos possuem crenças e valores de modo similar a cidadãos comuns, não sendo possível compreender os governantes apenas como pessoas puramente auto interessadas, mas que também possuem identidades que foram construídas ao longo de suas interações com os outros e também como agentes que atuam nessa sociedade. Os

⁶¹ The National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States. The 9/11 Commission Report. Disponível em: <<http://govinfo.library.unt.edu/911/report/index.htm>> Acesso em 29 de janeiro de 2019.

governantes também são produto do contexto e a fala deles necessita da validação da estrutura e dos agentes que ali também atuam.

A narrativa dos Estados Unidos para justificar a Guerra ao Terror utilizava de seu histórico em relação aos outros países também e o modo como eles se relacionavam, sendo impensável tomar em consideração as identidades que esses países construíram ao longo de suas relações. Por exemplo, em relação à invasão do Iraque que seria realizada em março de 2003, Schonberg (2009a) afirma que a retórica da necessidade da guerra contra o país se fortalecia pelo conhecimento e histórico que os Estados Unidos já possuía com a nação. O conhecimento de interações passadas sobre o Iraque que já existia antes de 2001 foi importante para fortalecer a percepção negativa acerca do país e legitimar as ações tomadas contra ele.

Na narrativa estadunidense, o Iraque era comandado pelo ditador Saddam Hussein, retratado como um homem maligno e que possuía capacidade dentro de seu regime de produzir armas de destruição em massa, sendo justificado, dentro dessa narrativa, o receio de possíveis alianças iraquianas com outros grupos terroristas da região e legítima a preocupação dos Estados Unidos com o povo iraquiano (SCHONBERG, 2009a, p. 130). Em discurso em 28 de janeiro de 2003, Bush afirma sobre o presidente do Iraque,

“Year after year, Saddam Hussein has gone to elaborate lengths, spent enormous sums, taken great risks, to build and keep weapons of mass destruction -- but why? The only possible explanation, the only possible use he could have for those weapons, is to dominate, intimidate, or attack. With nuclear arms or a full arsenal of chemical and biological weapons, Saddam Hussein could resume his ambitions of conquest in the Middle East, and create deadly havoc in the region. And this Congress and the American people must recognize another threat. Evidence from intelligence sources, secret communications, and statements by people now in custody, reveal that Saddam Hussein aids and protects terrorists, including members of al-Qaida. Secretly, and without fingerprints, he could provide one of his hidden weapons to terrorists, or help them develop their own.”⁶²

⁶²“Ano após ano, Saddam Hussein tomou medidas elaboradas, gastou montantes enormes, tomou grandes riscos, para construir e manter armas de destruição em massa – mas por que ? A única explicação possível, o único uso possível que ele poderia ter para essas armas, é para dominar, intimidar ou atacar. Com armas nucleares ou um arsenal completo de armas biológicas e químicas, Saddam Hussein poderia continuar suas ambições de conquistar o Oriente Médio, e criar estrago mortal na região. E este Congresso e as pessoas dos Estados Unidos devem reconhecer outra ameaça. Evidência de fontes de inteligência, comunicações secretas, e relatos por pessoas agora em custódia, revelam que Saddam Hussein auxilia e protege terroristas, incluindo membros da Al-Qaeda. Secretamente, e sem rastros, ele poderia prover uma de suas armas secretas para terroristas, ou ajuda-los a desenvolver suas próprias.” Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2003.html>> Acesso em 31 de março de 2019.

Além da questão das possíveis armas de destruição em massa, Bush também colocava em seu discurso a segurança das pessoas iraquianas,

*“The first to benefit from a free Iraq would be the Iraqi people, themselves. Today they live in scarcity and fear, under a dictator who has brought them nothing but war, and misery, and torture. Their lives and their freedom matter little to Saddam Hussein -- but Iraqi lives and freedom matter greatly to us. [...] Any future the Iraqi people choose for themselves will be better than the nightmare world that Saddam Hussein has chosen for them.”*⁶³

No caso do Iraque e Afeganistão e de outros povos possivelmente afetados pelos grupos terroristas, a narrativa era similar àquela apresentada no capítulo anterior pela Doutrina Monroe em relação à América Latina no século XIX, um discurso de proteção que buscava legitimidade para intervir nas questões de outros povos. De acordo com Butler (2002) visões negativas acerca de outros povos, de outras culturas e raças serem capazes de auto-governo sem interferência estadunidense seria uma ameaça para a ideia de “povo escolhido”, “nação escolhida” que guiaria os Estados Unidos. Seria impossível povos com características tão diferentes ao povo que se interpretava como escolhidos por Deus serem capazes de tomar caminhos racionais para o bem da humanidade, justificando assim as ações do país dentro de outros Estados. Segundo Nabers e Patman (2010), a linguagem utilizada nos discursos do presidente após o 11 de setembro era característica de um absolutismo expresso pela crença do país em seu destino excepcional na história.

Apoiado no primeiro momento por movimentos multilaterais, no caso do Afeganistão, os Estados Unidos agiram de forma unilateral no combate ao terrorismo, utilizando a ameaça constante como motivo para o aumento do poder e influência dos Estados Unidos no sistema mundial (PECEQUILO, 2005, p. 393). A percepção do país de ter uma ameaça direta a sua segurança nacional e a seus valores incentivou o discurso unilateral que reforçava a ideia de seu papel único no mundo, sendo atacado devido às suas instituições e valores que eram vistos como ameaçadores por outros.

⁶³ “Os primeiros a se beneficiar de um Iraque livre serão as próprias pessoas iraquianas. Hoje eles vivem em medo e escassez, com um ditador que trouxe a eles nada além de guerra, miséria e tortura. A vida deles e sua liberdade importa pouco para Saddam Hussein – mas as vidas e liberdade de pessoas do Iraque nos importam profundamente[...] Qualquer futuro que as pessoas iraquianas escolham por si próprias será melhor que o mundo de pesadelos que Saddam Hussein escolheu para eles.” Tradução livre da autora. Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushfutureofiraq2003.htm> > Acesso em 31 de março de 2019.

Os discursos do governo dos Estados Unidos utilizaram de uma retórica pesada em termos de referências religiosas que conseguiram vasta aprovação do público dentro do país, criando um ambiente favorável para a implementação de políticas consideradas necessárias para o combate ao novo inimigo. Contudo, Nabers e Patman (2010) destacam que não se conseguiu passar a mesma ideia de urgência sobre o combate ao terror para os aliados dos Estados Unidos. É possível entender que essa falha se deve a inexistência de um contexto compartilhado entre os Estados Unidos e outras nações da mesma forma que existia entre o seu governo e seu povo. Isso tornaria certas ações justificadas para o governo e cidadãos dos EUA, mas não para outros países, pois eles não possuiriam esse contexto compartilhado.

Se por um lado é possível atribuir à Administração Bush os caminhos que foram elaborados na política externa após o 11 de setembro, por outro é impossível separar o modo como tais ideias foram recebidas dentro do contexto social que se criou após o atentado. Ele foi utilizado pelo governo para alcançar certos objetivos de política externa, mas não se pode afirmar que foi ele que criou esse contexto. O cenário foi criado pelo entendimento compartilhado dentro do sistema chamado Estados Unidos e que é único a ele em virtude de suas experiências (SCHONBERG, 2009).

A Guerra ao Terror, batalha que os EUA afirmaram engajar contra o terrorismo global foi uma oportunidade de refletir sobre a identidade do país. Adib-Moghaddam (2015) explica que guerras não são travadas dentro de um vácuo, sendo caracterizadas por diversas questões culturais, normativas e ideológicas, seja no cenário internacional, como também no cenário doméstico. Mesmo que o governo Bush tenha tido uma resposta específica do povo estadunidense, é necessário entender que o modo como o governo reagiu foi construído dentro de uma determinada realidade. Ao falar de um inimigo global como falou do combate ao terror, Bush discursava para um público que já possuía uma concepção construída previamente de inimigos, guerras e temas do tipo (SCHONBERG, 2009).

O posicionamento de Bush era compatível com o entendimento da política externa por parte dos neoconservadores, oferecendo apoio em questões multilaterais se possível, mas agindo de forma unilateral se necessário, sendo esses dois posicionamentos reforçados pela interpretação dos Estados Unidos como excepcional (MOTTA, 2014). A política neoconservadora combinava elementos do idealismo das Relações Internacionais, acerca do papel do país em relação a expansão da democracia e colaboração multilateral, como também aspectos unilaterais como estratégias que

utilizavam da força militar (RUIZ, 2011). O neoconservadorismo, que havia se fortalecido na política do país naquele momento, combinava tanto a crença nas conquistas materiais dos Estados Unidos quanto na sua capacidade missionária e seus valores interpretados como superiores (ADIB-MOGHADDAM, 2015). Para Schonberg (2009a) a narrativa que Bush apresentava era uma reflexão da experiência do país ao longo da sua história, com os EUA percebendo não ser possível manter-se distante dos assuntos internacionais e que demonstrar fraqueza nesse cenário poderia ser algo letal.

O discurso de Bush se assemelhava com outros discursos do país em outros momentos já citados no capítulo anterior, no qual buscou legitimar determinadas ações se colocando numa posição de “Nós” contra “Eles”, com o “Nós” dos Estados Unidos representando a civilização e o “Eles” representando os bárbaros (ADIB-MOGHADDAM, 2015). A visão binária apresentada pelo governo Bush em relação ao atentado, ao falar em termos como “bom” e “mal” ou “nós” e “eles” construía um determinado modo de se lidar com o atentado, tornando este um tipo de mito dentro da sua comunidade (NABERS; PATMAN, 2010).

Além disso, de acordo com Nabers e Patman (2010) referências religiosas foram importantes para ajudar na institucionalização da Guerra ao Terror com a criação do Departamento de Segurança Interna⁶⁴, aumento nos gastos militares de quase 120 bilhões de dólares nos anos seguintes ao atentado⁶⁵, com um orçamento de 379 bilhões de dólares para o ano de 2003, um aumento de 48 bilhões comparado ao ano de 2002⁶⁶. A criação e estabelecimento do Ato Patriota⁶⁷ e a criação da prisão da Baía de Guantánamo, além dos envios de forças militares para fora do país.

Essas ações do governo Bush foram alvos de inúmeras críticas, com autores como Kellner (2003) afirmando a hipocrisia da administração que falava em proteger a paz e manter o seu papel de protetor da liberdade, mas estabelecia políticas coercitivas e de vigilância que o autor descreveu como sendo similar a de um Estado totalitário para manter seus cidadãos e estrangeiros dentro de um panorama aceitável de

⁶⁴ *National Strategy for Homeland Security. Office of Homeland Security. July 2002.*

⁶⁵ A NATION CHALLENGED: THE MILITARY BUDGET; BUSH SEES BIG RISE IN MILITARY BUDGET FOR NEXT 5 YEARS. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2002/02/02/us/nation-challenged-military-budget-bush-sees-big-rise-military-budget-for-next-5.html>> Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

⁶⁶ Bush Makes Defense Budget 'Top Priority'. Disponível em: <<http://archive.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=43975>> Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

⁶⁷ [107th Congress Public Law 56]. Uniting And Strengthening America By Providing Appropriate Tools Required To Intercept And Obstruct Terrorism (Usa Patriot Act) Act Of 2001. Disponível em: <<https://www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-107publ56/html/PLAW-107publ56.htm>> Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

comportamento. Para o autor, isso era reforçado não apenas pela mídia, mas também pela retórica oficial do governo de Bush, com os discursos que reforçavam o medo e a insegurança do público comum acerca de possíveis ataques terroristas novos e sobre o chamado “Eixo do Mal” e sua posse de armas de destruição em massa, que seria futuramente um argumento para justificar a invasão do Iraque em 2003 (KELLNER, 2003, p. 19).

Ao compreender todo esse contexto e a construção da identidade dos Estados Unidos, é possível entender como essa poderia afetar o posicionamento do país na Guerra ao Terror, especialmente expresso na figura de seu presidente. Para melhor compreender esse cenário, serão analisados agora os discursos do presidente Bush que são observados como essenciais para trazer legitimidade para a Guerra ao Terror.

3.3 As medidas pós 11 de setembro: construindo a Guerra ao Terror

Ao reconhecer o papel central do presidente para a cultura estadunidense e a comunicação entre o público comum e seus representantes, é essencial que se analise seus discursos para entender como esses foram instrumentos utilizados para legitimar determinadas ações perante ao público de seu país. Reconhecendo a identidade dos Estados Unidos apresentada ao longo da dissertação, os discursos do presidente possuíam uma carga contextual que reflete essa identidade.

No caso dos atentados de 11 de setembro de 2001 e da realidade que se construiu em seguida, serão analisados os discursos de 11 de setembro de 2001 até 19 de março de 2003, um total de vinte e dois discursos. Foram selecionados aqueles que se relacionariam com a Guerra ao Terror e à questão dos atentados terroristas. A data de 19 de março de 2003 foi escolhida como o momento final por ser o dia em que os Estados Unidos invadiram o Iraque, após um período de retórica pesada justificando essa ação dentro do escopo da luta contra o terrorismo. Foi durante esse período que os discursos do presidente utilizaram da retórica mais emergencial, enfatizando a necessidade de proteger-se de possíveis ataques, o que culminaria na invasão do Iraque, com o término das operações de combate mais pesadas sendo anunciadas em maio do mesmo ano, como sinal de que a guerra naquele país contra os terroristas teria acabado.

Os discursos serão discutidos em três tópicos, separadamente. O primeiro tópico destina-se a entender os discursos que tratavam o acontecido como um período único na história do país e que forneciam justificativa para quaisquer ações que os Estados

Unidos viessem a tomar. O segundo tópico será direcionado à análise dos discursos relacionados ao “Outro”. Ou seja como, dentro dos discursos do presidente Bush, construiu-se a figura de um inimigo que representa a oposição completa de tudo aquilo que os Estados Unidos representaria, uma figura tão tenebrosa que justificaria suas ações. No terceiro e último tópico, serão analisados os discursos a partir de um escopo que observa os elementos da retórica que fazem referência ao papel excepcional dos Estados Unidos no mundo e sua crença constante nesse papel, garantido por uma vontade divina, de ser diferente das outras nações, sendo essa compreensão um elemento essencial da identidade do país e um fator primordial de ser entendido para melhor compreendê-lo.

3. 3. 1 “O que for preciso para defender nosso país, nós pagaremos”: A construção do Estado de exceção nos discursos da Guerra ao Terror

Os discursos do presidente Bush após o 11 de setembro traziam os Estados Unidos para um momento de exceção como algo nunca ocorrido antes na história. Comparando com os horrores como os da ameaça nazista ou comunista e o ataque a Pearl Harbor em 1941⁶⁸, o presidente o qualifica como um ataque ao “estilo de vida e liberdade” do país⁶⁹. Os atentados eram tratados como um momento único, com o combate ao terrorismo sendo um novo tipo de guerra contra um novo tipo de inimigo. Era uma ameaça como nenhuma outra que o país já havia enfrentado, como Bush afirmara em seu discurso de assinatura do Ato Patriota, em 26 de outubro de 2001 ou em seu discurso em 11 de dezembro de 2001⁷⁰, colocando os terroristas como incapazes de reconhecer moralidade e justificando assim a necessidade dos atos tomados pós atentado⁷¹. A necessidade de ação rápida também era colocada, pois Bush enfatizava os perigos de novos atentados, não apenas para os Estados Unidos mas também para outros

⁶⁸ Address to Citadel Cadets. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushcitadelcadets.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁶⁹ No original, “[...]our way of life, our very freedom [...]”. Tradução livre da autora. 9/11 Address to the Nation. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911addresstothetation.htm>> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

⁷⁰ Address to Citadel Cadets. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushcitadelcadets.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁷¹ Address on Signing the USA Patriot Act of 2001. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushusapatriotact2001.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

países, pois, segundo ele afirma em seu discurso para a Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 2001 “[...] Eles matam porque aspiram dominar. Eles buscam derrubar governos e desestabilizar regiões⁷²”.

Os discursos também enfatizavam a capacidade não esquecer dos fatos ocorridos, devido a tamanha mudança que esse trouxe ao país, trazendo um estado de exceção para a vida comum dos cidadãos, como ele enfatizou em seu discurso para a ONU em 10 de novembro de 2001,

“Time is passing. Yet, for the United States of America, there will be no forgetting September the 11th. We will remember every rescuer who died in honor. We will remember every family that lives in grief. We will remember the fire and ash, the last phone calls, the funerals of the children.”⁷³

O discurso de Bush fomentava a causa justa dos Estados Unidos e o valor de sacrifícios em favor desta⁷⁴, afirmando que o momento após a tragédia era difícil mas que mostrava o verdadeiro caráter das pessoas dos Estados Unidos, que uniam-se após os horrores do atentado⁷⁵, colocando a memória deste junto as outras da história de seu país. O presidente afirma que essa memória é de tragédia e choque mas também demonstra a bravura e o sacrifício das pessoas dos Estados Unidos, em seu discurso em 11 de setembro de 2001⁷⁶.

Os discursos direcionados ao público internacional colocavam uma responsabilidade dividida pelos Estados Unidos e por outros membros do mundo “civilizado” para achar e deter possíveis novos atentados.

⁷² No original “[...] They kill because they aspire to dominate. They seek to overthrow governments and destabilize entire regions.”. Tradução livre da autora. Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911unitednations.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁷³ “O tempo está passando. Mas, para os Estados Unidos da América, não se esquecerá o 11 de setembro. Nós lembraremos de todos socorristas que morreu em honra. Nós lembraremos de toda família que vive em luto. Nós lembraremos do fogo e das cinzas, das últimas ligações telefônicas, os funerais das crianças.” Tradução livre da autora. Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911unitednations.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁷⁴ 9/11 Pentagon Remembrance Address. Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911pentagonmemorial2001.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁷⁵ Prime Time News Conference on War Against Terrorism. Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushoct2001newsconference.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁷⁶ The World Will Always Remember 9/11. Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911worldremembers.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

“ We have a responsibility to share intelligence and coordinate the efforts of law enforcement. If you know something, tell us. If we know something, we'll tell you. And when we find the terrorists, we must work together to bring them to justice. We have a responsibility to deny any sanctuary, safe haven or transit to terrorists. Every known terrorist camp must be shut down, its operators apprehended, and evidence of their arrest presented to the United Nations. We have a responsibility to deny weapons to terrorists and to actively prevent private citizens from providing them.”⁷⁷.

Como foi afirmado anteriormente, os Estados Unidos não colocavam espaço para posicionamento neutro na Guerra ao Terror, sendo uma guerra de “Nós” contra “Eles”, com tal discurso oferecendo pretextos para o aumento dos gastos militares com o objetivo de vencer o combate, como Bush afirma no seu primeiro Discurso da União em 2002⁷⁸ e possíveis ações tanto domésticas quanto internacionais⁷⁹. O estado de exceção que os discursos sobre o 11 de setembro invocavam tornavam legítimas determinadas ações, como o aumento no orçamento de defesa por parte do país. No Discurso da União de 2002, Bush afirma que o aumento que ele providenciou seria o mais alto em duas décadas pois “[...] enquanto o preço da liberdade e segurança é alto, nunca é alto demais. O que for preciso para defender nosso país, nós pagaremos.”⁸⁰.

Ao invocar constantemente fatores como a proteção dos valores que sua nação tanto afirmava apreciar, Bush direcionava sua fala para uma audiência específica, construída em valores específicos. Conforme foi explorado no primeiro capítulo da dissertação, o ato da fala é um meio para construir uma determinada realidade, afetando o modo como condições materiais serão distribuídas nessa (ONUF, 2001).

⁷⁷ “Nós temos a responsabilidade de dividir a informação e coordenar esforços de aplicação da lei. Se vocês sabem de algo, nos contem. Se nós soubermos de algo, contaremos para vocês. E quando encontrarmos os terroristas, nós trabalharemos juntos para trazê-los à justiça. Nós temos a responsabilidade de negar qualquer santuário, espaço ou circulação segura para terroristas. Todo acampamento terrorista conhecido deve ser fechado, seus comandantes apreendidos e evidência de sua prisão apresentada para as Nações Unidas. Nós temos a responsabilidade de negar armas a terroristas e prevenir ativamente que cidadãos comuns as provenham.” Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911unitednations.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁷⁸ First (Official) Presidential State of the Union Address. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2002.htm>> Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

⁷⁹ Address to Citadel Cadets. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushcitadelcadets.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁸⁰ No original “[...]because while the price of freedom and security is high, it is never too high. Whatever it costs to defend our country, we will pay.” Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2002.htm>> Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

Sendo o presidente uma figura de grande importância, uma figura eleita pelo povo livre do seu país para representar aquilo que existe de melhor nele, o ato de fala do presidente é compreendido como possuindo uma relevância além do cidadão comum. Para garantir legitimidade para as ações do presidente, se torna necessário um contexto no qual suas ações sejam vistas como válidas, de modo que essa realidade social possa afetar a realidade material também (ONUF, 2013), como foi no caso aqui estudado. Para Bush, o mundo pós 11 de setembro justificaria as ações realizadas pelo seu país, afirmando que “[...] no mundo que entramos, o único caminho para segurança é o caminho da ação. E essa nação agirá.”⁸¹.

Essa situação de exceção também garantiria a oportunidade para confrontar questões pendentes, como o regime de Saddam Hussein. Mesmo anos após a Guerra do Golfo, Bush afirma que a experiência do 11 de setembro mostra o que os inimigos cheios de ódio pelos Estados Unidos estão dispostos a fazer e por isso não se deve ignorá-los⁸². Nesse discurso, Bush falava sobre o Iraque se desarmar e buscar caminhos mais pacíficos para as pessoas do país, mas ao observar sua retórica é possível perceber o uso do 11 de setembro e o luto dos Estados Unidos para trazer legitimidade para sua causa. Aquele momento excepcional⁸³ justificaria uma possível intervenção no Iraque depois de quase doze anos desde a Guerra do Golfo, pois para os Estados Unidos o 11 de setembro era uma possível consequência da falta de retaliações que países como o Iraque se beneficiava.

Contudo, mesmo afirmando que o inimigo era novo, com características diferentes, Bush afirmou em seu Discurso sobre o Estado da União de 2003 que a missão dos Estados Unidos era familiar, fazendo referência a movimentos como nazismo e comunismo, derrotados, na fala do presidente, pelas pessoas livres de seu país⁸⁴. A referência então era a ideia de missão dos Estados Unidos em relação ao mundo. Era a missão do país, como nação excepcional, garantir a preservação dessa

⁸¹ No original “In the world we have entered, the only path to safety is the path of action. And this nation will act.” Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushwestpointcommencement.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

⁸² Address to the Nation on the Threat of Iraq. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushwariniraqcincinnati.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

⁸³ Aqui se utiliza o termo em referência a um momento fora do padrão conhecido, não em referência ao excepcionalismo explorado ao longo do trabalho.

⁸⁴ Second Presidential State of the Union Address. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2003.html>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

liberdade que tanto argumentava a favor, chegando o fim das ameaças⁸⁵, em um momento que, em diversas partes de seus discursos, Bush descreveu como “[...] um período crucial para a história de nossa nação e do mundo civilizado”.⁸⁶ Para Bush “[...] o único caminho de diminuir os danos e duração da guerra é investir força e capacidade total de nossos militares, e estamos preparados para fazê-lo.[...] A ameaça terrorista para os Estados Unidos e o mundo será diminuída a partir do momento que Saddam Hussein for desarmado.”⁸⁷.

Esse momento interpretado pelos Estados Unidos como único foi constantemente construído pelo discurso oficial do país. Graças a essa retórica, entendia-se que era crucial agir o mais rápido possível para defender de outros ataques não apenas os Estados Unidos, mas também todo o chamado mundo civilizado. Para conseguir chegar nesse estado de exceção foi necessário que, logo após os ataques, se construísse a figura de um inimigo absoluto. Esse inimigo era despido de qualquer humanidade, sendo colocado como o mal absoluto no mundo e sendo a missão dos Estados Unidos derrotá-lo.

3.3. 2 “Eles são um movimento definido por seus ódios”: A construção do inimigo definitivo nos discursos da Guerra ao Terror

A retórica sobre os terroristas se construiu ao redor de fabricar sua imagem como o pior que existiria na humanidade. Segundo as palavras do próprio presidente em seu primeiro discurso após o atentado⁸⁸, eram responsáveis pelos horrores do atentado tanto os terroristas quanto aqueles que os auxiliaram⁸⁹. Esse grupo foi colocado dentro do que o presidente classificava como “mal” que seria responsabilidade dos Estados Unidos

⁸⁵Second Presidential State of the Union Address. Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2003.html>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

⁸⁶No original, “We meet here during a crucial period in the history of our nation, and of the civilized world.” Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushfutureofiraq2003.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

⁸⁷No original “[...]the only way to reduce the harm and duration of war is to apply the full force and might of our military, and we are prepared to do so.[...] The terrorist threat to America and the world will be diminished the moment that Saddam Hussein is disarmed.” Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/wariniraq/gwbushiraq31703.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

⁸⁸9/11 Address to the Nation. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911addressthenation.htm>> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

⁸⁹Idem.

combater⁹⁰, o Outro que representaria o “mal e a guerra”⁹¹, “inimigos da liberdade”⁹², “instrumentos do mal”⁹³, inimigos que não valorizariam a vida como as pessoas dos Estados Unidos⁹⁴ com discursos muitas vezes maniqueístas e simplistas sobre os terroristas,

“ They are a movement defined by their hatreds. They hate progress, and freedom, and choice, and culture, and music, and laughter, and women, and Christians, and Jews, and all Muslims who reject their distorted doctrines. They love only one thing -- they love power. And when they have it, they use it without mercy.”⁹⁵

Antes colocados apenas como inimigos sem rosto que haviam aterrorizado a nação em uma manhã inesperada de setembro, em discurso de 20 de setembro de 2001 esse inimigo ganhou uma face. Foi em seu discurso nesse dia que Bush nomeou a Al-Qaeda como sendo responsável pelos ataques, exigindo a entrega dos terroristas por parte do Talibã⁹⁶.

Ao colocar um nome no inimigo, o governo dos Estados Unidos encontrariam legitimidade dentro do seu país para realizar ações que antes seriam consideradas impossíveis, exceto em momentos extraordinários. Em 7 de outubro de 2001, menos de um mês após o ataque, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão na chamada Operação Liberdade Duradoura⁹⁷, com um grupo de aliados que apoiava a causa do país. O nome da operação chama atenção ao colocar um dos valores principais dos

⁹⁰ Remarks at the National Day of Prayer & Remembrance Service. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911prayer&memorialaddress.htm>> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

⁹¹ Address at Islamic Center of Washington, D.C.. Disponível em: < Address at Islamic Center of Washington, D.C.> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

⁹² Address to Joint Session of Congress Following 9/11 Attacks. Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911jointsessionspeech.htm>> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

⁹³ 9/11 Pentagon Remembrance Address. Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911pentagonmemorial2001.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ “Eles são um movimento definido por seus ódios. Odeiam progresso e liberdade e escolha e cultura e música e risos e mulheres e cristãos e judeus e todos os muçumanos que rejeitam suas doutrinas distorcidas. Eles amam apenas uma coisa – eles amam poder. E quando eles tiverem, eles usarão sem piedade”. Tradução livre da autora. Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushcitadelcadets.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁹⁶ Address to Joint Session of Congress Following 9/11 Attacks. Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911jointsessionspeech.htm>> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

⁹⁷ Operation Enduring Freedom in Afghanistan Address to the Nation. Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911intialafghanistanops.htm>> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

Estados Unidos em seu título: seria a liberdade dos Estados Unidos que o país protegeria, mas também a liberdade dos países ameaçados pelo terrorismo⁹⁸, colocando esses países em posição similar como os da América Latina citados no capítulo dois, mostrando a continuidade da política do país através da sua identificação com aquilo que aquele “Outro” não é.

No caso, países como o Afeganistão e o Iraque eram colocados como vítimas dos grupos terroristas que atuavam na região, de forma similar aos países latinoamericanos no século XIX. Esses países eram colocados em uma situação de fragilidade na interpretação estadunidense e na condição de necessitado de ajuda da potência norte-americana para trazer justiça para as pessoas do país, como Bush afirmou fazer no discurso para a ONU em novembro de 2001⁹⁹ e novamente em relação ao Iraque, ao condenar o regime de Saddam Hussein em discurso em 12 de setembro de 2002¹⁰⁰.

Foi no discurso em 7 de outubro de 2002 que Bush se dirigiu a questão do Iraque especificamente. Nesse dia, o presidente não hesitou em chamar o país de uma ameaça, colocando ele em um patamar diferente dentro da própria guerra que travava naquele momento. Em um trecho de seu discurso, Bush se dirige a essa diferença em relação ao país,

*“[...]some ask why Iraq is different from other countries or regimes that also have terrible weapons. While there are many dangers in the world, the threat from Iraq stands alone -- because it gathers the most serious dangers of our age in one place. Iraq's weapons of mass destruction are controlled by a murderous tyrant who has already used chemical weapons to kill thousands of people. This same tyrant has tried to dominate the Middle East, has invaded and brutally occupied a small neighbor, has struck other nations without warning, and holds an unrelenting hostility toward the United States. By its past and present actions, by its technological capabilities, by the merciless nature of its regime, Iraq is unique.”*¹⁰¹

⁹⁸ Operation Enduring Freedom in Afghanistan Address to the Nation. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911intialafghanistanops.htm>> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

⁹⁹ First Address to the United Nations General Assembly. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911unitednations.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

¹⁰⁰ Speech to the United Nations General Assembly. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushunitednations2002.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

¹⁰¹“[...] alguns perguntam por que o Iraque é diferente de outros países ou regimes que também possuem armas terríveis. Enquanto existem muitos perigoso no mundo, a ameaça do Iraque se destaca – pois reúne as mais sérias ameaças de nossa era em um lugar. As armas de destruição em massa do Iraque são controladas por um tirano assassino que já usou armas químicas para matar milhares de pessoas. Esse mesmo tirano que tentou dominar o Oriente Médio, invadiu e ocupou brutalmente um vizinho menor, atingiu outras nações sem aviso e possui uma hostilidade implacável em relação aos Estados Unidos. Por suas ações passadas e presentes, por suas capacidades tecnológicas, pela natureza brutal de seu regime, o Iraque é único.” Tradução livre da autora .Disponível em: <

Na retórica oficial estadunidense, o Iraque era um país comandado por um ditador e as pessoas deveriam ser salvas pela força dos Estados Unidos, com discursos de Bush antes da invasão de 2003 sendo direcionados para um planejamento futuro para ajudar na reconstrução do país após sua suposta libertação¹⁰². De forma similar a outros momentos na história, os Estados Unidos tomavam para si o papel de guia de outra nação em seus caminhos como um ator internacional.

Enquanto os terroristas eram interpretados como donos de instituições e morais colocadas como inferiores nos discursos, ao mesmo tempo as ações deles também os colocavam como inimigos que possuíam tecnologia avançada, o que tornava necessário a existência de medidas como o Ato Patriota¹⁰³. Assinado em 26 de outubro de 2001, o Ato Patriota permitia o monitoramento e interceptação de informações entre as agências e órgãos autorizados pelo governo, além de expandir a definição sobre quem se enquadraria como terrorista e os métodos de como se lidar com estes¹⁰⁴.

Foi durante o Discurso sobre o Estado da União de 2002 que Bush expressou a face real do que ele classifica como Eixo do Mal, colocando Iraque, Irã e Coreia do Norte como inimigos dos Estados Unidos e da paz mundial, tornando essencial que agisse o mais rapidamente para neutraliza-los¹⁰⁵.

Em discurso de 12 de setembro de 2002 para a Assembleia Geral das Nações Unidas que Bush colocou o Iraque como uma ameaça para o mundo. Especificamente, ele caracterizava assim o regime de Saddam Hussein, afirmando que a ONU e o mundo já haviam sido bastante pacientes quanto às ameaças do país para a paz, apontando o perigo de possíveis novos ataques similares ao 11 de setembro de 2001¹⁰⁶. Ele colocava

<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushwariniraqcincinnati.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

¹⁰² Address on the Future of Iraq. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushfutureofiraq2003.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

¹⁰³ Address on Signing the USA Patriot Act of 2001. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushusapatriotact2001.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019

¹⁰⁴ [107th Congress Public Law 56]. Uniting And Strengthening America By Providing Appropriate Tools Required To Intercept And Obstruct Terrorism (Usa Patriot Act) Act Of 2001. Disponível em: <<https://www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-107publ56/html/PLAW-107publ56.htm>> Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

¹⁰⁵ First (Official) Presidential State of the Union Address. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2002.htm>> Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

¹⁰⁶ Speech to the United Nations General Assembly. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushunitednations2002.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

o Iraque como uma ameaça a ser combatida para vencer a guerra contra o terrorismo¹⁰⁷. Da mesma forma que fez desde o começo da Guerra ao Terror, e como os Estados Unidos fazem a muito tempo em sua política externa, a descrição em relação ao seu inimigo torna-se maniqueísta,

“The enemies you confront will come to know your skill and bravery. The people you liberate will witness the honorable and decent spirit of the American military. In this conflict, America faces an enemy who has no regard for conventions of war or rules of morality. Saddam Hussein has placed Iraqi troops and equipment in civilian areas, attempting to use innocent men, women and children as shields for his own military -- a final atrocity against his people..”¹⁰⁸

Os discursos dos Estados Unidos constantemente enfatizavam o caráter negativo dos terroristas em oposição aos aspectos positivos do cidadão estadunidense, colocados como algo natural a um membro do país. No mesmo discurso que utilizou o termo Eixo do Mal pela primeira vez, Bush é categórico sobre o verdadeiro caráter de seu povo, afirmando que seus inimigos “[...] acreditavam que os Estados Unidos eram fracos e materialistas, que nos partiríamos devido ao medo e egoísmo. Eles estavam errados assim como eles são malignos¹⁰⁹”.

A necessidade dessa construção do inimigo não era apenas para legitimar suas ações, mas também pois é algo essencial para a identidade dos Estados Unidos. Como afirmado no capítulo um e exemplificado melhor no capítulo dois, a identidade dos Estados Unidos foi construída ao longo da história através de uma constante dualidade “Nós e Eles”, “Bem e Mal”. A identidade de um ator irá interferir no modo como este reagirá a determinados acontecimentos (CASTELLS, 2013). Sendo o governo composto por cidadãos de um país com esse histórico, é impossível considerar que esses

¹⁰⁷ Address to the Nation on the Threat of Iraq. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushwariniraqcincinnati.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

¹⁰⁸“Os inimigos que vocês confrotam conhecerão sua bravura e habilidade. As pessoas que vocês salvarem testemunharão o espírito honrado e decente do exército dos Estados Unidos. Nesse conflito, os Estados Unidos enfrentam um inimigo que não se preocupa com convenções de guerra ou regras morais. Saddam Hussein colocou tropas e equipamentos iraquianos, para usar homens, mulheres e crianças inocentes como escudos para seu próprio exército – uma atrocidade final contra seu povo.” Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/wariniraq/gwbushiraq31903.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

¹⁰⁹ No original “Our enemies believed America was weak and materialistic, that we would splinter in fear and selfishness. They were as wrong as they are evil.” Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2002.htm>> Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

representantes não terão exercido ou sofrido influência do meio no qual se desenvolveram (KRATOCHWIL, 2005). Logo, as ações do governo refletirão não apenas questões brutas materiais, mas também questões normativas e intrínsecas que são os elementos que compõem a identidade do país. No caso dos Estados Unidos, a valorização de sua própria identidade não foi algo inerente, mas sim algo que foi construído através de um processo constante.

3.3.3. “Onde quer que nós a carreguemos, a bandeira estadunidense simbolizará não apenas nosso poder, mas também a liberdade”: A crença no excepcionalismo da nação estadunidense nos discursos da Guerra ao Terror.

Logo no primeiro discurso após os atentados, Bush afirma que eles tentaram destruir o país que seria o “farol da liberdade” para o mundo¹¹⁰. Apenas três dias após o ataque, no dia 14 de setembro, o presidente já afirmava ser uma responsabilidade histórica dos Estados Unidos responder aos ataques¹¹¹. Os discursos iniciais estavam carregados da retórica cristã conhecida pelo público ao qual era direcionado, colocando os acontecimentos como um evento a ser superado a partir dessa visão,

“God’s signs are not always the ones we look for. We learn in tragedy that His purposes are not always our own, yet the prayers of private suffering, whether in our homes or in this great cathedral are known and heard and understood. There are prayers that help us last through the day or endure the night. There are prayers of friends and strangers that give us strength for the journey, and there are prayers that yield our will to a Will greater than our own. This world He created is of moral design. Grief and tragedy and hatred are only for a time. Goodness, remembrance and love have no end, and the Lord of life holds all who die and all who mourn.”¹¹²

¹¹⁰ 9/11 Address to the Nation. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911addressstothetation.htm>> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

¹¹¹ Remarks at the National Day of Prayer & Remembrance Service. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911prayer&memorialaddress.htm>> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

¹¹² “Os sinais de Deus não são sempre os que buscamos. Aprendemos na tragédia que os propósitos Dele não sempre são os nossos, mas nas rezas do sofrimento individual, seja em nossas casas ou nessa grande catedral, são conhecidos e ouvidos e entendidos. Existem orações que nos ajudam a durar o dia ou aguentar a noite. Existem orações de amigos e desconhecidos que nos fornecem força para a jornada e existem orações que colocam nossa vontade a disposição de uma Vontade maior que a nossa. O mundo que Ele criou é um projeto moral. Luto e tragédia e ódio são temporários. Bondade, memórias e amor não tem fim e o Senhor da vida abraça todos aqueles que morrem e todos aqueles que lamentam”. Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911prayer&memorialaddress.htm>> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

Os inimigos que eles enfrentavam eram inimigos da liberdade e, segundo o discurso do presidente Bush, os Estados Unidos são “[...] a casa da liberdade e seus defensores e o comprometimento de nossos Pais é agora o chamado de nossa era.”¹¹³. Considerando a necessidade de proteger essa liberdade, na visão do presidente Bush, a Guerra ao Terror era uma batalha justa, uma batalha onde “[...] liberdade e medo estão em guerra. Lutamos contra inimigos que não odeiam nossas políticas, mas nossa existência; a tolerância de liberdade e da cultura criativa que nos define¹¹⁴.” Talvez por esse entendimento comum entre valores os discursos do presidente foram bem recebidos, com pesquisa mostrando que em dezembro de 2001, 87% da população aprovava as ações de Bush¹¹⁵ e 89% acreditavam ser necessário agir em retaliação aos ataques de 11 de setembro¹¹⁶.

Os moldes dos discursos que definiam a Guerra ao Terror eram similares a discursos passados na política externa dos Estados Unidos: Uma guerra onde dois lados se enfrentam no qual os Estados Unidos possuem valores morais definidos como bons e que buscam o melhor para o mundo e o seu inimigo deseja a queda da civilização. Esses padrões se repetem não porque eles são imutáveis, mas porque eles são valores constantemente reificados dentro da identidade estadunidense e, logo, são colocados como interesses relevantes para a política externa do país.

O discurso oficial mostra entender que suas ações são o melhor para a humanidade e, por esse motivo, seriam justificadas. Essa retórica se torna clara na chamada Guerra ao Terror quando Bush realiza seu discurso em frente à ONU em novembro de 2001 e chama as ações de combate pelos sonhos e liberdade da humanidade¹¹⁷. Os discursos dele, seja em âmbito doméstico ou internacional, são

¹¹³ No original “In every generation, the world has produced enemies of human freedom. They have attacked America because we are freedom’s home and defender, and the commitment of our Fathers is now the calling of our time.” Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911prayer&memorialaddress.htm>> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

¹¹⁴ No original “[...] freedom and fear are at war. We face enemies that hate not our policies, but our existence; the tolerance of openness and creative culture that defines us.” Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911unitednations.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

¹¹⁵ Latest Summary: American Public Opinion and the War on Terrorism. Disponível em: <<https://news.gallup.com/poll/5113/latest-summary-american-public-opinion-war-terrorism.aspx>> Acesso em 04 de junho de 2019.

¹¹⁶ Support for War on Terrorism Rivals Support for WWII. Disponível em: <<https://news.gallup.com/poll/4954/support-war-terrorism-rivals-support-wwii.aspx>> Acesso em 04 de junho de 2019.

¹¹⁷ First Address to the United Nations General Assembly. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911unitednations.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

caracterizados por um proselitismo a partir daquilo que os Estados Unidos entende por liberdade e humanidade, bem e mal. Com esse tom maniqueísta, os discursos do presidente demonstram o contexto cultural no qual ele fala, apresentado ao longo dos capítulos anteriores.

Mesmo sem palavras específicas sobre determinada religião, seus discursos são caracterizados por esse proselitismo que tentava colocar legitimidade em uma batalha que ele interpretava como uma possível guerra divina, com os Estados Unidos e seus aliados com o papel do “bem” e aqueles que se opusessem designados ao papel de “mal”, colocando o país não apenas em um papel importante na história pelas suas ações, mas pela sua capacidade de trazer aliados para seu lado, contra o que chamam de assassinos sem lei¹¹⁸. A ideia de missão pelo bem da humanidade, que se apresentou bem durante a história e criação dos Estados Unidos e que foi apresentada no capítulo inicial dessa dissertação, se torna visível na fala de seu presidente para a ONU,

“We did not ask for this mission, yet there is honor in history's call. We have a chance to write the story of our times, a story of courage defeating cruelty and light overcoming darkness. This calling is worthy of any life, and worthy of every nation. So let us go forward, confident, determined, and unafraid.”¹¹⁹

No discurso de 20 de setembro, quando Bush coloca a Al-Qaeda como o inimigo, é quando ele também discursa para o público questionando “Por que eles nos odeiam?”, colocando como razão a própria fundação dos Estados Unidos como motivação. As instituições democráticas e a liberdade que o país interpreta como essenciais à sua identidade foram motivadores para o ódio que acarretou no atentado de 11 de setembro¹²⁰, sendo possível entender essa colocação como uma interpretação do evento como um ataque à própria identidade estadunidense. Essa ideia da liberdade da sua sociedade como um motivo para ser considerado uma ameaça se encontra presente no documento de elaboração do Departamento de Segurança Interna, no qual se escreve

¹¹⁸ Address to Citadel Cadets. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushcitadelcadets.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

¹¹⁹“ Nós não pedimos por essa missão, mas existe honra na convocação da história. Nós temos uma chance de escrever a história de nossos tempos, uma história de coragem defendendo crueldade e luz superando escuridão. Essa convocação é digna de qualquer vida e de qualquer nação. Então vamos em frente, confiantes, determinados e sem medo.”Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911unitednations.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

¹²⁰ Address to Joint Session of Congress Following 9/11 Attacks. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911jointsessionspeech.htm>> Acesso em 18 de fevereiro de 2019

que os Estados Unidos “[...] como uma sociedade livre próspera e vibrante, nós somos um alvo que está sempre mudando e evoluindo. Ao preparar nossas defesas em uma área, terroristas podem explorar vulnerabilidades em outras.”¹²¹

O ataque aos símbolos estadunidenses também foi entendido pelos locais escolhidos, como foi pontuado por Bush em seu discurso de 11 de outubro de 2001,

*“In New York, the terrorists chose as their target a symbol of America's freedom and confidence. Here, they struck a symbol of our strength in the world. And the attack on the Pentagon, on that day, was more symbolic than they knew. It was on another September 11th -- September 11th, 1941 -- that construction on this building first began. America was just then awakening to another menace: The Nazi terror in Europe.”*¹²².

A característica que é elemento comum no discurso dos Estados Unidos é a ideia sobre liberdade. O país se descreve como um farol da liberdade, como já descrito nesse capítulo e em diversos momentos durante as ações da chamada Guerra ao Terror essa noção foi utilizada, mesmo que de uma forma mais simplista, para justificar determinadas ações. Por exemplo, na invasão do Iraque, Bush afirmava que os cidadãos e seus países logo seriam livres com ajuda das ações dos Estados Unidos¹²³. Ou também em seu Discurso da União de 2002, no qual ele afirma que as mais diversas regiões do mundo se uniram contra o terror a favor da emancipação e autonomia dos povos¹²⁴, afirmando que aqueles que agiam em seu comando dentro do exército estadunidense estava agindo em causa da liberdade¹²⁵ e por uma causa maior que a sua existência. Como já pontuado no primeiro capítulo, os Estados Unidos foi construído ao redor dessa retórica de liberdade e condenando o abuso de poder por parte de governos

¹²¹ No original “We must recognize that as a vibrant and prosperous free society, we present an ever-evolving, ever-changing target. As we shore up our defenses in one area, the terrorists may exploit vulnerabilities in others”. Tradução livre da autora. Retirado do material *National Strategy for Homeland Security. Office of Homeland Security. July 2002.*

¹²² “Em Nova Iorque, os terroristas escolheram como seu alvo o símbolo da liberdade e confiança dos Estados Unidos. Aqui, eles atingiram o símbolo de nossa força no mundo. E o ataque ao Pentágono, naquele dia, foi mais simbólico do que eles sabiam. Foi em outro 11 de setembro – 11 de setembro de 1941 – que a construção nesse prédio começou. Os Estados Unidos estavam então começando a acordar para outro perigo: o terror nazista na Europa”. Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911pentagonmemorial2001.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

¹²³ Address to the Peoples of Iraq. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/wariniraq/gwbushiraq41003.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

¹²⁴ First (Official) Presidential State of the Union Address. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2002.htm>> Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

¹²⁵ U.S. Military Academy Commencement Address. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushwestpointcommencement.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

tiranos. Logo, a retórica da importância da liberdade nos discursos oficiais como um valor importante não apenas para o seu país, mas para todo o mundo, é uma continuidade dessa tradição,

“This war will take many turns we cannot predict. Yet I am certain of this: Wherever we carry it, the American flag will stand not only for our power, but for freedom. Our nation's cause has always been larger than our nation's defense. We fight, as we always fight, for a just peace -- a peace that favors human liberty. We will defend the peace against threats from terrorists and tyrants. [...] Building this just peace is America's opportunity, and America's duty. [...] We wish for others only what we wish for ourselves -- safety from violence, the rewards of liberty, and the hope for a better life.”¹²⁶

A ideia de uma missão divina para os Estados Unidos se manifesta diversas vezes na fala de Bush quando ele discursa sobre o papel do seu país na história. Em inúmeras ocasiões após o 11 de setembro, o presidente explica sobre como aquele momento do atentado mudou a história do país e como se torna essencial que a sua nação entre em ação para que possa escolher um mundo mais justo e livre, em suas palavras,

“In a single instant, we realized that this will be a decisive decade in the history of liberty, that we've been called to a unique role in human events. Rarely has the world faced a choice more clear[...] Our enemies send other people's children on missions of suicide and murder. They embrace tyranny and death as a cause and a creed. We stand for a different choice, made long ago, on the day of our founding. We affirm it again today. We choose freedom and the dignity of every life.”¹²⁷

Bush afirma também que sua fala não é excludente nem proselitista, colocando seu país em um papel de liderança para aqueles que iriam proteger e lutar pela

¹²⁶ “Essa guerra tomará muitos caminhos que nós não poderemos prever. Porém, estou certo disso: Onde quer que nós a carreguemos, a bandeira estadunidense simbolizará não apenas nosso poder, mas também a liberdade. A causa de nossa nação sempre foi maior que a defesa de nossa nação. Nós lutamos, como sempre, por uma paz justa – uma paz que favoreça a liberdade humana. Nós defenderemos a paz contra ameaças de terroristas e tiranos. [...] Construir essa paz justa é uma oportunidade para os Estados Unidos e sua missão. [...] Desejamos para os outros o que desejamos para nós mesmos – segurança da violência, as recompensas da liberdade e a esperança para uma vida melhor.” Tradução livre da autora. Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushwestpointcommencement.htm> > Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

¹²⁷ “Em um único momento, nós percebemos que essa será uma década decisiva na história da liberdade, que nós fomos convocados para um papel único na história humana. Raramente o mundo teve uma escolha mais clara[...] Nossos inimigos enviam filhos de outras pessoas para missões de suicídio e assassinato. Eles abraçam tirania e morte como uma causa e um credo. Nós nos mantemos por uma escolha diferente, feita muito tempo atrás, no dia da fundação. Nós afirmamos novamente hoje. Nós escolhemos a liberdade e dignidade de toda a vida.” Tradução livre da autora. Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2002.htm> > Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

liberdade, argumentando em favor de um “[...] mundo justo e pacífico para além da Guerra ao Terror.”¹²⁸. Em seu segundo Discurso sobre o Estado da União, em 2003, Bush afirmava que a Guerra ao Terror era o resultado de um comprometimento do povo estadunidense após o 11 de setembro, para evitar que algo daquela fatalidade ocorresse novamente, garantindo que “[...] pessoas livres irão garantir o rumo da história.”¹²⁹

“Some worry that it is somehow undiplomatic or impolite to speak the language of right and wrong. I disagree. Different circumstances require different methods, but not different moralities. Moral truth is the same in every culture, in every time, and in every place. Targeting innocent civilians for murder is always and everywhere wrong. Brutality against women is always and everywhere wrong. There can be no neutrality between justice and cruelty, between the innocent and the guilty. We are in a conflict between good and evil, and America will call evil by its name. [...] And we will lead the world in opposing it.”¹³⁰

Contudo, mesmo colocando seus aliados no mesmo lado do “bem”, o discurso do presidente Bush em janeiro de 2003, para o seu povo, garante que a sua nação não irá depender de outros para conseguir a proteção de sua segurança e liberdade, afirmando sua convicção em liderar uma coalisão para, em sua interpretação, liberar o Iraque e proteger a paz do mundo, mesmo que sozinho.¹³¹ Esse posicionamento fica claro novamente na Doutrina Bush,

¹²⁸ No original “[...] We will work for a just and peaceful world beyond the war on terror.” Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushwestpointcommencement.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019

¹²⁹ No original “[...] we will not permit the triumph of violence in the affairs of men – free people will set the course of history.” Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2003.html>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

¹³⁰ “Alguns se preocupam que seria de algum modo não diplomático ou mal educado falar em uma linguagem de certo e errado. Eu discordo. Circunstâncias diferentes exigem métodos diferentes, mas não moralidades diferentes. A verdade moral é a mesma em toda cultura, todo o tempo e em todo o lugar. Dirigir civis inocentes para assassinato é em todo lugar e sempre errado. Brutalidade contra mulheres é sempre e errado em todo lugar. Não pode existir neutralidade entre justiça e crueldade, entre inocentes e culpados. Nós estamos em conflito entre bem e mal, e os Estados Unidos chamará o mal por seu nome.[...] Nós lideraremos o mundo se opondo a eles.” Tradução livre da autora. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushwestpointcommencement.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

¹³¹ Second Presidential State of the Union Address. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2003.html>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

Os Estados Unidos da América estão lutando uma guerra contra terroristas em escala global. O inimigo não é um regime político ou uma pessoa ou religião ou ideologia. O inimigo é o terrorismo – violência politicamente motivada premeditada utilizada contra inocentes.[...] nenhuma causa justifica o terror. Os Estados Unidos não farão concessões para demandas terroristas nem acordos com eles. Nós não faremos distinção entre terroristas e aqueles que os acolhem ou provem auxílio para eles^{132, 133}.

Em seus discursos, Bush também usa uma linguagem universalista, colocando determinados valores como universais para toda humanidade,

“[...]the human heart desires the same good things, everywhere on Earth. In our desire to be safe from brutal and bullying oppression, human beings are the same. In our desire to care for our children and give them a better life, we are the same. For these fundamental reasons, freedom and democracy will always and everywhere have greater appeal than the slogans of hatred and the tactics of terror.”¹³⁴

Bush deixava claro a crença de que os Estados Unidos estariam agindo pelo bem da humanidade e não apenas pelo seu país através de suas ações. Essa preocupação não apenas com sua nação, mas supostamente com o bem estar de toda a humanidade seria outra característica do excepcionalismo do país. Essa crença na excepcionalidade dos Estados Unidos é expressa na primeira página da chamada Doutrina Bush, escrita em 2002,

“Os Estados Unidos possuem força e influência no mundo sem iguais e sem precedentes. Sustentada por fé nos princípios de liberdades e no valor de uma sociedade livre, essa posição vem com responsabilidades, obrigações e oportunidades sem iguais. A grande força dessa nação deve ser usada para promover o balanço do poder que favorece a liberdade.”^{135,136}

Esse documento deixa claro a crença do país em seu papel único na história. Os Estados Unidos não seriam apenas uma nação extremamente poderosa, tanto econômica quanto militarmente, mas seria também um país de pessoas excepcionais que se levantaria após um acontecimento tão brutal quanto o de 2001 e estaria disposto a ajudar

¹³² The National Security Strategy of the United States of America. September 2002.

¹³³ Tradução livre da autora.

¹³⁴ “[...]o coração humano deseja as mesmas coisas boas, em todo lugar do planeta. Em nosso desejo de estar seguro de opressão brutal, seres humanos são iguais. Em nosso desejo de cuidar de nossos filhos e lhes dar uma vida melhor, somos iguais. Por esses motivos fundamentais, liberdade e democracia sempre terão, em todo o lugar, maior apelo que símbolos de ódio e táticas de terror.” Tradução livre da autora. Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushfutureofiraq2003.htm> > Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

¹³⁵ The National Security Strategy of the United States of America. September 2002.

¹³⁶ Tradução livre da autora.

o mundo a se prevenir de possíveis atentados do tipo e livrar a humanidade de tais ameaças.

Essa crença não é algo que se acredita apenas pelos elementos materiais dos Estados Unidos, como sua força militar ou econômica, mas é algo que está impregnado na identidade do país graças aos séculos de reificação. Ela foi reforçada por elementos materiais, como aqui já foi colocado, mas construída também graças aos elementos sociais e normativos que estiveram presentes na história do país. Assim como afirma Onuf (2001) a sociedade é o resultado daquilo que ela faz, sendo os agentes que serão legitimados a agir ou não, assim como as normas que serão legitimadas ou não, resultados diretos de construções ou reconstruções dentro daquele sistema.

Essas particularidades da sociedade estadunidense podem ser observadas nos discursos do presidente Bush. Ao dirigir o discurso para audiência internacional, os discursos do presidente expressavam sobre questões que seriam compreendidas por essa audiência. Dirigindo-se ao público doméstico de seu país, Bush utilizava termos que mais familiares para esse público ao apelar para questões particulares àquela identidade que ele compartilhava com cidadãos de seu país, como pode observar-se em discursos carregados de significados acerca do caráter excepcional do país. Como já explicado, isso não significa que o presidente assumia esse posicionamento em relação à audiência doméstica por questões apenas utilitaristas, mas sim que deve ser lembrado que o presidente também é um ator proveniente daquele sistema e também compartilha determinados entendimentos com outros membros deste. Esse entendimento dessa crença dos Estados Unidos como país excepcional é um aspecto comum aos atores que pertencem a ele, sendo essencial considerar isso ao analisar como a construção dessa determinada política da Guerra ao Terror foi reificada e como a identidade do país teve parte nela.

3. 4 Considerações parciais

Os Estados Unidos possuem uma crença em sua própria excepcionalidade enquanto nação, que possui a capacidade de realizar feitos únicos na história. Ao compreender a construção dessa sua identidade, assim como dos elementos que são essenciais para essa, é possível entender que as ações dos Estados Unidos após o 11 de setembro e na chamada Guerra ao Terror não foram derivadas apenas de questões materiais, como no caso das inúmeras perdas irreparáveis sofridas graças ao atentado. O

atentado de 11 de setembro foi um acontecimento chocante para os Estados Unidos como para o mundo, especialmente ao considerar que a nação encontrava-se em relativa estabilidade após o fim da Guerra Fria. Logo, enquanto é inegável que tal atentado foi de fato algo que chocou todo o mundo, os Estados Unidos interpretou de maneira mais extrema pois considerava aquilo um ataque à sua própria identidade, a aquilo que constitua seu núcleo.

As suas ações são resultados diretos da compreensão que os Estados Unidos possui de seu papel no mundo, enquanto uma nação soberana, assim como também da interpretação que ele tem de outros fatores envolvidos no caso aqui estudado, como terrorismo, guerra e liberdade por exemplo. A compreensão, conhecimento e normas compartilhadas dentro da nação dos Estados Unidos auxiliam na legitimação de determinadas ações, graças a construção de sua identidade enquanto nação. Se não é levado em consideração essa identidade, a análise sobre as ações do país em relação a guerra contra o terrorismo não se torna tão abrangente quanto pode ser.

É importante reconhecer que o acontecimento de 11 de setembro de 2001 foi um fato importante para os Estados Unidos. É imprescindível reconhecer também que a data do atentado também foi um momento de continuidade da política externa estadunidense como compreendida em diversos momentos de sua história e que considere-se que as ações do país foram únicas devido àquela identidade que ele construiu.

O modo como o país age em relação ao atentado é algo único devido a essa identidade, que constituiu seus interesses e, conseqüentemente, se manifesta na forma de sua política externa o que acarretou na invasão do Afeganistão em 2001 e ao Iraque em 2003. Especialmente no caso do Iraque torna-se mais explícito pois, ao longo de quase dois anos, se instrumentalizou diversos elementos da identidade dos Estados Unidos. Nos seus diversos discursos, Bush enfatizava a importância da liberdade do povo iraquiano, traçando paralelos com a importância que a ideia de liberdade possui para os Estados Unidos, como estabelecido no primeiro capítulo.

É importante de notar também que a audiência de um discurso do presidente influenciava o seu modo de fala. Enquanto é duvidoso que algum país se oponha oficialmente ao combate ao terrorismo, os Estados Unidos possui um histórico comum entre seus habitantes que torna a retórica acerca do papel divino do país e da importância da liberdade mais facilmente aceita por parte de audiências domésticas. Assim, ao falar para o público de seu país, Bush tinha maior capacidade de ter suas

propostas aceitas, especialmente após o atentado quando a retórica do Estado de exceção foi reforçada de forma mais enfática.

Logo, é possível entender que a crença em sua própria excepcionalidade foi um fator essencial para que o país pudesse agir da forma observada aos longos dos quase dois anos após o ocorrido. Os discursos do presidente Bush e seu nível de aprovação após o atentado são exemplos disso. Essa crença não é algo que foi construída do nada ou apenas reforçada graças às inúmeras conquistas materiais do país. Essa crença é um resultado de toda a história dos Estados Unidos, graças ao conhecimento compartilhado entre aqueles que agiram e foram influenciados pela sociedade que constitui o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a importância dos Estados Unidos como um ator internacional. Tanto nos estudos acadêmicos quanto na realidade, o país é observado como um dos atores de maior relevância mundialmente, em alguns casos o mais importante. Contudo, é importante que se lembre que o sistema de Estados é, assim como outros sistemas, caracterizado por algumas normas que se constituíram ao longo do tempo, graças a legitimação de diversas normas e a substituição de outras. Logo, essa relevância dos Estados Unidos não é algo inerente ao sistema, mas sim algo que foi construído ao longo do tempo.

É importante que considere-se tal constatação ao pensar sobre os Estados Unidos e suas ações, pois é essencial que se tenha em mente que essa identidade como um ator importante no sistema e, muitas vezes, visto com maior legitimidade que outros, não é algo imutável nem inerente ao país. Esse panorama que observa-se atualmente é uma consequência de anos de interações e reificações de normas. Da mesma forma, o que construiu a presente identidade dos Estados Unidos como país soberano foi o resultado de diversos fatores: sua história, a cultura que se construiu graças a existência de diversos povos diferentes ali, as interações entre esses povos diferentes, a interação com outras nações. Sem esses elementos não seriam os Estados Unidos e, sem ser esse país especificamente, o modo como ele reagiria à um caso como o daqui estudado seria provavelmente muito diferente.

Na presente dissertação para entender como essa identidade foi utilizada de forma a legitimar a Guerra contra o Terror foi necessário primeiro compreender melhor o que a constituiu. Com esse objetivo, o primeiro capítulo trabalhou com os argumentos da abordagem construtivista sobre identidade, apresentando ideias iniciais de autores como Alexander Wendt e sua argumentação acerca da necessidade de interação para a construção de identidades e como essas são essenciais para a constituição dos interesses. Reconhecer a relevância de Wendt é essencial, mas nesse trabalho, ao focar em questões culturais e históricas dos Estados Unidos, e não apenas em suas interações com outras nações, expandiu-se a noção de identidade que o autor apresenta, para além da ideia que o Estado é um bloco fechado. Autores como Nicholas Onuf e Friederich Kratochwil são então primordiais de se conhecer para compreender como uma sociedade é capaz de

construir determinada identidade através do entendimento comum de normas compartilhadas.

No caso dos Estados Unidos, essas normas seriam a própria cultura que se criou no país acerca de sua excepcionalidade, a crença não apenas em uma ideia divina, mas a crença nessa ideia de uma nação diferente de todas as outras, a chamada “Cidade sobre a Montanha”. As ideias dos primeiros ingleses que chegaram no continente americano para colonizar as terras que seriam os EUA foram apropriadas pelos seus cidadãos, que tornaram a ideia de uma nação excepcional um de seus mitos fundadores. Não exatamente de forma consciente, mas como uma crença impregnada na sua cultura. Os Estados Unidos seriam diferente do resto do mundo, seriam diferente dos corruptos da Europa e dos não civilizados do continente americano, sendo assim legítima a ideia de que poderiam ajudar o mundo a caminhar para o progresso da forma que melhor interpretassem. Eles seriam um povo com uma forma livre de governar, de crer em Deus e de escolher seus destinos, ficando clara assim o porquê da importância da liberdade nos discursos do país em diversos momentos.

Essas ideias se manifestaram nos quatro componentes aqui elencados como partes essenciais da identidade dos EUA: 1) Sua relação próxima com a religião, mesmo após a separação oficial do Estado com a Igreja. Os EUA eram a nação escolhida por Deus e a liberdade de escolher como adora-lo era uma prova disso; 2) O excepcionalismo americano. Abençoado por Deus, distante das velhas tradições europeias e isolado de possíveis inimigos, o país estaria destinado a prosperar, com suas tradições políticas e forma de governo sendo exemplo disso; 3) O Destino Manifesto. O país deveria levar prosperidade para outras regiões, sendo seu destino se expandir ao longo do continente americano; 4) A dualidade “Eu e Outro”. Sendo desde o começo diferente dos europeus corruptos e dos nativo-americanos barbáros que habitavam o continente, os Estados Unidos se definiriam através dessa dicotomia. Aquilo que não era os Estados Unidos não poderia ser algo bom e deveria ser ou guiado para outro caminho melhor ou destruído.

Ao tomar conhecimento de sua identidade, fica mais acessível de entender-se seus interesses. Em toda sua história, os Estados Unidos possuíram interesses que foram refletidos em sua política externa e que são consequências dessa sua identidade. Contudo, é necessário entender que, o que os Estados Unidos argumentam como sendo seu interesse, o que é chamado muitas vezes de interesse nacional, na literatura de Relações Internacionais, não é algo que engloba todos os interesses de todos os grupos

existentes em seu país. Qualquer Estado é habitado por inúmeros grupos de interesses diferentes e é muito comum que exista divergência entre os diversos interesses existentes nessa sociedade. Quando se argumenta sobre interesse nacional, o que costuma ser chamado assim é o interesse dos representantes oficiais do Estado, o governo legítimo.

Para demonstrar a continuidade do interesse oficial do governo estadunidense, foram analisados dois momentos: 1) A Doutrina Monroe, que previa a intervenção dos EUA no continente americano para protegê-lo de possíveis intervenções europeias; 2) A política externa de Ronald Reagan em relação a União Soviética, momento no qual o então presidente estadunidense caracterizou sua política em relação ao bloco com um maniqueísmo messiânico. Mesmo sendo momentos muito distantes eles foram escolhidos devido à sua relevância tanto para a política externa estadunidense como por serem exemplos de manifestação da identidade estudada. Ambos os momentos foram caracterizados por uma crença profunda na capacidade dos Estados Unidos de exercer o papel de protetor da paz, como também pela ideia de superioridade moral e material do país em relação a um “Outro”, seja um “Outro” inferior, como os países latinoamericanos ou países passíveis de influência soviética, ou um “Outro” observado como maligno, como a possível influência europeia ou a própria União Soviética. A ideia de diminuir a influência europeia e soviética em diferentes momentos e espalhar influência estadunidense e de suas instituições superiores são interesses particularmente gerados pela identidade estudada.

Conhecimento de casos como esses na história dos Estados Unidos torna mais fácil compreender o seu padrão de comportamento e o porquê de ele ter agido de tal maneira no caso da Guerra ao Terror. O atentado de 2001 trouxe a tona um inimigo novo para os Estados Unidos direcionar seu discurso de forma similar que fez em diversos momentos de sua história, como já foi exemplificado. O que torna a Guerra ao Terror particular aos Estados Unidos não é a narrativa oficial que existe sobre ser um dia em que tudo mudou, pois, na realidade, o que aconteceu foi a continuidade de políticas e ações de modo similar a outros momentos da história do país, ações derivadas dessa identidade.

O que ocorreu foi a instrumentalização da identidade estadunidense mais uma vez para poder alcançar legitimidade para a Guerra ao Terror. Os discursos do presidente George W. Bush tornam isso evidente. Quando o presidente discursa ele explica que foi o modo de vida do país que foi atacado. Que o país foi atacado pois é

um país livre, que por ser esse país de liberdade ele seria alvo do ódio irracional de outros grupos que representariam todo o mal existente. E que os Estados Unidos não desistiriam de proteger seus cidadãos e também o mundo pois essa era sua missão como uma nação excepcional. Esses elementos são todos elementos que já estiveram presentes em outros discursos oficiais. Eles são a reflexão da identidade oficial que os Estados Unidos construíram ao longo de sua história e, na figura do presidente, esse tipo de discurso encontra legitimidade em diversos momentos. No caso da Guerra ao Terror, tais falas são legitimadas no âmbito doméstico, pois os cidadãos estadunidenses e seu governo dividem um conhecimento compartilhado comum acerca de sua identidade. Isso não significa que existiu uma aceitação total sobre as ações do governo, mas sim que torna-se mais fácil essa aceitação existir quando esses entendimentos, sobre o papel dos EUA no mundo, sobre o que representou o atentado, por exemplo, são compartilhados. Isso se refletiu no âmbito doméstico em medidas como Ato Patriota e no âmbito internacional na invasão do Afeganistão e do Iraque.

Logo, os discursos do presidente Bush foram uma instrumentalização da identidade dos Estados Unidos para alcançar os meios oficiais para suas ações. Ao falar que preocupava-se com as liberdades do povo afegão e iraquiano, o presidente falava diretamente para um público que possuía uma identidade compartilhada acerca da importância da liberdade. Por isso, as ações que o país tomou após o atentado podem ser interpretadas como únicas pois são um reflexo de seus interesses associados à sua identidade.

É importante entender o que constitui a identidade dos Estados e, conseqüentemente, seus interesses e suas ações em sua política externa. Na área de Relações Internacionais muito se debate acerca dos países e em diversos momentos se esquece que eles não são atores imutáveis com ações que não devem ser questionadas. O lugar de relevância ou irrelevância que um país possui dentro do cenário internacional não é algo permanente, mas sim uma consequência de diversas interações, normas e entendimentos ao longo da história.

Contudo, buscar entender essa identidade e as razões para determinadas ações de um país não significa justificar seu comportamento. Devido à relevância constante fornecida aos Estados dentro das Relações Internacionais, muitas vezes se esquece que eles são comandados por pessoas e suas ações podem e devem ser questionadas. Por isso que estudos que tomem em consideração outras questões além das capacidades materiais e das interações dos países uns com os outros são relevantes.

É possível então entender a importância de abordagens como o construtivismo para estudos mais aprofundados sobre os atores que compõem o sistema internacional. Os Estados Unidos, considerado um dos atores de maior relevância do mundo na atualidade, possui uma legitimidade no sistema devido à sua história, tornando possível que suas ações sejam aceitas como universais, como muitas vezes o discurso do país tenta colocar. Contudo, é essencial que questione-se e entenda de onde determinadas ações surgem para que se realizem análises mais completas e profundas acerca dos mais variados casos, para que se possa compreender o país da maneira mais abrangente possível. Ao realizar o exercício de analisar como a crença do país em seu diferencial enquanto nação e no uso dessa para a Guerra ao Terror ser aceita, a presente dissertação espera contribuir para estudos mais amplos tanto sobre os Estados Unidos, como também sobre política externa e as ações dos Estados no cenário internacional

Esse trabalho espera contribuir para uma agenda de pesquisa mais ampla sobre os Estados Unidos e sobre a Guerra ao Terror, além de incentivar trabalhos com perspectivas mais amplas acerca dos Estados e outros atores presentes no cenário internacional. Ao considerar a ampla variedade de interesses presentes dentro de um único Estado, uma diversidade de temas possíveis de serem estudados são encontrados a partir de diferentes perspectivas. Nessa pesquisa, temas considerados tradicionalmente da política e RI como terrorismo, segurança e política externa foram estudados em conjunto com perspectivas que buscam trazer outras leituras sobre esses, como a questão sobre a identidade dos Estados Unidos e como elementos subjetivos de sua história e cultura são pertinentes para a construção de sua política externa. Assim, espera contribuir-se com análises mais diversas acerca dos Estados e de outros atores dentro do cenário da política internacional, como também trazer estudos com maior profundidade sobre os Estados Unidos e sobre o evento de 11 de setembro de 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADIB-MOGHADDAM, Arshin. Remnants of Empire: Civilization, Torture and Racism in the War on Terrorism. IN: CULLINANE, Michael Patrick; RYAN, David. **U.S. Foreign Policy and the Other**. New York, Berghann Books, 2015, p. 222-234.

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, 1999, n.47, p. 201-246.

ALEXANDROV, Maxym. The Concept of State Identity in International Relations: A Theoretical Analysis. **Journal of International Development and Cooperation**, v.10, n. 01, 2003, p. 33-46

ASHIZAWA, Kuniko. When Identity Matters: State Identity, Regional Institution-Building, and Japanese Foreign Policy. **International Studies Review**, v. 10, n. 03, p. 571-598.

BARKIN, Samuel J.; CRONIN, Bruce. The State and the Nation: Changing Norms and the Rules of Sovereignty in International Relations. **International Organization**, v. 48, n. 01, 1994, p. 107-130.

BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina**. 5. La Independencia. Barcelona, Editorial Crítica, 1991.

BLOOM, William. The national identity dynamic and foreign policy. IN: BLOOM, William. **Personal Identity, National Identity and International relations**. New York, Cambridge University Press, 1993, p. 76-104.

BURCHILL, Scott. **The National Interest in International Relations Theory**. New York, Palgrave Macmillan, 2005.

BUSH, George W. **9/11 Address to the Nation**. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911addresstothetation.htm>> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

_____. **9/11 Pentagon Remembrance Address**. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911pentagonmemorial2001.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

_____. **Address at Islamic Center of Washington, D.C.**. Disponível em: <[Address at Islamic Center of Washington, D.C.](#)> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

_____. **Address to Citadel Cadets**. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushcitadelcadets.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

_____. **Address to Joint Session of Congress Following 9/11 Attacks**. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911jointsessionspeech.htm>> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

_____. **Address to the Nation -- Ultimatum to Saddam Hussein.** Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/wariniraq/gwbushiraq31703.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

_____. **Address to the Nation on the Threat of Iraq.** Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushwariniraqcincinnati.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

_____. **Address to the Peoples of Iraq.** Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/wariniraq/gwbushiraq41003.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

_____. **First (Official) Presidential State of the Union Address.** Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2002.htm>> Acesso em 20 de fevereiro de 2019

_____. **First Address to the United Nations General Assembly.** Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911unitednations.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

_____. **First Radio Address following 9/11.** Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911radioaddress.htm>> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

_____. **Operation Enduring Freedom in Afghanistan Address to the Nation.** Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911intialafghanistanops.htm>> Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

_____. **Operation Iraqi Freedom Address to the Nation.** Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/wariniraq/gwbushiraq31903.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

_____. **Prime Time News Conference on War Against Terrorism.** Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushoct2001newsconference.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

_____. **Remarks at the National Day of Prayer & Remembrance Service.** Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911prayer&memorialaddress.htm>> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

_____. **Second Presidential State of the Union Address.** Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2003.html>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

_____. **The World Will Always Remember 9/11.** Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911worldremembers.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

_____. **U.S. Military Academy Commencement Address.** Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushwestpointcommencement.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

_____. **Address on Signing the USA Patriot Act of 2001.** Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushusapatriotact2001.htm>> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

_____. **Address on the Future of Iraq.** Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushfutureofiraq2003.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

_____. **Speech to the United Nations General Assembly.** Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushunitednations2002.htm>> Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

BUTLER, John R. Somalia and the imperial savage: Continuities in the rhetoric of war. **Western Journal of Communication**, v. 66, n. 01, 2002, p. 01-24.

BUTLER, Michael J. **Selling a 'Just' War. Framing, Legitimacy, and US Military Intervention.** Palgrave Macmillan, New York, 2012.

BYRNE, David T. **Ronald Reagan. An Intellectual Biography.** Potomac Books, Nebraska, 2018.

CAMPBELL, David E.; PUTNAM, Robert D. America's Grace: How a Tolerant Nation Bridges Its Religious Divides. **Political Science Quarterly**, v. 126, n. 04, 2011, p. 611-640.

CAMPBELL, David. Violent Performances: Identity, Sovereignty, Responsibility. IN: LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich. **The Return of Culture and Identity in IR Theory.** Colorado, Lynne Rienner Publishers, 1996, p. 163-180.

CARPENTER, Ted Galen. **BAD NEIGHBOR POLICY.** Washington's Futile War on Drugs in Latin America. Palgrave Macmillan, New York, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** São Paulo, Paz & Terra, 2013.

CAVALCANTE, Berenice. Os 'letrados' da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. **Acervo**, v. 08, n. 01-02, 1995, p. 53-66.

CEASER, James W. The Origins and Character of American Exceptionalism. **American Political Thought**, v. 01, n. 01, 2012, p. 03-28.

CEDERMAN, Lars-Erik; DAASE, Christopher. Endogenizing Corporate Identities: The Next Step in Constructivist IR Theory. **European Journal of International Relations**, 2003, v. 09, n. 01, p. 05-35.

CENIT, Marién Durán. Intereses, identidades y normas en las operaciones de paz: Ejército español y ONG en Kosovo. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 104, 2013, p. 181-200

CHAFETZ, Glenn; SPIRTAS, Michael; FRANKEL, Benjamin. Introduction: Tracing the influence of identity on foreign policy. **Security Studies**, 1998, p. vii-xxii.

CHERRY, Conrad. **God's New Israel** -Religious Interpretations of American Destiny. North Carolina, University of North Carolina Press, 1998.

CHO, Young Chul. Conventional and Critical Constructivist Approaches to National Security: An Analytical Survey. **The Korean Journal of International Relations**, v. 49, n. 03, 2009, p. 75-102.

CLINTON, W. David. The National Interest: Normative Foundations. **The Review of Politics**, v. 48, n. 04, 1986, p. 495-519

COPELAND, Dale C. The constructivist challenge to structural realism: a review essay. IN: GUZZINI, Stefano; LEANDER, Anna. **Constructivism and International Relations** -Alexander Wendt and his critics. London; New York, Routledge, 2006, p. 01-21.

CORBETT, P. E. National Interest, International Organization, and American Foreign Policy. **World Politics**, v. 05, n. 01, 1952, p 46-65.

CRISTI, Marcela. **From Civil to Political Religion**. The Intersection of Culture, Religion and Politics. Ontario, Wilfrid Laurier University Press, 2001.

DA FONSECA, Carlos. “Deus Está do Nosso Lado”:Excepcionalismo e Religião nos EUA. **Contexto Internacional**,v. 29, n. 01, 2007, p. 149-185.

DEPLATO, Justin P. **American presidential power and the war on terror: does the constitution matter?** New York, Palgrave Macmillan, 2015.

DEUDNEY, Daniel. Ground Identity: Nature, Place, and Space in Nationalism. IN: LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich. **The Return of Culture and Identity in IR Theory**.Colorado, Lynne Rienner Publishers, 1996, p. 129-146.

DIAS, Caio Gracco Pinheiro. **Contra a Doutrina “Bush”:** Preempção, Prevenção e Direito Internacional. Tese, Universidade de São Paulo, 2007

DOBSON, Alan P.; MARSH, Steve. **US Foreign Policy since 1945**. New York, Routledge, 2001.

DOTY, Roxanne Lynn. Sovereignty and the nation: constructing the boundaries of national identity. IN: BIERSTEKER, Thomas J.; WEBER, Cynthia. **State Sovereignty as social construct**. New York, Cambridge University Press, 1996, p. 121-147.

DUNN, Kevin C. **Imagining the Congo-The International Relations of Identity**. New York, Palgrave Macmillan, 2003.

EDWARDS, Jason A. Defining the Enemy for the Post-Cold War World: Bill Clinton's Foreign Policy Discourse in Somalia and Haiti. **International Journal of Communication**, v.2, 2008,p. 830-847.

FARNHAM, Barbara. Reagan and the Gorbachev Revolution: Perceiving the End of Threat. **Political Science Quarterly**, v. 116, n. 02, 2001, p. 225-252.

FEARON, James. D . What Is Identity (As We Now Use the Word)? **Mimeo**, Stanford University, 1999, p. 01-43.

FERGUSON, Yale H.; MANSBACH, Richard W. The Past as Prelude to the Future? Identities and Loyalties in Global Politics. IN: LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich. **The Return of Culture and Identity in IR Theory**. Colorado, Lynne Rienner Publishers, 1996, p. 21-46.

FIERKE, K. M. Multiple Identities, Interfacing Games: The Social Construction of the Western Action in Bosnia. **European Journal of International Relations**, v. 02, n. 04, 1996, p. 467-497.

FIERKE, Karin M.; JORGENSEN, Knud Erik. Introduction. IN: FIERKE, Karin M.; JORGENSEN, Knud Erik. **Constructing International Relations – the next generation**. New York, M. E. Sharpe., 2001, p. 03-10.

FIORI, José Luís. O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. IN: FIORI, José Luís. **O Poder americano**. Rio de Janeiro, Vozes, 2004, p. 67-110.

FRANKE, Ulrich; ROOS, Ulrich. Actor, structure, process: transcending the state personhood debate by means of a pragmatist ontological model for International Relations theory. **Review of International Studies**, v. 36, n. 04, 2010, p. 1057-1077.

FRANKEL, Joseph. **The National Interest**. London, Palgrave Macmillan, 1970.

FRANKLIN, Benjamin. **The Articles of Confederation**. 1781.

FRIEDMAN, Uri. Anthropology of an Idea: American Exceptionalism. **Foreign Policy**, n. 194, 2012, p. 22-23.

GALLUP. **Latest Summary: American Public Opinion and the War on Terrorism**. Disponível em: < <https://news.gallup.com/poll/5113/latest-summary-american-public-opinion-war-terrorism.aspx>> Acesso em 04 de junho de 2019.

_____. Support for War on Terrorism Rivals Support for WWII. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/4954/support-war-terrorism-rivals-support-wwii.aspx>> Acesso em 04 de junho de 2019.

GARDELLA, Peter. **American Civil Religion**-What Americans Hold Sacred. New York, Oxford University Press, 2014.

GILDERHUS, Mark T. The Monroe Doctrine: Meanings and Implications. **Presidential Studies Quarterly**, v. 36, n. 01, 2006, p. 05-16

GLANVILLE, Luke. How Are We to Think about the 'National Interest'? **AQ: Australian Quarterly**, v. 77, n. 04 , 2005, p. 33-37, 40.

GOMÉZ, José Maria. Soberania Imperial, Espaços de Exceção e o Campo de Guantánamo. Desterritorialização e Confinamento na “Guerra contra o Terror”. **Contexto Internacional**, v. 30, n. 02, 2008, p. 267-308.

GOODNIGHT, Thomas. Ronald Reagan's re-formulation of the rhetoric of war: Analysis of the “zero option,” “evil empire,” and “star wars” addresses. **Quarterly Journal of Speech**,v. 72, n. 04, 1986, p. 390-414.

GREENE, Jack P. Alterity and the Production of Identity in the Early Modern British American Empire and the Early United States. IN: CULLINANE, Michael Patrick; RYAN, David. **U.S. Foreign Policy and the Other**. New York, Berghann Books, 2015, p. 42-58.

GUNARATNA, Rohan. Ideology in terrorism and counter terrorism: lessons from al Qaeda. IN: ALDIS, Anne; HERD, Graeme P. **The Ideological War on Terror**. Worldwide strategies for counter-terrorism. New York, Routledge, 2007, p. 21-34.

HALL, Rodney Bruce. **Social Constructs and International Systems**. New York, Columbia University Press, 1999.

HERMAN, Robert G. Identity, Norms, and National Security: The Soviet Foreign Policy Revolution and the End of the Cold War. IN: KATZENSTEIN, Peter J. **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. New York, Columbia University Press, 1996.

HERRING, George C. **From Colony To Superpower**. U.S. Foreign Relations since 1776. Oxford, Oxford University Press, 2008.

HESS, Gary R. George W. Bush and the Second Crisis with Iraq: “Time is not on our side”. IN: HESS, Gary R. **Presidential Decisions For War. Korea, Vietnam, the Persian Gulf, and Iraq**. Maryland, Johns Hopkins University Press, 2009.

HINZ, Anne. Security and the costs and benefits of manipulating analytical boundaries: Constructivist debates within European Critical Security Studies. **Security and Peace**, v. 25, n. 04, 2007, p. 202-207.

HIXSON, Walter L. “No Savage Shall Inherit the Land”: The Indian Enemy Other, Indiscriminate Warfare, and American National Identity, 1607-1783. IN: CULLINANE, Michael Patrick; RYAN, David. **U.S. Foreign Policy and the Other**. New York, Berghann Books, 2015, p. 16-41.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções – 1789 – 1848** – São Paulo, Paz e Terra, 2012.

HODGSON, Godfrey. **The Myth of American Exceptionalism**. New Haven, Yale University Press, 2009.

HOLDEN, Stacy E. The Persian Gulf War and Sanctions, 1990-2002. IN: HOLDEN, Stacy E. **A Documentary History of Modern Iraq**. Gainesville, University Press of Florida, 2012, p. 265-299.

HOLLOWAY, David. **9/11 and the War on Terror**. Great Britain, Edinburgh University Press Ltd, 2008.

HOPF, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. **International Security**, v. 23, n. 1, 1998, p. 171-200

HUNT, Michael. **Ideology and U.S. Foreign Policy**. New Haven, Yale University Press, 2009.

JEPPERSON, Ronald L. ; WENDT, Alexander; KATZENSTEIN, Peter J. Norms, Identity, and Culture in National Security. IN: KATZENSTEIN, Peter J. **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. New York, Columbia University Press, 1996.

JOHANNSEN, Robert W. The Meaning of Manifest Destiny Robert. IN: HAYNES, Sam W. ; MORRIS, Christopher. **Manifest Destiny and Empire**-American Antebellum Expansionism. Texas, University of Texas, 1997, p. 07-20.

JUDIS, John B. The Chosen Nation: The Influence of Religion on U.S. Foreign Policy. **Policy Brief**, n. 37, 2005, p. 01-08.

KELLNER, Douglas. **9/11 to Terror War**. The Dangers of The Bush Legacy. Maryland, Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

KIERNAN, V. G. **Estados Unidos. O Novo Imperialismo**. Da Colonização Branca à Hegemonia Mundial. Rio de Janeiro, Editora Record, 2009.

KLOTZ, Audie; LYNCH, Cecelia. **Strategies For Research in Constructivist International Relations**. New York, Routledge, 2007.

KOWERT, Paul; LEGRO, Jeffrey. Norms, Identity, and Their Limits: A Theoretical Reprise. IN: KATZENSTEIN, Peter J. **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. New York, Columbia University Press, 1996.

KRATOCHWIL, Friedrich. Religion and (Inter-)National Politics: On the Heuristics of Identities, Structures, and Agent. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 30, n. 02, 2005, p. 113-140

_____. **Rules, Norms, and Decisions**. On the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs. New York, Cambridge University Press, 1989.

_____. On the Notion of "Interest" in International Relations. **International Organization**, v. 36, n. 01, 1982, p. 01-30

LAFEBER, Walter. The US rise to world power, 1776-1945. IN: COX, Michael; STOKES, Doug. **US Foreign Policy**. New York, Oxford University Press, 2012, p. 43-58.

_____. **The American Age. U.S. Foreign Policy at home and abroad**. 1750 to the present. New York, W.W. Norton & Company, 1994.

LANSFORD, Tom. **9/11 and the Wars in Afghanistan and Iraq**. A Chronology and Reference Guide. California, ABC-CLIO, 2012.

LEE, Geun. A Constructivist Reading of Japan's Adaptive Responses to US Trade Demands: Power in Trade Dispute Resolutions. **Journal of International and Area Studies**, v. 07, n. 01, June 2000, p. 81-113.

LEVI, Werner. Ideology, Interests, and Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v. 14, No. 01, 1970, p. 01-31.

Lillian Goldman Law Library. The Avalon Project. **The Treaty of Annexation - Texas; April 12, 1844**. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/19th_century/texan05.asp> Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

_____. The Avalon Project. **Inaugural Address of James Knox Polk**. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/19th_century/polk.asp#texas>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

_____. The Avalon Project. **The Texas Declaration of Independence** : March 2, 1836. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/19th_century/texdec.asp> Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

LIMONGI, Fernando Papaterra. "O Federalista": remédios republicanos para males republicanos. IN: WEFFORT, Francisco C. **Os Clássicos da Política, Volume 1**. São Paulo, Editora Atíca, 2006, p. 256-287.

LIVINGSTONE, Grace. **America's Backyard: The United States and Latin America from the Monroe Doctrine to the War on Terror**. Zed Books, London & New York, 2009.

LOCK, Ed. The Complex Fate of Being America. The constitution of identity and the politics of security. IN: CHRISTIE, Kenneth. **United States Foreign Policy and National Identity in the 21st Century**. New York, Routledge, 2008, p. 66-82.

MACLLISTER, J. Colonial America, 1607-1776. **Economic History Review**, v. 42, n. 02, 1989, p. 245-259.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os Artigos Federalistas 1787-1788**. Edição Integral. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

MARIANO, Marco. Identity, Alterity and the “Growing Plant” of the Monroeism in the U.S. Foreign Policy Ideology. IN: CULLINANE, Michael Patrick; RYAN, David. **U.S. Foreign Policy and the Other**. New York, Berghann Books, 2015, p. 59-78.

MARLIN-BENNET, Renée. What is the American national interest? Reading Obama with Onuf. IN: GOULD, Harry D. **The Art of World-Making**. Nicholas Greenwood Onuf and His Critics. New York, Routledge, 2017, p. 146-156.

MARSZALEK , John F. Marching to Freedom: The U.S. Colored Troops. IN: HOLZER, Harold; GABBARD, Sara Vaughn. **Lincoln and freedom : slavery, emancipation, and the Thirteenth Amendment**. Illinois, Southern Illinois University Press, 2007,p. 113-129.

MATEO, Luiza Rodrigues. **Deus abençoe a América: religião, política e relações internacionais dos Estados Unidos**. Dissertação, UNESP, UNICAMP e PUC-SP, São Paulo, 2011.

MAY, Robert E. Manifest Destiny’s Filibusters. IN: HAYNES, Sam W. **Manifest Destiny and Empire: American Antebellum Expansionism**. Texas, University of Texas, 1997, p. 146-179.

MCALLISTER, J. Colonial America, 1607-1776. **The Economic History Review**, v. 42, n. 02, 1989, p. 245-259

MCCRISKEN, Trevor B. **American Exceptionalism and the Legacy of Vietnam: US Foreign Policy since 1974**. New York, Palgrave Macmillan, 2003

MCEVOY-LEVY, Siobhán. (R)evolution of an idea. IN: MCEVOY-LEVY, Siobhán. **American Exceptionalism and US Foreign Policy: Public Diplomacy at the end of the Cold War**. New York, Palgrave Macmillan, 2001, p. 23-45.

MCGOWAN, John. **American liberalism : an interpretation for our time**. University of North Carolina Press, North Carolina, 2007.

MEARSHEIMER, John. **A Tragédia da Política das Grandes Potências**. Lisboa, Gradiva, 2001.

MENDES, Pedro Emanuel. A (re)invenção das relações internacionais na viragem do século :o desafio do construtivismo.**Relacoes Internacionais**, v. 36, 2012, p. 105-118.

MIDDLETON, Richard; LOMBARD, Anne. **Colonial America - A History to 1763**. Malden, Blackwell Publishing, 2011.

MILLER CENTER. Presidential Speeches | James Monroe Presidency. **December 2, 1823: Seventh Annual Message (Monroe Doctrine)**. Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/december-2-1823-seventh-annual-message-monroe-doctrine>> Acesso em 26 de novembro de 2018.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre as Nações**. São Paulo, Universidade de Brasília, 2003.

_____. The Primacy of the National Interest. **The American Scholar**, v. 18, n. 02, 1949, p. 207-212

_____. What Is the National Interest of the United States? **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 282, 1952, p. 01-07

MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. **Securitização e Política de Exceção: O Excepcionalismo Internacionalista Norte Americano na Segunda Guerra do Iraque**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2014.

MOUNTJOY, Shane. **Manifest destiny: Westward Expansion**. New York, Chelsea House Publishers, 2009.

NABERS, Dirk. PATMAN, Robert G. Bush's political fundamentalism and the war against militant Islam. The US–European divide. IN: CESARI, Jocelyne. **Muslims in the West after 9/11**. Religion, politics, and law. New York, Routledge, 2010, p. 67-87.

NEUMANN, Iver B. Self and Other in International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 02, n. 02, 1996, p. 139-174.

NINCIC, Miroslav. The National Interest and Its Interpretation. **The Review of Politics**, v. 61, n. 01, 1999, p. 29-55.

NOLL, Mark A. **A History of Christianity in the United States and Canada**. Michigan, Wm. B. Eerdmans Publishing, 1992.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **Collective defence - Article 5**. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_110496.htm> Acesso em 30 de março de 2019.

ONUF, Nicholas Greenwood. **World of Our Making**. Rules and rule in social theory and international relations. South Carolina, Routledge, 2013.

_____. **The Strange Career of Constructivism in International Relations. (Re) Constructing Constructivist IR Research**, Center of International Studies, University of South California, 2001.

_____. Rules in Moral Development. **Hum. Dev.**, v. 30, n. 05, 1987, p. 257-267.

PACH, Chester. The Reagan Doctrine: Principle, Pragmatism, and Policy. **Presidential Studies Quarterly**, v. 36, n. 01, 2006, p. 75-88.

PACHECO, Cristina Carvalho. Os “combatentes inimigos” e o governo Bush: As relações entre Executivo, Legislativo e Judiciário entre 2001 e 2008. **Mediações**, v. 16, n. 02, 2011, p. 72-88. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/10251>> Acesso em 29 de março de 2019.

PARDO, Ramon Pacheco. Guided by identities? A constructivist approach to sino-american relations. **estudos internacionais**, v. 02, n. 01, 2014, p. 39-60.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre, UFRGS, 2005.

RENEHAN Jr, Edward J. **The Monroe Doctrine**. The Cornerstone of American Foreign Policy. New York, Chelsea House Publishers, 2007.

REZENDE, Erica Simone Almeida; LEITE, Lucas Amaral Batista. A Construção das Ameaças e do Inimigo nos Discursos Presidenciais Norte-Americanos (1993-2013). **Teoria e Sociedade**, n. 22.2, 2014, p. 219-253.

RIBUFFO, Leo. Religion and American Foreign Policy: The Story of a Complex Relationship. **The National Interest**, n. 52, 1998, p. 36-51

RISS, Arthur. **RACE, SLAVERY, AND LIBERALISM IN NINETEENTH-CENTURY AMERICAN LITERATURE**. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

ROWLEY, Christina; WELDES, Jutta. Identities and US Foreign Policy. IN: COX, Michael; STOKES, Doug. **US Foreign Policy**. New York, Oxford University Press, 2012, p. 178-194.

RUIZ, Juan Tovar. Cuatro momentos de la doctrina en política exterior estadounidense: ¿Entre la teoría y la práctica? **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 95, 2011, p. 165-187

SCHONBERG, Karl K. **Constructing 21st Century U.S. Foreign Policy**. Identity, Ideology, and America's World Role in a New Era. New York, Palgrave Macmillan, 2009a.

_____. Robert E. Osgood and the Origins of Social International Relations Theory. **International Journal**, v. 64, n. 3, 2009b, p. 811-823.

SCOTT, James M. Reagan's Doctrine? The Formulation of an American Foreign Policy Strategy. **Presidential Studies Quarterly**, v. 26, n. 04, 1996, p. 1047-1061.

SMITH, Rogers M. Identities, Interests, and the Future of Political Science. **Perspectives on Politics**, v. 02, n. 02, 2004, p. 301-312.

TAYLOR, Charles. **Sources of the Self.** The Making of the Modern Identity. Massachusetts, Harvard University Press, 1989.

The New York Times. **A Nation Challenged: The Military Budget; Bush Sees Big Rise In Military Budget for Next 5 Years.** Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2002/02/02/us/nation-challenged-military-budget-bush-sees-big-rise-military-budget-for-next-5.html>> Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

TICKNER, J. Ann. Identity in International Relations Theory: Feminist Perspectives. IN:LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich. **The Return of Culture and Identity in IR Theory.** Colorado, Lynne Rienner Publishers, Inc., 1996, p. 147-162.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América.** Livro 1 Leis e Costumes. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **A política externa do Japão no final do século XX: o que faltou?** São Paulo, Annablume: Fundação Japão, 2003.

UNITED NATIONS. **Security Council Unanimously Adopts Wide-Ranging Anti-Terrorism Resolution;** Calls for Suppressing Financing, Improving International Cooperation. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2001/sc7158.doc.htm>> Acesso em 31 de março de 2019.

_____. **United Nations Security Council. Resolution 687 (1991).** Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/unmovic/documents/687.pdf>> Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

UNITED STATES OF AMERICA. Government Publishing Office. **[107th Congress Public Law 56].Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism (Usa Patriot Act) Act Of 2001.** Disponível em: < <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-107publ56/html/PLAW-107publ56.htm>> Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

_____. **The National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States. The 9/11 Comission Report.** Disponível em: <<http://govinfo.library.unt.edu/911/report/index.htm>> Acesso em 29 de janeiro de 2019.

_____. The White House. **The Constitution.** Disponível em: < <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/the-constitution/>> Acesso em 24 de junho de 2018.

_____. U.S. Department of Defense. **Bush Makes Defense Budget 'Top Priority'.** Disponível em: < <http://archive.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=43975>> Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

_____. United States Senate. **Constitution of the United States.** Disponível em: < https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm#amendments> Acesso em 08 de fevereiro de 2019.

_____. US Department of State. **Chapter 5. Foreign Terrorist Organizations.** Disponível em: < <https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2017/282850.htm>> Acesso em 31 de março de 2019.

_____. US Department of State. **Chapter 8 -- Foreign Terrorist Organizations.** Disponível em: < <https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2005/65275.htm>> Acesso em 31 de março de 2019.

_____. US Department of State. Office of the Historian. **Roosevelt Corollary to the Monroe Doctrine, 1904.** Disponível em: < <https://history.state.gov/milestones/1899-1913/roosevelt-and-monroe-doctrine>> Acesso em 31 de março de 2019

_____. US Department of State. Office of the Historian. **Good Neighbor Policy, 1933** .Disponível em: < <https://history.state.gov/milestones/1921-1936/good-neighbor>> Acesso em 31 de março de 2019.

VARADARAJAN, Latha. Constructivism, Identity and Neoliberal (In)security. **Review of International Studies**, v. 30, n. 03, 2004, p. 319-341.

Voices of Democracy. **Address to the National Association of Evangelicals (“Evil Empire Speech”, 8 March 1983).** Disponível em: <<http://voicesofdemocracy.umd.edu/reagan-evil-empire-speech-text/>> Acesso em 21 de janeiro de 2019.

WALD, Kenneth D. ; CALLHOUN-BROWN, Allison. **Religion and Politics in the United States.** Maryland, Rowman & Littlefield, 2011.

WALKER, R.B.J. **Inside/outside: International Relations as Political Theory.** New York, Cambridge University Press, 1993.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais.** Gradiva, Lisboa, 2002.

WARD, Harry M. **The War for Independence and the Transformation of American Society.** Taylor & Francis Group, London, 1999.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo, Martin Claret, 2016.

WELDES, Jutta. **Constructing National Interests – The United States and the Cuban Missile Crisis.** Minneapolis, University of Minnesota Press, 1999.

WENDT, Alexander. **Teoria Social da Política Internacional.** Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2014.

_____. The State as Person in International Theory. **Review of International Studies**, v. 30, n. 02, 2004, p. 289-316

_____. Constructing International Politics. **International Security**, v. 20, n. 1, 1995, p. 71-81.

_____. Collective Identity Formation and the International State. **The American Political Science Review**, v. 88, n. 2, 1994, p. 384-396.

_____. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, 1992, p. 391-425

WENDT, Alexander. Identity and Structural Change International Politics. IN:LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich. **The Return of Culture and Identity in IR Theory**. Colorado, Lynne Rienner Publishers, Inc., 1996, p. 47-64.

WIGHT, Colin. State agency: social action without human activity? **Review of International Studies**, n. 30, 2004, p. 269–280

WILLIAMS, Daniel K. Reagan's Religious Right: The Unlikely Alliance between Southern Evangelicals and a California Conservative. IN: HUDSON, Cheryl; DAVIES, Gareth. **Ronald Reagan and the 1980s-Perceptions, Policies, Legacies**. New York, Palgrave Macmillan, 2008, p. 135-150.

WILMER, Franke. The Social Construction of Man: Identity, the Self, and Social Theory. IN:WILMER, Franke. **The Social Construction of Man, the State, and War**. Identity, Conflict, and Violence in Former Yugoslavia. New York, Routledge, 2002, p. 57-80.

WOOD, Gordon S. **EMPIRE OF LIBERTY**. A History of the Early Republic, 1789–1815. New York, Oxford University Press, 2009.

YORDÁN, Carlos L. America's Quest for Global Hegemony: "Offensive Realism, the Bush Doctrine, and the 2003 Iraq War". **Theoria: A Journal of Social and Political Theory**, n. 110, 2006, p. 125-157

ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in International Relations**. The politics of reality. New York, Cambridge University Press, 2004.

_____. Constructivism and Identity: A Dangerous Liaison. **European Journal of International Relations**, v. 07, n. 03, 2001, p. 315-348.